

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 17 NÚMEROS 1/2
JANEIRO/JUNHO
1984



PLANO DE AÇÃO
BIBLIOTECA ESCOLAR
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA
SINDICALISMO
JUBILEU DE PRATA



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
JULHO 1985 – VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO

cm 1 2 3

Digitalizado
gentilmente por:



11 12 13

Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

FEBAB

Diretoria 1984/1986

May Brooking Negrão

Presidente

Carminda Nogueira de Castro Ferreira

Vice-Presidente

Maria Angélica Carneiro Martorano

Secretária Geral

Helena Gomes de Oliveira

Primeira Secretária

Humberto Sampaio Lima

Segundo Secretário

Pedro Luiz Martinelli

Primeiro Tesoureiro

Maria Arlete Pivani

Segunda Tesoureira

Anibal Rodrigues Coelho

Observador Legislativo

Maria Fátima de Castro Ferreira Zanin de Freitas

Editora

Maria de Lourdes Cortez Romanelli

Assessora de Valoriz. e Divulg. Profissional

Associações filiadas:

Associação Paulista de Bibliotecários

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Pernambuco

Associação Profissional de Bibliotecários do
Rio de Janeiro

Associação Riograndense de Bibliotecários

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado da Bahia

Associação dos Bibliotecários Municipais de
São Paulo

Associação de Bibliotecários de Minas Gerais

Associação dos Bibliotecários do Distrito
Federal

Associação dos Bibliotecários do Ceará

Associação Campineira de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários São Carlenses

Associação Paraense de Bibliotecários

Associação Bibliotecária do Paraná

Associação Profissional de Bibliotecários do
Amazonas

Associação Profissional de Bibliotecários do
Estado do Maranhão

Associação Profissional de Bibliotecários da
Paráiba

Associação Catarinense de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários do Rio Grande
do Norte

Associação Profissional de Bibliotecários do
Mato Grosso do Sul

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Espírito Santo

Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí

Associação Alagoana dos Profissionais em
Biblioteconomia

Associação de Bibliotecários do Estado de
Mato Grosso

Associação dos Bibliotecários de Rondônia

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Goiás

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Sergipe

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado de São Paulo

Revista Brasileira de
**BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

Editora:

Maria de Fátima de C. F. Zanin de Freitas

Redatora:

Carminda Nogueira de Castro Ferreira

Secretários:

Pedro Luiz Martinelli

Maria Angélica Carneiro Martorano

Jornalista responsável:

Paulo Arruda Correa da Silva

Tradutora:

Ana M. Martinelli

Conselho Editorial:

Dra. Neusa Dias de Macedo

Terezine Arantes Ferraz

Carminda Nogueira de Castro Ferreira

Em convênio com o

Instituto Nacional do Livro/MEC

Publicação: 4 n.ºs em 2

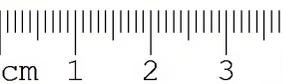
Números avulso: Cr\$ 5.000,00 (sede da
FEBAB)

Assinatura até 1984 (2 fascículos:

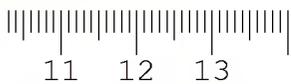
Cr\$ 8.000,00

Pagamentos em cheque visado pagável
em São Paulo ou ordem de pagamento
em nome da Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários, ou ao Banco
do Brasil S/A.

Agência 9 de Julho, conta n.º 70.599-3.
Estrangeiro: US\$ 30 dólares.



Digitizado
gentilmente por:

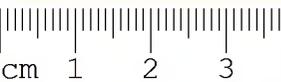


SUMÁRIO

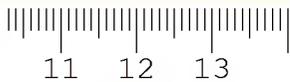
REVISTA BRASILEIRA DE **BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

- Editorial**
- Artigos**
- 7 Ata de Posse da Diretoria da FEBAB para o triênio 1984/86
- 8 Plano de Ação da Diretoria
- 12 *Maria Alice Barroso*
Um modelo flexível para a Biblioteca Escolar
- 18 *Maria Aparecida Esteves Caldas*
Planejamento e avaliação de um programa de pesquisa bibliográfica utilizando a abordagem tecnológica do ensino
- 43 *Regina Carneiro (coord.):*
Revisão das regras de nomes brasileiros e portugueses
- 55 *Silas Marques de Oliveira*
Aplicações e limitações dos processos bibliométricos
- 66 *Francisco das Chagas de Souza*
Centralização da editoração oficial
- 79 *Maria Angélica Carneiro Martorano*
Sindicalismo na profissão do bibliotecário

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 17, números 1/2, páginas 1-140
Janeiro/junho 1984
ISSN 0100-0691



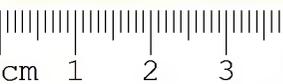
Digitalizado
gentilmente por:



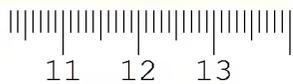
93	Entrevista com Laura Garcia Moreno Russo
98	Depoimento, Regina Dias Brasil
105	Legislação
115	Noticiário – Associações
130	Homenagens
137	Guia dos colaboradores

Toda a correspondência para a RBBD
deve ser dirigida à Federação Brasileira
de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 - São Paulo - SP
Fone: (011) 257-9979



Digitalizado
gentilmente por:

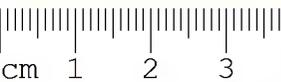


CONTENTS

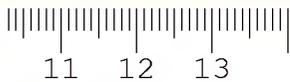
REVISTA BRASILEIRA DE **BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

- Editorial
- Articles
- 7 The FEBAB's reporting act of taking office
- 8 The FEBAB's Directorship Planning
- 12 *Maria Alice Barroso*
An flexible model for scholarship library
- 18 *Maria Aparecida Esteves Caldas*
Guidelines for planning and evaluation of a bibliographic
research programm
- 43 *Regina Carneiro (coord):*
Portuguese name entries review
- 55 *Silas Marques de Oliveira*
Bibliometric models: applications and deficiencies
- 66 *Francisco das Chagas de Souza*
Official publishing central agence
- 79 *Maria Angélica Carneiro Martorano*
Librarian syndicalism

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 17, numbers 1/2, pages 1-140
Jan./Jun. 1984
ISSN 0100-0691



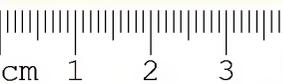
Digitalizado
gentilmente por:



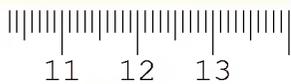
93	Interview
98	Personal reports
105	Legislation
115	News – Associations
130	Reverences
137	Guide to the collaborators

Quarterly publication
 Single number - US\$ 30.00
 abroad (1982) - US\$ 15.00
 Orders should be placed to

“Federação Brasileira de
 Associações de Bibliotecários”,
 Address - rua Avanhandava, 40, cj. 110
 CEP 01306 - São Paulo - SP - Brazil



Digitalizado
 gentilmente por:



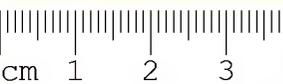
EDITORIAL

Marcando o início de seu 17º ano de existência, este primeiro volume de 1984 assinala também uma data importante na vida da Federação Brasileira de Bibliotecários – vinte e cinco anos de existência. Nos tempos de rápidas mudanças que estamos vivendo, uma Associação de classe comemorar um quarto de século não é comum. Nestes vinte e cinco anos, muitos órgãos representativos profissionais nasceram e desapareceram; mas a FEBAB parece ter vindo para ficar. O espírito que presidiu à sua instalação, qual tocha de corrida olímpica, mudou de mãos mas não enfraqueceu; continua insuflando ânimo em novos líderes que aceitam a incumbência de mantê-lo vivo, à custa de esforço, trabalho e dedicação desinteressados. Continuamos como Laura Russo, Esmeralda Aragão, Antonio Gabriel e suas equipes a “fazer o que se pode e não o que se gostaria de fazer”, até que nossa função de agentes sociais por excelência venha a ser mais prestigiada pela comunidade e reconhecida pelos Órgãos de Governo. Com órgãos de classe mais fortes, prestigiados pelos próprios bibliotecários, nosso lugar ao sol poderá ficar garantido. O Plano de Ação da nova Diretoria, inserto neste número da RBBB, merece uma leitura crítica por parte de nossos colegas; mais do que essa leitura, porém, requer uma colaboração muito grande já que os membros da Diretoria sozinhos serão incapazes de levar a bom termo tudo o que se propuseram. Com essa colaboração esperam poder contar.

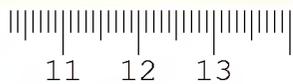
O conteúdo deste número está de acordo com a data comemorativa, quer pelos autores, quer pelos assuntos. Maria Alice Barroso, Diretora da Biblioteca Nacional, escritora de renome, administradora por excelência, relata-nos sua participação numa importante reunião internacional; Maria Aparecida Esteves Caldas, ganhadora do Prêmio de Biblioteconomia do INL e professora emérita, apresenta-nos um interessante estudo sobre Pesquisa Bibliográfica; Regina Carneiro e sua equipe de Catalogação fixa normas sobre o tema complexo de entradas de nomes; Silas Marques de Oliveira alerta para as limitações das análises bibliométricas que de estudo ancilar podem tornar-se modismo improfícuo; Francisco Chagas de Souza toma posição favorável à centralização da editoração oficial, justificando seu parecer ainda não inteiramente aceite; Maria Angélica Martorano divulga finalmente seu estudo sobre sindicalização do bibliotecário, profundo, exaustivo, bem fundamentado, acedendo a múltiplas solicitações feitas pelas associações filiadas à FEBAB. Para maior brilho desta publicação a fundadora da FEBAB, a indomável lutadora Laura Garcia Moreno Russo, dá uma entrevista em que se propôs falar apenas de sua “criatura” e pouco ou nada de sua riquíssima vida profissional, exemplo para as novas gerações. Duas homenagens merecidas e tardias dão o toque humano a esta publicação de rico conteúdo técnico e documentário.

Mais uma vez atrasada, esta publicação merece a leitura atenta de nossos colegas.

C. N. de C. F.



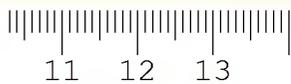
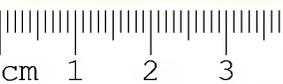
Digitalizado
gentilmente por:



ATA DE POSSE DA DIRETORIA DA FEBAB PARA O TRIÊNIO 1984/86

Aos dois dias do mês de janeiro de um mil novecentos e oitenta e quatro, às dezenove horas, na sede da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, à Rua Avanhadava, número quarenta, conjunto cento e dez, nesta Capital, o Senhor Antonio Gabriel, presidente da FEBAB, iniciou a Reunião para dar posse à nova Diretoria eleita pela Assembléia Geral composta de trinta e cinco membros, estando ausentes a Segunda Secretária e o Observador legislativo da Federação, as Associações Paraense de Bibliotecários, Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão, de Bibliotecários do Piauí, de Bibliotecários do Mato Grosso, Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo e Profissional dos Bibliotecários do Sergipe. Essa Eleição foi realizada na Terceira Sessão da Assembléia Geral, do dia vinte e três de outubro de um mil novecentos e oitenta e três, em Camboriú, SC, durante o XII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. O Senhor Presidente Antonio Gabriel apresentou a nova diretoria assim consti-

tuída: Presidente: May Brooking Negrão (São Paulo); Vice-Presidente: Carminda Nogueira de Castro Ferreira (São Paulo); Secretária-Geral: Maria Angélica Carneiro Martorano (São Paulo); Primeira Secretária: Helena Gomes de Oliveira (São Paulo); Segundo Secretário: Humberto Sampaio Lima (São Paulo); Primeiro Tesoureiro: Pedro Luiz Martinelli (São Paulo) reeleito; Segunda Tesoureira: Maria Arlete Pivari (São Paulo); Editora: Maria de Fátima de Castro Ferreira Zanin de Freitas (São Paulo); Observador Legislativo: Anibal Rodrigues Coelho (Brasília-DF) reeleito e Assessora de Divulgação e Valorização Profissional: Maria de Lourdes Cortez Romanelli (Belo Horizonte). A Presidente eleita agradeceu a todos o voto de confiança demonstrado durante a Assembléia Geral que a elegeu e disse esperar contar com a colaboração de todos na tarefa de promoção e desenvolvimento da classe. Desejando sucesso na gestão e se colocando à disposição da FEBAB, o Senhor Antonio Gabriel agradeceu o apoio de todos e deu por encerrada a Reunião. Nada mais



havendo a constar, eu, Francisca Pimenta Evrard, lavrei a presente ata que vai por mim, pelo Senhor Presidente e demais participantes assinada. São Paulo, dois de janeiro de um mil e novecentos e oitenta e quatro.

Francisca Pimenta Evrard
Secretária-Geral/FEBAB

Antonio Gabriel
Presidente/FEBAB

FEBAB
DIRETORIA – 1984/86
PLANO DE AÇÃO

1. JUSTIFICATIVA

Considerando que a nova Diretoria da FEBAB, eleita na Assembléia Geral realizada durante o XII CBBDD, em Camboriú, precisa adaptar a estrutura e as ações da entidade para acompanharem o desenvolvimento tecnológico que afeta a área da informação, instrumento básico do exercício profissional do bibliotecário;

Considerando que a FEBAB necessita tomar posições atuantes em relação ao papel da Biblioteca e do bibliotecário como agentes sociais modificadores da nossa sociedade;

Considerando que a preocupação em não perturbar a ordem, característica de nossa classe, não pode ser confundida com submissão, aceitação e apatia perante o esquecimento de nossa existência como profissionais da informação por parte das autoridades públicas e privadas;

Considerando que foi nas premissas fundamentais acima enumeradas que a atual Diretoria baseou sua plataforma eleitoral divulgada através da circular dirigida a todas as Associações filiadas em 16 de setembro de 1983;

O PRESENTE PLANO DE AÇÃO JUSTIFICA-SE:

2. OBJETIVOS

2.1. Adaptar a FEBAB às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico ocorridas durante seus vinte e cinco anos de existência;

2.2. Incentivar os bibliotecários, através das associações filiadas, a tomarem posições atuantes em relação a políticas para bibliotecas, centros culturais, centros de documentação, sistemas e serviços de informação;

2.3. Estreitar o relacionamento entre a FEBAB e as associações filiadas;

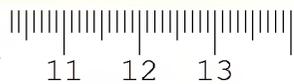
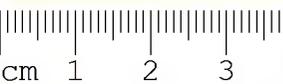
2.4. Unir a classe bibliotecária nos esforços para o reconhecimento e consolidação da carreira profissional;

2.5. Dar continuidade ao trabalho desenvolvido e às várias conquistas pelas Diretorias anteriores.

3. METAS, POLÍTICAS DE AÇÃO E ESTRATÉGIAS

Metas

Maior participação nas políticas governamentais e de organismos privados referentes à área específica de atuação dos bibliotecários em bibliotecas, centros de



documentação, sistemas de informação etc. e referentes a atividades complementares ou paralelas como Editoração Comercialização do livro, Reprografia, Informática, Direito Autoral etc.

Captação de recursos que possibilitem uma situação econômica sólida, como suporte da consolidação da FEBAB como um órgão profissional de nível nacional.

Expansão do trabalho de Editoração, incluindo tradução e publicação de obras básicas de Biblioteconomia e Ciências afins.

Ativação dos trabalhos da Assessoria e Divulgação Profissional.

Implantação do Projeto Memória da Biblioteconomia Brasileira.

Colaboração com as associações na organização administrativa e promocional.

Políticas de Ação

Relacionamento constante com órgãos públicos ou privados da Capital da República ou dos Estados;

Entrosamento com o IBICT;

Colaboração com a Biblioteca Nacional;

Entrosamento com o INL;

Presença efetiva em eventos nacionais e internacionais de interesse para a profissão;

Relacionamento com entidades que promovam o livro e a leitura.

Relacionamento com Universidades e Escolas de Biblioteconomia;

Entrosamento com empresas gráficas e de material de bibliotecas;

Contacto com personalidades políticas;

Intensificação da venda de publicações especializadas em B e D.

Estabelecimento de uma política interna de Editoração;

Entrosamento com entidades estrangeiras visando a tradução de obras especializadas;

Contratos e convênios com o INL e IBICT;

Valorização e auto-valorização do bibliotecário como profissional da informação;

Valorização do nível salarial;

Intensificação dos trabalhos da FEBAB visando tornar-se um centro de documentação sobre a carreira;

Coleta de depoimentos pessoais e de documentos históricos de interesse da classe;

Divulgação das funções do bibliotecário e de sua ação como agente cultural por excelência;

Estudo de novas formas de comunicação racionalizadas e simplificadas;

Normalização de práticas e procedimentos no processo de comunicação;

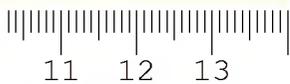
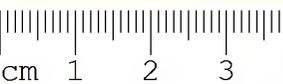
Estudos sobre a criação de sindicatos de classe.

Estratégias

Cadastrar órgãos públicos e privados e personalidades com os quais a FEBAB se deva relacionar;

Estreitar o relacionamento da FEBAB e das Associações com membros do Congresso, do Senado, das Assembléias Legislativas;

Criar uma Assessoria em Brasília e, posteriormente, transformá-la em cargo da Diretoria Executiva;



Colaborar com o IBICT e o INL no planejamento e desenvolvimento das ações correspondentes de todos os programas de atualização, extensão, treinamento "in loco" e à distância, pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação, difusão do livro etc.

Participar, através da CBPT, na elaboração da Listagem Brasileira de Cabeçalhos de Assunto;

Promover eventos de interesse na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação dando continuidade aos já patentesados pela FEBAB e participar de todos os que forem promovidos por outras entidades como a Câmara Brasileira do Livro, Associação Brasileira de Leitura, CELIJU, SUCESU, FIESP etc.

Envidar esforços para que sejam diminuídas as tarifas para remessa de material bibliográfico pelo Correio.

Caracterizar a FEBAB como agência prestadora de serviços;

Elaborar projetos de pesquisa em colaboração com os cursos de graduação e de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação;

Intensificar o programa de comercialização das publicações em B e D. procurando atingir o mercado latino-americano, Portugal e os países de língua portuguesa;

Integrar-se com empresas privadas que comercializam acervo, mobiliário e material para bibliotecas;

Publicar pesquisas e trabalhos dos órgãos da FEBAB;

Criar uma Comissão ou Grupo de Trabalho de Editoração com representação

de profissionais das várias áreas complementares;

Analisar as carências de bibliografias nos Cursos de B e D;

Firmar convênios e contratos com órgãos nacionais e estrangeiros para traduzir e co-editar obras especializadas em B e D;

Continuar os entendimentos para traduzir e publicar obras editadas pela A.L.A.;

Publicar a RBBB;

Elaborar um catálogo de publicações da FEBAB e de todos os seus órgãos;

Promover a nível nacional, campanhas de divulgação do livro e da biblioteca utilizando todos os meios de comunicação de massa entrosada com os CRB;

Coordenar a promoção da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca;

Incentivar os trabalhos das associações sobre mercado de trabalho, piso salarial, tabelas de preços de serviços;

Publicar folhetos sobre a FEBAB e sobre a profissão de bibliotecário;

Incentivar a criação de novas frentes de trabalho nas empresas e em órgãos públicos;

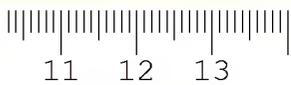
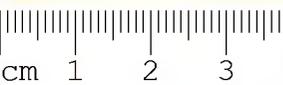
Realizar concursos e promoções sobre o Livro, a Biblioteca, o Bibliotecário;

Recolher toda a documentação relacionada com a história da B e D;

Elaborar Manuais de Procedimentos modelos de comunicação;

Organizar um Manual de Realização de diferentes eventos;

Promover a elaboração de um estudo diagnóstico das necessidades das associações;



Orientar as Comissões e Grupos de Trabalho para desenvolvimento de tarefas específicas;

Orientar as associações na promoção de Encontros Regionais, coordenados pelos Assessores Regionais;

Estimular a criação e os encontros de Grupos de Trabalho nas Jornadas promovidas pelas associações;

Estabelecer um Calendário Geral de Eventos, utilizando as informações fornecidas pelas associações, Comissões e Grupos de Trabalho;

Promover junto às associações realização de Cursos em convênio com entidades de ensino e pesquisa;

Orientar as associações na realização de estudos de viabilidade e conveniência de criação de sindicatos.

4. CONCLUSÃO

A Diretoria está animada de bons propósitos e quer mostrar-se digna da confiança que os Presidentes das Associações filiadas nela depositaram. O Plano de Ação que apresenta é viável; no entanto só poderá ser efetivado com a colaboração de todos os bibliotecários.

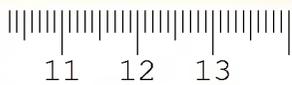
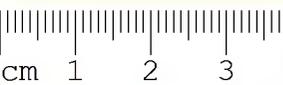
Com essa colaboração esperamos poder contar.

A FEBAB tem tudo para ser, se todos quisermos, um órgão da maior relevância, representativo da classe.

São Paulo, janeiro de 1984

1984

JUBILEU DE PRATA DA FEBAB



UM MODELO FLEXÍVEL PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR

Maria Alice Barroso
Diretora da Biblioteca Nacional

Quando eu ocupava o cargo de Assessora de Celia Zaher, então Diretora Geral da Biblioteca Nacional, tive oportunidade de participar de uma reunião latino-americana sobre bibliotecas escolares, realizada em Lima, Peru, de 18 a 23 de julho de 1983.

Dezessete países estiveram ali reunidos, praticamente durante uma semana, em regime de seminário, estudando os problemas referentes à implantação de redes de bibliotecas escolares.

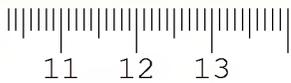
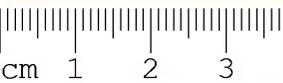
Esse assunto se situava, para nós, brasileiros, entre algumas arremetidas da extinta COLTED – arremetidas essas que fanaram do momento em que terminou a vigência do acordo MEC-USAID e, com esse término, também desapareceram as verbas que financiavam tais arremetidas – e outras tantas, isoladas, na área da Educação, por parte de governos estaduais e/ou municipais.

Com o Programa Nacional do Livro Didático, desenvolvido pelo MEC (anteriormente através do Instituto Nacional do Livro, depois pela FENAME e, atual-

mente, pela FAE) juntamente com as Secretarias Estaduais de Educação, ao mesmo tempo em que tal Programa caminha para uma crescente descentralização, o que se verifica é que a carência de bibliotecas escolares verdadeiramente explode, com graves conseqüências, na área do processo ensino-aprendizagem.

O Grupo de Trabalho que, nomeado pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, estudou e propôs modificações visando ao aperfeiçoamento do Programa Nacional do Livro Didático (PLIDEF), recomendou que o referido Programa viesse a ser ampliado nos seus objetivos, introduzindo na sua sistemática "...a criação ou implementação de Bibliotecas Escolares...".

Em defesa da implantação proposta, ficou ressaltado, no citado documento, que a biblioteca escolar deve estar em consonância direta com a preocupação de oferecer também ao aluno material didático e, como tal, articulado com o currículo pleno da escola.



Em síntese, uma rede de bibliotecas escolares, seja a nível estadual e/ou municipal, poderá permitir:

a) um maior enriquecimento de material didático-pedagógico oferecido a alunos e professores;

b) a re-utilização do livro por escolas e docentes, evitando-se a ociosidade do livro e promovendo a maximização do seu uso;

c) um apoio complementar, essencial e efetivo à consecução dos objetivos previstos no currículo pleno da escola;

d) a supressão das lacunas provocadas pela utilização do livro único, que impede a capacidade de maior conhecimento e reflexão sobre a realidade que cerca alunos, docentes e escolas.

Quem propugna pela criação/multiplicação de bibliotecas escolares nos países em desenvolvimento do continente americano deverá estar ciente, de antemão, que o modelo de biblioteca escolar deverá ser, sobretudo, flexível, tal como preconizou a bibliotecária colombiana, Silvia Castrillon, em seu livro *Modelo flexible para un sistema nacional de bibliotecas escolares*, publicado pela OEA, em 1983.

Exatamente o que predominou no seminário sobre bibliotecas escolares, realizado em Lima, no ano passado, foi o consenso a que os representantes dos dezesseite países chegaram sobre a importância da biblioteca escolar, desde que entendida como um laboratório de aprendizagem integrado ao sistema educacional. Também deve ser enfatizada a ausência de qualquer recomendação, pelos participantes, no sentido de se destinar prédios ou mobiliá-

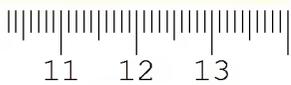
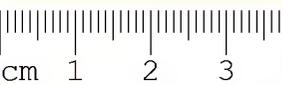
rios suntuosos para viabilizar o funcionamento da biblioteca escolar. Como que fugindo às críticas irônicas dos romancistas latino-americanos, sobre uma possível vocação de fausto e de grandeza que caracteriza a "hispano-luso-latinidad", adotou-se o modelo flexível para esse tipo de biblioteca, ou seja, acompanhando a proposição do Brasil, o Seminário de Lima aceitou que a biblioteca escolar "deverá ser um lugar convidativo, não importa o espaço que ocupe, quão velho seja o mobiliário, pois não é somente a aparência física que dá o *clima de biblioteca*, e sim a imagem do bibliotecário, a qual a biblioteca deve refletir".

Na verdade, o tipo de Biblioteca Escolar (BE-base, biblioteca de classe, biblioteca rotativa, coleções itinerantes, centros de recursos educacionais, etc.) reflete o todo do complexo escolar, ou seja, o que a Secretaria Estadual e/ou Municipal de Educação planeja para o mesmo.

Creio que valerá a pena focalizar, num segundo artigo, o projeto apresentado pelo Brasil na reunião de Lima e que se baseia num modelo flexível para a biblioteca escolar. Por ora, creio que a declaração de Lima no que diz respeito ao papel da biblioteca escolar expressará melhor a importância conferida ao tema:

DECLARAÇÃO DE LIMA SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES NO "ANO DO BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO LIBERTADOR SIMON BOLIVAR".

"Na Reunião Latino-Americana visando a apresentação do Modelo Flexível para um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, realizada em Lima, Peru, de 18 a



23 de julho de 1983, sob os auspícios da OEA e do CERLAL, com a participação de educadores e bibliotecários da Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, houve uma declaração unânime em relação ao papel da Biblioteca Escolar como um fator fundamental na melhoria da qualidade e na democratização da educação, princípios estes já reiteradamente subscritos pelos países da América Latina e do Caribe.

A Declaração do México, emanada da Quinta Conferência Regional da Educação, ratifica tais princípios, enfatizando os esforços da América Latina e do Caribe para solucionar problemas educacionais crônicos, propugnando pela interação entre as variáveis Educação, Informação e Desenvolvimento. A citada Declaração afirma que, apesar dos esforços despendidos pelos países da referida região e dos significativos sucessos alcançados na expansão quantitativa dos sistemas educacionais e no que diz respeito ao aperfeiçoamento qualitativo, subsistem problemas graves que estão exigindo providências adequadas.

Com base no que ficou acima afirmado, a Reunião declara:

— que a Biblioteca Escolar deve ser entendida como um laboratório de aprendizagem integrado ao sistema educacional, devendo facilitar o acesso, a disponibilidade e a utilização de seus recursos a toda a comunidade educacional;

— que os programas de bibliotecas escolares estão demonstrando, na prática, que a biblioteca, compreendida como um centro de recursos para a aprendizagem, oferece mecanismos concretos quanto ao cumprimento das condições básicas do desenvolvimento curricular;

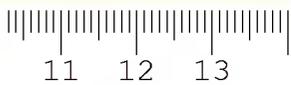
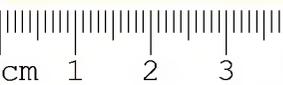
— que a Biblioteca Escolar adquire especial importância quanto ao desenvolvimento de atitudes, habilidades e adestramento na leitura que permitem uma aprendizagem permanente, especialmente nos momentos em que os sistemas educacionais estejam enfrentando limitações no que tange ao cumprimento total de seus objetivos;

— que em relação a outros elementos do processo ensino-aprendizagem, a Biblioteca Escolar oferece seus recursos e serviços para um número maior de usuários a um custo comparativamente menor;

— que a complexidade do problema e a escassez dos recursos disponíveis impõem a racionalização de tais recursos, o que exige maior coordenação institucional, a nível nacional, bem como a demanda e/ou a intensificação da cooperação internacional;

— que os progressos alcançados no desenvolvimento dos programas de bibliotecas escolares na América Latina e no Caribe devem ser creditados tanto aos esforços nacionais como também à colaboração eficiente prestada pelos organismos internacionais, no que diz respeito ao desenvolvimento dos sistemas de informação regionais;

A Reunião concita:



– Os Ministérios de Educação dos Estados da América Latina e do Caribe a:

- integrar a Biblioteca Escolar no sistema educacional, consignando recursos, nos programas de Educação, que possibilitem o desenvolvimento dos Programas Nacionais de Bibliotecas Escolares.
- Considerar o “Modelo Flexível para um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares”, apresentado na Reunião e enriquecido pela contribuição dos participantes, como um documento orientador no desenvolvimento de tais programas.

– Os Organismos Internacionais

– A Organização dos Estados Americanos a:

- desenvolver um Programa Regional de Bibliotecas Escolares, a médio e longo prazos, de acordo com as declarações contidas neste documento bem como as conclusões e recomendações constantes desta reunião, através dos mecanismos de Assistência Técnica, Bolsas de Estudos, Cursos e Capacitação, Produção de Materiais, Pesquisa e Intercâmbio da Informação.

A UNESCO, o CERLAL e outros Organismos que cooperam quanto ao desenvolvimento regional da informação a:

- Intensificar seu apoio aos programas de Bibliotecas Escolares existentes nos países da região mencionada.

Lima, 23 de julho de 1983

ARGENTINA

- a) SUSANA EDITH SABATER
Coordenadora do Centro de Educação e Informação Educacional. Direção Nacional de Educação Primária. Ministério da Educação.

BOLÍVIA

- a) NELSON LARREA
Diretor do Banco do Livro
Instituto Boliviano de Cultura
Ministério da Educação e Cultura

BRASIL

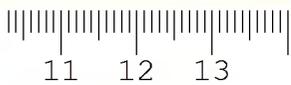
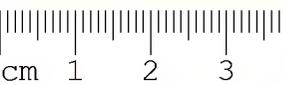
- a) MARIA ALICE BARROSO
Assessora da Direção da Biblioteca Nacional
Ministério da Educação e Cultura

COSTA RICA

- a) MARTHA CHARPENTIER DE CABEZAS
Diretora do Departamento de Educação Pré-Escolar
Ministério de Educação Pública
- a) ELIA MA. VAN PATTEN DE OCAMPO
Diretora Geral de Recursos Didáticos
Ministério de Educação Pública
- a) OSCAR VILLALOBOS
Diretor do Departamento de Bibliotecas Escolares
Ministério de Educação Pública

CHILE

- a) MARIA TERESA SEPULVEDA CARREIRA
Superintendencia de Educação Pública
Ministério de Educação Pública



EQUADOR

- a) **NIDYA QUIROZ**
Subsecretária de Cultura
Diretora do Departamento de Cultura
para Crianças
Ministério da Educação

EL SALVADOR

- a) **SALVADOR BERRIOS RAMOS**
Direção Geral de Educação Básica
Coordenador do Projeto de Bibliotecas
Escolares
Ministério de Educação

GUATEMALA

- a) **OLGA HERNÁNDEZ DE ALVARADO**
Biblioteca Nacional
Chefe da Seção Escolar

HONDURAS

- a) **EMÉRITA GIRÓN RIVAS**
Chefe de Bibliotecas Escolares - Mídia
Ministério da Educação Pública

MÉXICO

- a) **ALVARO QUIJANO**
Subdiretor de Bibliotecas
Secretaria de Educação Pública

NICARÁGUA

- a) **HUMBERTO BRUGIATI L.**
Direção Nacional de Técnicas Docentes
Coordenador da Unidade de Extensão
Cultural

PARAGUAI

- a) **OLGA VIDALIA SÁNCHEZ DE MACHADO**
Chefe do Departamento de Meios de
Comunicação

PERU

- a) **LUIS ALFREDO MAÚRTUA BONELLI**

Diretor Geral de Educação Extra Escolar

Ministério da Educação

- a) **ROSA TOKUNAGA ARRIARÁN**
Diretora de Bibliotecas Escolares
Ministério da Educação

- a) **LUISA CUNEO DE PETIT**

Chefe da Unidade de Tecnologia Bibliotecária da Direção de Bibliotecas Escolares
Ministério da Educação
Coordenadora da Reunião Latino-Americana

- a) **MARIA MAGDALENA KLEINCSEK MÊNDEZ**

Coordenadora Nacional do Projeto Multinacional de Capacitação Docente do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação

- a) **JORGE SILVA MERINO**

Diretor Geral de Educação Primária e Secundária
Ministério da Educação

REPÚBLICA DOMINICANA

- a) **MIRIAM JOSEFINA PEGUERO DE ELY**

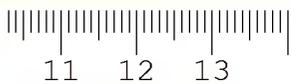
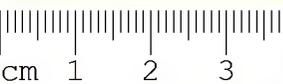
Encarregada do Departamento de Documentação e Bibliotecas
Ministério da Educação

URUGUAY

- a) **MARTHA BONILLA DE COITIÑO**
Diretora Biblioteca Pedagógica Central

VENEZUELA

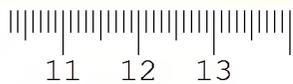
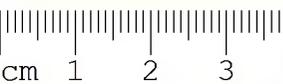
- a) **TERESA MORENO DE RIVAS**
Diretora do Centro Nacional de Serviços Bibliotecários Escolares
Ministério da Educação



UM MODELO FLEXÍVEL PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR

- a) MIREYA MÁRQUEZ
Coordenadora do Projeto Multinacional, Desenvolvimento Curricular e Capacitação Docente para a Educação Básica
Ministério da Educação
- a) AURA DE PERALES
Centro de Capacitação Docente "El Mácaro"
- a) NELSON RODRÍGUEZ TRUJILLO
Diretor do Programa de Bibliotecas Escolares
Banco do Livro
- a) SILVIA CASTRILLÓN
Consultora do Projeto Multinacional de Bibliotecas Escolares O.E.A.
- a) MARIA ANTONIETA BALDÍN DELGADO
Assessora da Reunião
- a) PEREGRINA MORGAN DE GOÑI
Assessora da Reunião

SOLICITE À FEBAB O CATÁLOGO DE MATERIAL
BIBLIOGRÁFICO
ESPECIALIZADO EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
DISPONÍVEL PARA VENDA



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Maria Aparecida Esteves Caldas*

Resumo

Desenvolvimento de um programa de Pesquisa Bibliográfica destinado a alunos dos Cursos de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fundamentado nos princípios da Tecnologia Educacional. São descritos o plano de ação, decorrente da aplicação das técnicas de Engenharia de Sistemas e o plano de avaliação, com base no esquema conceitual de Stufflebeam. A metodologia sistêmica aplicada ao planejamento e avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica resultou no modelo para testagem do desenvolvimento de um programa instrucional de Pesquisa Bibliográfica, para uso regular e em larga escala. Para programas de curta duração, sugere-se um modelo simplificado, representado pela determinação dos objetivos, a partir do diagnóstico de necessidades da clientela, e reciclagem dos programas, antes de sua aplicação. Essa reciclagem pode ser feita através do julgamento de especialistas de conteúdo ou no ensino da matéria e testagem um-a-um com três

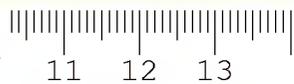
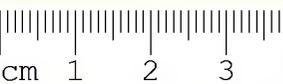
1. INTRODUÇÃO

Diagnóstico resultante de revisão de literatura e análise de programas existentes, revelou uma situação insatisfatória da instrução da Pesquisa Bibliográfica, no que diz respeito ao seu planejamento e avaliação.

Em decorrência, verificou-se ser necessário o desenvolvimento da referida instrução em bases científicas, tendo como referencial teórico a Tecnologia Educacional.

Nesse sentido, Kemp (1977), reforça o argumento quando informa que, antes da abordagem tecnológica do ensino, os currículos eram planejados de modo intuitivo. Porém, atualmente, graças aos conhecimentos oriundos da psicologia comportamental, das teorias de sistemas e de comunicação, que servem de apoio à Tecnologia Educacional, sabe-se que é preciso tentar controlar as variáveis que interferem no processo instrucional, para

* Bibliotecária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Educação.



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

ou quatro indivíduos, representativos da clientela-alvo.

Descritores: *Pesquisa Bibliográfica/Planejamento Instrucional; Avaliação Instrucional; Tecnologia Educacional.*

obter sucesso na aprendizagem.

Coerente com essa tendência, decidiu-se planejar e implementar um programa instrucional de Pesquisa Bibliográfica para alunos dos Cursos de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, utilizando o modelo de desenvolvimento tecnológico. Foi pressuposto que constituiria uma solução para os problemas de efetividade da aprendizagem, ou seja, de obtenção de resultados, que podem ser pretendidos ou não pretendidos.

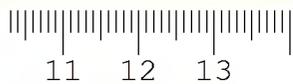
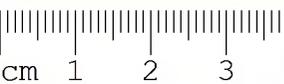
O modelo desenvolvimentista se utiliza de uma metodologia baseada nos princípios da abordagem sistêmica ou Enfoque Sistêmico.

De acordo com essa metodologia, o processo de desenvolvimento instrucional consiste numa seqüência de etapas representadas pelo planejamento, implementação e implantação do novo sistema. Tal ordem seqüencial implica numa estreita relação entre as etapas, pois é, exatamente, tal interação dos componentes de um todo que caracteriza um sistema, objeto de estudo do Enfoque Sistêmico.

A abordagem sistêmica é conceituada por Bertii et alii (1977a) como "uma metodologia que conduz logicamente o pensamento, através de uma análise formal e global do problema em estudo, utilizando-se das premissas básicas da Teoria Geral de Sistemas".

O conceito sistêmico aplicado ao planejamento e execução de projetos é conhecido como Engenharia de Sistemas.

Descreve-se, aqui, a utilização da referida metodologia na etapa de planeja-



mento do programa instrucional de Pesquisa Bibliográfica, proposto no início deste trabalho.

Segundo Recart I. (1980), o planejamento da ação educativa se processa em duas etapas sucessivas, porém interrelacionadas: a previsão da ação e avaliação dos resultados.

A previsão da ação inclui a identificação de necessidades, o estabelecimento de objetivos para atender às necessidades prioritárias e a programação da ação, a qual antevê o funcionamento futuro do sistema. Os riscos dessa antevisão podem ser reduzidos com a inclusão do teste-piloto do novo sistema, na etapa de planejamento, aumentando a possibilidade de sucesso da implementação.

A avaliação dos resultados consiste no estabelecimento do plano de controle e acompanhamento do programa. A rigor, trata-se, também, de um plano de previsão, integrando-se ao plano de ação, pois dentro do Enfoque Sistemático, a avaliação é parte do sistema e não um sub-sistema.

No planejamento do Programa de Pesquisa Bibliográfica foram levados em consideração duas etapas acima descritas, resultando nos planos de ação e de avaliação apresentados a seguir. Porém, deve-se ter em mente que o plano de avaliação representou um desdobramento do plano geral de ação.

2. METODOLOGIA

2.1 Plano de ação

Objetivou-se com esse plano especificar, de forma detalhada e sistemática, as atividades e recursos envolvidos no desen-

volvimento do Programa de Pesquisa Bibliográfica, tanto na etapa de planejamento, como implementação.

A sua elaboração fundamentou-se na Engenharia de Sistemas que, como foi esclarecido, é uma metodologia sistêmica aplicada ao planejamento e execução de projetos.

A Engenharia de Sistemas distingue dois conjuntos de etapas no processo de elaboração de projetos: o seu *planejamento* e sua *execução*. O primeiro conjunto compreende as etapas de identificação da situação, planejamento preliminar e/ou final. O segundo conjunto abrange as etapas de execução, teste ou operação do sistema e controle.

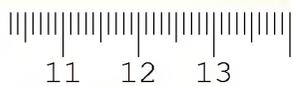
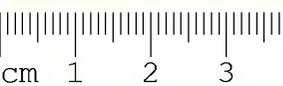
No *planejamento*, projeta-se, em primeiro lugar, a operação do sistema, isto é, o que se quer, em termos de funcionamento do sistema; depois, a obtenção do sistema, ou seja, *como fazer* para construir e testar o protótipo do sistema.

Na execução do projeto são acionadas, primeiramente, as atividades para obter ou construir o sistema e, em segundo, para fazê-lo funcionar de forma experimental.

Portanto, um projeto, elaborado de conformidade com a metodologia da Engenharia de Sistemas, inclui tanto as etapas de planejamento, como implementação de um sistema.

Inicia-se o planejamento, identificando-se a *situação-problema*. Coletam-se dados e informações sobre as condições de funcionamento do sistema atual, define-se o problema que limita tal funcionamento e levantam-se alternativas de solução.

Escolhida a alternativa mais viável, de-



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

terminam-se os *objetivos de mudança* do sistema, sendo estabelecidos de forma geral e específica. Os objetivos específicos devem expressar as mudanças que se pretende introduzir ou, noutras palavras, os resultados que se quer alcançar. Devem, também, sempre que possível, prover *medidas de rendimento* ou critérios para avaliação dos resultados.

Depois de estabelecidos os objetivos, procura-se identificar as *restrições*, isto é, as influências do meio em que vai operar o sistema e que podem interferir nos resultados, tanto na fase de operação como obtenção. Essas restrições podem ser de ordem administrativa, financeiras, políticas, sociais, entre outras.

Procede-se, então, à identificação das *atividades* ou tarefas que o sistema executará, quando em funcionamento, e os *recursos* que serão consumidos; com outras palavras, planeja-se a operação do sistema.

Em continuação, identificam-se as atividades e recursos necessários para se obter o sistema, ou seja, para sua construção.

As atividades e recursos, tanto da fase de operação, como de obtenção do sistema, são estruturados, graficamente, em forma de árvore, vindo a constituir a Estrutura de Divisão de Atividades (EDA) e Estrutura de Divisão de Recursos (EDR).

Cada estrutura representa os componentes (atividades e recursos) das fases de obtenção e operação, dividindo-os por níveis, do mais geral para o mais específico, em sentido descendente. Tem-se, desse modo, uma visão geral das interações de cada fase.

Para facilitar a execução do projeto, as atividades são detalhadas nas "folhas de especificação", em Diagramas de Fluxo de Trabalho (DFT), em cronogramas e outras técnicas para estimativas de tempo e custo.

No caso de se ter soluções alternativas para estudar, a etapa de planejamento se desdobra em preliminar e final. As mesmas técnicas são aplicadas para cada alternativa, na etapa preliminar. Mediante Análise de Sistemas* escolhe-se a melhor alternativa, que é, então, projetada com detalhes, na etapa do planejamento final.

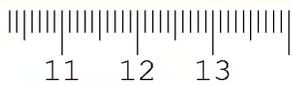
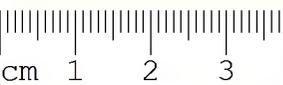
Completado o planejamento, implementa-se o projeto, construindo-se o sistema e realizando-se o teste-piloto, podendo-se testar todo o sistema ou, apenas, as partes relevantes.

A testagem representa um controle de qualidade, pois visa ao aprimoramento do sistema antes do seu funcionamento definitivo, na etapa de implantação.

Esse controle não se verifica somente na etapa do desenvolvimento, mas é permanente, ocorrendo antes, durante e após o processo, possibilitando um fluxo de informação e retroalimentação necessário à tomada de decisões. Dessa forma ao controle estão associadas as noções de acompanhamento, retroalimentação e avaliação, cujas funções estão voltadas para o aperfeiçoamento do sistema.

Toda essa sistemática foi aplicada na elaboração do plano que norteou o desen-

* É definido por Reis (1976) como "uma abordagem que procura ajudar o planejador na escolha da melhor alternativa para solucionar um problema".



volvimento do programa de Pesquisa Bibliográfica.

Segue a descrição sucinta dos componentes do referido plano, representados pelos objetivos, medidas de rendimento, restrições, atividades e recursos.

2.1.1 Objetivos

Estabeleceu-se como objetivo geral:

– fornecer um programa de Pesquisa Bibliográfica, visando a melhoria da qualidade da instrução.

Esse objetivo foi desdobrado em dois objetivos específicos:

– desenvolver o programa instrucional;
– acompanhar os resultados do programa instrucional.

2.1.2 Medidas de rendimento

Para se saber quando os objetivos estabelecidos foram alcançados, serviram de medidas de rendimento:

a) relativas ao objetivo “desenvolver o programa instrucional” – conjunto de materiais instrucionais desenvolvidos, validados e impressos;

b) relativas ao objetivo “acompanhar os resultados do programa instrucional” – relatório das avaliações formativa, somativa e “follow-up”.

2.1.3 Restrições

Foram identificados como possíveis barreiras ao desenvolvimento do projeto:

a) na fase de obtenção:
– tempo limitado para o planejamento e redação do material didático;

– orçamento reduzido para a produção do material didático;

– falhas na elaboração do material didático;

b) na fase de operação:

– alterações no calendário dos cursos de Mestrado relativas ao período de aplicação do programa instrucional;

– falta de cumprimento das condições e prazos estabelecidos para as atividades de aprendizagem;

– recursos bibliográficos inexistentes ou deficientes nas bibliotecas da UFRN, para a realização dos trabalhos práticos.

2.1.4 Atividades e recursos

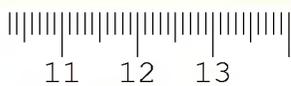
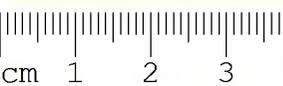
Como exemplos, são apresentados, nos anexos 1 a 5, as Estruturas de Divisão de Atividades (EDA) e Recursos (EDR) o PERT e o Cronograma da fase de obtenção, bem como o Diagrama de Fluxo de Trabalho da fase de operação.

2.2 Plano de avaliação

O objetivo desse plano foi especificar a sistemática de avaliação aplicada ao desenvolvimento do programa de Pesquisa Bibliográfica, conforme previsto no plano de ação.

A elaboração do plano foi precedida de uma extensa revisão bibliográfica em busca de fundamentação teórica, a qual demonstrou áreas críticas, algumas das quais serão analisadas a seguir.

Segundo Brewer & Hills (1966) o exame da literatura indica que seria vantajosa uma redefinição da natureza, finalidade e metodologia da avaliação.



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

Focalizando a questão da natureza e finalidade, Lewy (1979) afirma que a solução desponta no campo da Educação, como uma disciplina científica, destinada a proporcionar evidências sobre os resultados dos novos programas.

O seu conceito inicial a relacionava com medida, pois era orientada para o desenvolvimento e interpretação dos testes e medidas.

Surgiu, depois, o conceito de avaliação como congruência, voltado para a determinação do grau de consecução dos objetivos de um curso ou programa.

Posteriormente, a avaliação foi identificada como julgamento profissional e, finalmente, projeto experimental.

Stufflebeam (1978) considera que cada um desses enfoques tem as suas vantagens e limitações. Todas as abordagens são tentativas de conferir rigor científico à avaliação, mas a focalizam como um processo terminal, isto é, oferecem, apenas, dados finais.

Tendo em vista essa limitação, Stufflebeam (1978), propôs um novo conceito de avaliação, considerando-a um "processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões alternativas".

Desse modo, avaliação passa a ser identificada com tomada de decisões. Essas decisões podem ser de planejamento, estruturação, implementação e reciclagem, conforme a avaliação seja de contexto, insumos, processo e produto.

De acordo com o modelo de Stufflebeam, a cada tipo de avaliação corresponde um plano, contendo as especificações

referentes às fases de delineamento, obtenção e fornecimento de informações. Esclarecimentos sobre essas fases serão dados posteriormente.

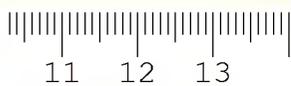
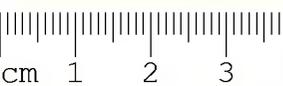
Existem, ainda, outras formas de categorizar a avaliação.

Scriven*, citado por Stufflebeam (1978), identifica dois tipos de avaliação: formativa e somativa. A primeira é conduzida durante o processo, para aperfeiçoá-lo antes da conclusão. A segunda é retrospectiva e conduzida a nível de produto, permitindo aperfeiçoá-lo para o futuro.

O autor distingue, também, avaliação intrínseca e extrínseca, podendo ambas se relacionar com o processo ou produto de um programa instrucional. A característica da avaliação intrínseca é o julgamento do instrumento de ensino em si, independente de seus efeitos. O julgamento recai sobre os objetivos, o conteúdo, o material impresso, o desempenho do professor, podendo ser efetuado durante ou no final do processo. A avaliação extrínseca ou de benefícios se preocupa com os efeitos intermediários e finais dos instrumentos de ensino.

Os conceitos de avaliação formativa e somativa foram relacionados por Stufflebeam (1978) ao seu esquema conceitual. Cada um dos quatro tipos de avaliação pode ser formativo ou somativo, conforme seja prospectivo para tomada de de-

* SCRIVEN, Michael. The methodology of evaluation. In: Scriven, Michael. *Perspectives on curriculum evaluation*. Chicago, R. MacNally, 1967.



cisões ou retrospectivo para verificação da produtividade.

A avaliação é, ainda, definida quanto às fontes de informação em formal ou objetiva e informal ou subjetiva. Brewer & Hills (1966) identificam a avaliação formal ou objetiva com abordagem tradicional, caracterizada pela pré-especificação de áreas-problema, objetivos e critérios pré-estabelecidos, dados objetivos, esquema de pesquisa estruturado, interpretação científica, tomada de decisões como finalidade. A avaliação informal ou subjetiva é considerada uma abordagem progressista, tendo como atributos: extensa base de dados, tanto objetivos como subjetivos, esquema de pesquisa estruturado, porém flexível, interpretação humanista, coleta de evidências como finalidade.

As avaliações preordenada e responsiva, mencionadas por Lancaster (1975) correspondem aos conceitos de avaliação formal/objetiva e informal/subjetiva, respectivamente.

Mais recentemente, surgiu a avaliação iluminativa, que se aproxima do conceito de avaliação responsiva pelo fato de ser um esquema conceitual não padronizado. Harris (1977) considera uma abordagem adequada à avaliação de inovações, tendo em vista permitir a adoção de metodologia eclética e ser adaptável às circunstâncias. Isto significa que a escolha das técnicas de pesquisa decorre de decisões em cada caso e os problemas definem os métodos. Não é dada ênfase aos objetivos e a técnicas elaboradas. Em vez de testar hipóteses, procura-se produzir "insights". Prefere o uso de observações e entrevistas

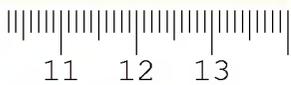
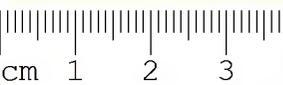
não estruturadas, dados qualitativos, tais como as reações de alunos e professores, embora, também, use dados quantitativos, decorrentes de teste e outras medidas.

A avaliação iluminativa vem sendo apontada por diversos autores, entre os quais Ah-tin & Valério (1979), Brewer e Hills (1966), Fjallbrant (1977), Hills et alii (1976), Harris (1977), Stevenson (1977) e Taylor (1978), como capaz de oferecer um esquema de pesquisa mais adequado aos programas de instrução em biblioteca. Taylor (1978) justifica o uso da avaliação iluminativa, quando afirma que os participantes dos programas de instrução em biblioteca são "contaminados" por interações de caráter informal, decorrentes de ajuda do pessoal das bibliotecas, de colegas e de professores. Daí a necessidade de se avaliar o programa instrucional em interação com o meio ambiente onde será utilizado.

Essas distintas abordagens de avaliação se agrupam em torno de dois paradigmas de pesquisa, relacionados com as Ciências agrícolas e Ciências antropológicas. O primeiro se caracteriza pela objetividade científica, grande número de sujeitos e dados quantitativos. O segundo enfatiza o pequeno número de sujeitos, técnicas subjetivas, como meio de obter uma visão geral do programa, dados qualitativos mais do que quantitativos.

Como esclarece Harris (1977) os adeptos do método antropológico reconhecem que as técnicas subjetivas podem produzir informações confusas e irrelevantes.

Daí a proposta de uma metodologia eclética, combinando métodos e técnicas



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

objetivas e subjetivas, nos estudos de avaliação, formulada por Lewy (1979).

Exemplos desse ecletismo empregado na instrução em biblioteca são os trabalhos de Fjallbrant (1977), Hills et alii (1976), Kazlauskas (1976), Schreiner (1980).

O exame desses trabalhos confirma a observação de Ah-tin & Valério (1979) de que a maioria dos estudos de avaliação da instrução em biblioteca é concentrada nos efeitos imediatos.

Young & Brennan (1978) assinalam que a pesquisa realizada por Fjallbrant* é uma das poucas que avaliou a instrução bibliográfica de modo completo e sistemático, utilizando diferentes métodos.

A pesquisa foi conduzida na Chalmers University of Technology Library, Gothenburg, Suécia, envolvendo três estágios de um programa de instrução dos usuários, a nível de Graduação e Pós-Graduação, a saber: orientação, cursos de introdução e avançado em recuperação da informação.

A metodologia empregada para a avaliação do programa incluiu, como a autora esclarece, os métodos psicométricos, iluminativo e sociológico; como técnicas, a testagem, a entrevista, a observação e o uso da Biblioteca; como instrumentos, testes, questionários, trabalhos práticos e o telefone.

Justificando o uso de métodos variados, Fjallbrant (1977) argumenta que per-

mite produzir o efeito de "triangulação", mediante o qual os resultados podem ser confirmados de diferentes maneiras.

Se, por um lado, o uso de diferentes métodos privilegia maior confiabilidade dos resultados, por outro lado, aumenta a gama de problemas de avaliação.

Em consequência, surge a necessidade de se estabelecer um plano de avaliação a fim de sistematizar os procedimentos avaliativos e, desse modo, assegurar a obtenção das informações requeridas. Essa sistematização deve ser fundamentada num esquema conceitual de avaliação de que é exemplo o de Stufflebeam (1978).

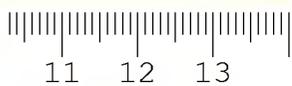
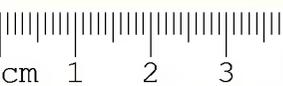
Adotando-se o referido esquema para organizar os procedimentos de avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica, levou-se em conta sua característica de metodologia de investigação científica, baseada nos princípios sistêmicos, estando, portanto, em consonância com a filosofia de planejamento do citado programa.

Por outro lado, observa-se amplo uso desse esquema na avaliação de programas inovadores, de que são exemplos os trabalhos de Bertii et alii (1977c) Goldberg & Souza (1980) e Gonçalves (1978a), demonstrando a sua viabilidade.

Com base no esquema teórico adotado, o plano de avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica envolveu as fases de delineamento, obtenção e fornecimento de informação.

Relacionando essas fases com aquelas do processo de Engenharia de Sistemas, verifica-se que a fase de delineamento

* FJALLBRANT, Nancy. Evaluation in a user education programme. *J. Libr.*, London, 9 : 84-95, Apr. 1977.



corresponde ao planejamento da informação e as fases de obtenção e fornecimento da informação, à execução do plano de coleta de dados e divulgação dos resultados, como observam Bertti et alii (1977a).

No delineamento, caracteriza-se primeiramente, *o que avaliar*, definindo-se os componentes, os propósitos e objetivos e critérios. Depois, determina-se *como avaliar*, especificando-se os procedimentos avaliativos, os quais incluem as fontes, os instrumentos, o cronograma, o tratamento e organização dos dados.

Na obtenção, são acionados os procedimentos, permitindo que a avaliação se realize, gerando as informações necessárias para a tomada de decisões, durante as etapas do desenvolvimento instrucional.

Dessa forma, o plano de avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica especifica os procedimentos avaliativos relativos ao planejamento e implementação do referido programa.

A seguir, são descritos os componentes do referido plano.

2.2.1 Objeto da avaliação

Refere-se aos elementos do projeto focalizados pela avaliação.

Na etapa de planejamento foi avaliada a instrução da Pesquisa Bibliográfica, como estava sendo realizada nos Cursos de Mestrado da UFRN e como deveria ser, na opinião de alunos e professores dos referidos Cursos.

Outro elemento dessa etapa, também avaliado, consistiu na versão preliminar

(protótipo) do material instrucional.

Na etapa de implementação, a avaliação teve como objeto a versão revisada do material instrucional.

2.2.2 Propósito da avaliação

Relaciona-se com o tipo da informação requerida. Se é informação para determinar os objetivos e características gerais de um programa, a avaliação tem finalidade diagnóstica ou diagnosticativa.

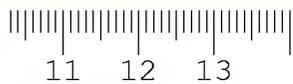
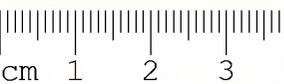
O propósito é formativo ou somativo, conforme a avaliação deva fornecer dados sobre o desenvolvimento de um programa, durante o processo ou no final, para determinar os efeitos produzidos e possíveis reformulações.

Quando se tem em vista informações sobre o impacto do programa sobre professores e alunos, o propósito da avaliação é iluminativo. Os dados dessa forma de avaliação complementam os anteriores, possibilitando a obtenção de informações não previstas.

Todas essas modalidades de propósito foram incorporados à avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica.

Com finalidade diagnóstica a avaliação forneceu informações sobre o contexto da Pesquisa Bibliográfica, as quais fundamentaram as decisões de planejamento, resultando na elaboração dos planos de ação e de avaliação. Fundamentaram, também, as decisões de estruturação, fornecendo dados sobre os insumos do programa, decorrente da definição do propósito e objetivos do mencionado programa.

As avaliações com propósito formativo, somativo e iluminativo visaram o pro-



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

cesso e o produto do programa instrucional, tanto no teste-piloto, da etapa de planejamento, como no teste em campo, da etapa de implementação.

2.2.3 Objetivos da avaliação

Consistem na operacionalização dos propósitos, especificando que tipo de informações se pretende obter.

Definem-se os resultados a que se quer chegar com cada tipo de avaliação.

Tendo em vista os propósitos ou objetivos gerais da avaliação diagnóstica, formativa, somativa e iluminativa, foram estabelecidos como objetos específicos para cada tipo, respectivamente:

- identificar relevância e aprendizagem da instrução da Pesquisa Bibliográfica;

- caracterizar a instrução da Pesquisa Bibliográfica;

- coletar evidências para melhorar o material instrucional, durante o planejamento;

- verificar pontos falhos na instrução e/ou testes;

- estabelecer a efetividade da instrução, a curto prazo;

- estabelecer a efetividade da instrução, a longo prazo.

2.2.4 Componentes a avaliar

Correspondem às variáveis do programa instrucional envolvidas no processo de avaliação.

A sua identificação baseou-se na classificação de variáveis educacionais de

Hammond*, citado por Bertii et alii (1977b), que distingue três grupos: a) variáveis comportamentais, relativas ao domínio cognitivo, efetivo e psicomotor da aprendizagem; b) variáveis instrucionais que envolvem elementos de conteúdo, metodologia e organização da instrução; c) variáveis populacionais, relativas à população direta ou indiretamente envolvida, na qual se incluem alunos e professores.

A avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica focalizou os seguintes componentes ou variáveis:

- comportamento cognitivo e afetivo do aluno;

- características da instrução;

- características físicas do material instrucional;

- estratégias instrucionais;

- condições de funcionamento do programa.

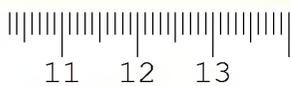
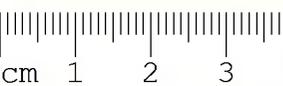
2.2.5 Questões avaliativas

Orientam o levantamento das informações necessárias para a tomada de decisões, durante o desenvolvimento de um programa instrucional.

Referente ao programa de Pesquisa Bibliográfica, foram formuladas algumas questões, que serão apresentadas a seguir, relacionadas ao tipo de decisão que geraram.

Para decisões de estruturação;

* Deixa-se de apresentar a referência bibliográfica por falta de dados.



– Existe diferença significativa quanto à relevância e aprendizagem da Pesquisa Bibliográfica?

– Que características deve ter a instrução da Pesquisa Bibliográfica para alunos da Pós-Graduação da UFRN?

Para decisões de implementação:

– O material instrucional apresenta problemas quanto à clareza, precisão e estrutura?

– Os objetivos instrucionais foram atingidos? Quais não foram alcançados?

– Quais as possíveis causas da deficiência no atingimento dos objetivos?

Para decisões de reciclagem:

– A instrução ocasionou acréscimo de conhecimentos e habilidades, conforme especificados pelos objetivos?

– O material instrucional apresentou boa qualidade quanto ao aspecto físico, linguagem, estratégias?

– O desenvolvimento da instrução esteve de acordo com o planejado?

– Houve retenção da aprendizagem?

– Que comportamentos treinados estão sendo utilizados nas atividades acadêmicas dos alunos?

– Quais as causas possíveis da não utilização?

– O programa foi efetivo?

– Quais as condições ótimas de funcionamento do programa?

2.2.6 Indicadores

São medidas diretas e indiretas das informações delineadas pelas questões avaliativas.

Seguindo recomendações de Goldberg & Souza (1979), foram utilizados vários

indicadores na avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica, a saber: comportamento cognitivo dos alunos, opinião de alunos e professores, julgamento de especialistas, observação do instrutor.

O comportamento cognitivo dos alunos foi traduzido pelos índices de efetividade de alcance por objetivos, ganho por objetivo, domínio de objetivos, ganho individual e grupal, os quais serão explicitados na seção referente ao tratamento dos dados.

2.2.7 Critérios

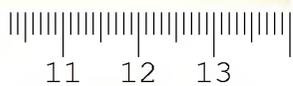
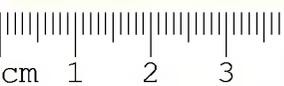
Servem de base para o julgamento do nível de desempenho do programa instrucional.

Para as pesquisas avaliativas que empregam o delineamento de um único grupo, como no caso presente, a comparação dos resultados é realizada com padrões de aceitação ou critérios.

O nível de aceitação dos dados fornecidos pelos indicadores fixa os limites entre sucesso e fracasso de um programa instrucional.

Segundo Lewy (1979), a determinação dos critérios deve se fundamentar em princípios pedagógicos, de comunicação e curriculares. Cita como exemplo, entre outros, de padrão baseado em princípios pedagógicos, o fornecimento adequado de reforço, em princípios de comunicação, a clareza da apresentação e seqüência correta e, em princípios curriculares, a correspondência entre objetivos e atividades planejadas.

Se bem que apoiado em referencial teórico, o estabelecimento de critérios é



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

uma tarefa que requer experiência, pois não existe consenso a respeito dos melhores padrões para julgar o valor de um programa, devendo ser tomadas decisões em cada caso particular, conforme sugerem diversos autores entre os quais Goldberg & Souza (1979).

Por isso, a implementação de um programa inovador é, também, um teste para os padrões estabelecidos, ajudando a identificar os valores ótimos, na opinião de Cottam (1978).

Portanto, os critérios definidos no plano de avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica foram submetidos a julgamento, juntamente com o programa, muito embora tenham sido selecionados com base na experiência de especialistas, principalmente Berti et alii (1977d), Gonçalves (1978) e Klausmeier & Goodwin (1977).

No estabelecimento dos critérios, fez-se distinção entre aqueles que seriam utilizados como base de comparação para o desempenho dos alunos, durante o programa, após a instrução, a curto e a longo prazos.

Durante o processo, o critério de desempenho dos alunos foi fixado em 100%, tendo em vista os princípios da aprendizagem para o domínio, teorizados por Gagné (1980).

O desempenho dos alunos, após a instrução, constituiu-se em indicador da efetividade do programa. Nele foram levados em conta não somente o comportamento cognitivo dos alunos, resultante da instrução ministrada, como também, o

seu comportamento afetivo, face à instrução recebida.

Para os indicadores da efetividade, na área cognitiva, foram estabelecidos como padrões de desempenho: a) um mínimo de 80/60, significando que 80% dos objetivos deveriam ser dominados por 60% dos alunos; b) um mínimo de 60% de ganho grupal; c) um máximo de 50% de perda, após quatro meses do término da instrução.

Para os indicadores da área afetiva, fixou-se como critério 70/70, ou seja, 70% dos componentes dos módulos e do programa submetidos à avaliação deveriam ser considerados altamente satisfatórios ou satisfatórios pelos alunos.

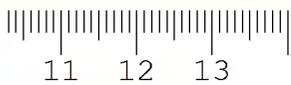
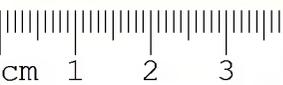
Esses padrões foram considerados razoáveis, tendo em vista que o programa testaria metodologia nova para a instrução da Pesquisa Bibliográfica, dentro da programação normal dos cursos de Mestrado da UFRN, o que implica em carga horária e período de realização fixos.

Estabeleceu-se o mesmo padrão de 80/60 para os diversos indicadores do domínio cognitivo, tendo em vista possibilitar a comparação entre eles.

Manteve-se, também, os mesmos padrões para o teste-piloto e teste de campo, visando verificar a variação dos resultados entre as duas testagens.

Quanto ao padrão de correção dos itens de teste, Gronlund (1979) sugere que sejam aumentados ou diminuídos, conforme a natureza dos objetivos e o tipo dos itens de teste.

Entretanto, considerando que, quando



o domínio é a meta não existem itens de teste difíceis ou fáceis, foi mantido o padrão de 70% para todos os itens do pré e pós-testes do programa de Pesquisa Bibliográfica.

2.2.8 Fontes de dados

A identificação das fontes de coleta de dados para avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica, envolveu várias decisões, relativas à população e amostragem.

A principal delas estabeleceu que os dados seriam coletados junto a alunos e professores dos cursos de Mestrado da UFRN, bem como especialistas nas áreas de Educação, Estatística, Metodologia Científica e Biblioteconomia.

Alunos do Curso de Mestrado em Educação, ingressos em 1979, e professores constituíram amostra aleatória para a testagem do questionário de avaliação diagnóstica.

Alunos do Curso de Mestrado em Administração, ingressos em 1978 e 1979, e professores, bem como alunos do Curso de Mestrado em Patologia Oral, ingressos em 1979, e professores foram fontes de dados para a avaliação diagnóstica das necessidades da clientela, em termos de instrução da Pesquisa Bibliográfica. Tratou-se de uma amostra acidental, pois, aplicou-se o questionário aos alunos presentes em sala de aula e aos professores que se dispuseram a participar da experiência, sendo, portanto, considerados apenas os casos ocasionais.

Para as testagens do programa, trabalhou-se com a população, composta dos alunos do Curso de Mestrado em Odonto-

logia Social e do Curso de Mestrado em Patologia Oral, ingressos em 1980, bem como alunos do Curso de Mestrado em Administração, ingressos em 1981. O primeiro grupo foi submetido ao teste-piloto e os dois últimos ao teste de campo.

Os mesmos grupos que participaram da testagem de campo foram fontes de dados para a avaliação por acompanhamento.

Os especialistas foram juízes na validação do material instrucional e instrumentos de medida. Um deles, o estatístico, foi fonte de informação no tratamento dos dados do questionário para identificação das necessidades instrucionais, relacionadas com o programa de Pesquisa Bibliográfica.

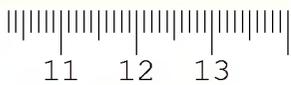
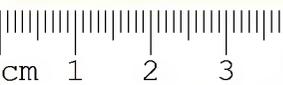
2.2.9 Instrumentos de medidas

Constituem os meios ou recursos materiais utilizados para coleta dos dados ou evidências destinadas aos propósitos da avaliação.

Dessa forma, a escolha de um instrumento de medida está relacionado com a modalidade de avaliação (diagnóstica, formativa, somativa e iluminativa), como também ao tipo de indicador (comportamento cognitivo, afetivo, opinião e observação). Nesse sentido, Turra et alii (1975) apresentam um interessante quadro no qual estabelecem tal relação.

A mesma relação foi mantida no plano de avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica.

A escolha e elaboração dos instrumentos de coleta de dados merecem um estudo especial, pois a obtenção de informa-



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

ções úteis para tomada de decisões, durante o desenvolvimento de um programa instrucional, depende da precisão do instrumental empregado.

Segundo Gressler (1979), entre outros autores, as qualidades desejadas de um instrumento de medição, utilizado para pesquisas de caráter científico, são a validade e a confiabilidade.

A validade de um instrumento de medida é definida por Bastos (1979) e outros como a propriedade de medir o que se pretende que seja mensurado, podendo ser conteúdo e objetivos, determinado constructo* ou previsão do desempenho de um grupo em áreas correlatas. Daí os três tipos de validade registrada pela literatura especializada: validade de conteúdo, de constructo e preditiva.

A confiabilidade ou fidedignidade de um instrumento de medida é a sua capacidade de produzir os mesmos resultados, quando aplicado a um mesmo grupo, repetidas vezes.

Essa precisão é relativa, pois, conforme diversos autores, entre os quais, Gressler (1979), qualquer instrumento de medida gera erros de medição.

Para assegurar o maior grau possível de validade e confiabilidade das medidas, os instrumentos são pré-testados, antes de sua utilização.

Como se processou essa testagem em relação aos instrumentos usados para

avaliação do programa de Pesquisa Bibliográfica é o que será apresentado a seguir.

Os opinionários (forma para alunos e professores) de avaliação diagnóstica foram submetidos à apreciação de três especialistas em Pesquisa Educacional, visando ao julgamento da qualidade do conteúdo, em termos de clareza, precisão e estrutura física.

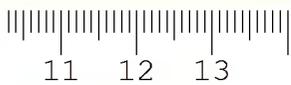
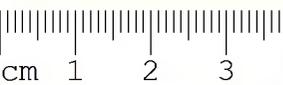
Identificadas as falhas, os opinionários foram reescritos, reproduzidos e pré-testados em dois estágios. No primeiro, foram aplicados, individualmente, a grupos de três alunos e três professores. No segundo estágio, os opinionários foram administrados a grupos de cinco alunos e cinco professores. Essa testagem foi acompanhada de entrevista para retroalimentação imediata.

Concluída a pré-testagem para validação do conteúdo, procedeu-se ao teste de confiabilidade das metades ou "split-half".

O protótipo do material instrucional, também, foi validado por três especialistas no assunto, para controle de qualidade. Depois de reformulado foi pré-testado com pequeno grupo, nas mesmas condições em que se verificou o teste em campo, na etapa de implementação do programa.

Os demais instrumentos de medida, tais como pré e pós-testes, opinionários de avaliação da instrução a curto e longo prazos, ficha de registro de dificuldades e diários das observações do instrutor foram testados com o protótipo do material instrucional.

* "Conceito deliberado e conscientemente inventado ou adotado para uma finalidade científica". Exemplos: inteligência, densidade, etc. (Bastos, 1979).



Stone (1981) comenta a dificuldade de se isolar efeitos do material e dos instrumentos, quando ambos são testados, simultaneamente.

No caso do pré e pós-testes, a autora considera que uma forma de contornar a situação seria diminuir as possibilidades de viés nos resultados, através da elaboração de formas paralelas e ordenação aleatória dos itens, crítica de especialistas e aplicação informal em indivíduos.

Procedimentos semelhantes foram adotados no preparo dos testes utilizados pelo programa de Pesquisa Bibliográfica. Os itens do pré e pós-testes e dos testes de unidades constituíram formas paralelas distribuídas por sorteio. Além disso, os testes de unidades foram analisados por especialistas e pré-testados por dois deles, durante a validação do material instrucional.

2.2.10 Cronograma

Trata-se de um destaque dos cronogramas, anexos ao plano de ação do programa de Pesquisa Bibliográfica.

Compreende os períodos de coleta de dados realizados antes, durante e após o desenvolvimento do referido programa, e relativos a avaliação de insumos, processo e produto. A esses três momentos correspondem as atividades de delineamento do programa, controle do seu desenvolvimento e acompanhamento dos resultados, parciais e finais.

No anexo 4 é apresentado, como exemplo, o cronograma da fase de obtenção.

2.2.11 Tratamento dos dados

Consistiu na sistematização e análise dos dados de julgamento, de observação e de aprendizagem.

Os dados de julgamento foram decorrentes da opinião emitida por alunos, professores e especialistas, tendo como base o opinatório de avaliação da instrução a curto prazo, opinatório de avaliação da instrução a longo prazo e roteiro de entrevistas.

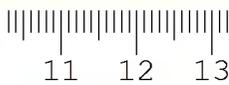
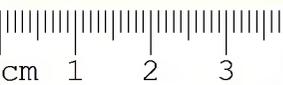
Para análise dos dados foram aplicados métodos quantitativos e qualitativos, conforme discriminação a seguir.

Técnicas de análise quantitativa foram utilizadas para tratamento dos dados do opinatório de avaliação diagnóstica.

A opinião dos alunos e professores sobre aspectos gerais, tais como metodologia, carga horária, corpo docente, entre outros, foi computada mediante percentagem simples. Relativo à relevância e aprendizagem da Pesquisa Bibliográfica, aplicou-se o teste de igualdade de variância; com variáveis iguais foi usado o teste t' de Student e com variáveis diferentes, o teste t' de Aspin-Welch.

Pôde-se usar estatística paramétrica, tendo em vista as amostras dos dois grupos serem relativamente grandes, o que acarreta uma aproximação para distribuição normal. Tentativa de análise não paramétrica, empregando o teste de Wilcoxon, demonstrou um número bastante grande de empates, o que representa uma restrição para o uso do referido teste.

O julgamento dos especialistas sobre o protótipo do material instrucional recebeu tratamento qualitativo, mediante des-



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

crição das opiniões formuladas no próprio texto do documento.

Também foram submetidos à análise qualitativa, os dados da ficha de registro das dificuldades, anotadas pelos alunos, durante o teste-piloto.

Os dados do opinonário de avaliação da instrução a curto prazo, aplicado após o término do processo instrucional receberam tratamento quantitativo e qualitativo. A análise quantitativa consistiu na aplicação de uma escala de classificação das respostas (em altamente satisfatório, parcialmente satisfatório e insatisfatório), computação de freqüência das respostas e somatório do julgamento em reações favoráveis (valores altamente satisfatório e satisfatório e desfavoráveis (valores parcialmente satisfatórios e insatisfatórios).

A análise qualitativa resultou em sínteses dos comentários e sugestões apresentadas.

Os dados do opinonário de avaliação da instrução a longo prazo, coletados após três meses do término do curso, foram tratados quantitativamente, mediante contagem de freqüência e percentagem simples.

Procedeu-se à análise qualitativa dos dados do roteiro da entrevista aos professores, coletados após quatro meses do término da instrução, visando saber se os alunos estavam aplicando os conhecimentos e habilidades adquiridas.

Os dados de observação do instrutor, registrados no seu diário de ocorrências, durante a administração do programa, foram, também, analisados qualitativa-

mente, através de descrição das observações.

Na análise dos dados de aprendizagem, utilizou-se método quantitativo, mediante aplicação dos índices de alcance por objetivo, ganho* por objetivo, domínio de objetivos, ganho individual e grupal.

O índice de alcance por objetivo representa uma relação percentual entre o número de alunos que atingiu cada objetivo no pós-teste e o número total de alunos ($PÓS\ S/N \times 100$).

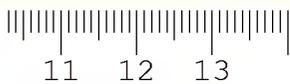
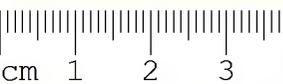
O índice de ganho por objetivo consiste na relação percentual entre ganho real observado e ganho possível. O ganho real é indicado pela diferença entre número de alunos que atingiu determinado objetivo no pós-teste e o número que o atingiu no pré-teste. O ganho possível é expresso pela diferença entre o número total de alunos e o número que atingiu o objetivo no pré-teste. ($PÓS - PRÉ/MÁXIMO - PRÉ \times 100$).

O índice de domínio por objetivo indica a percentagem de alunos que atingiu determinada percentagem de objetivos, no pós-teste ($X/Y \times 100$).

O índice de ganho individual expressa a relação percentual entre ganho real e ganho possível ($PÓS - PRÉ/MÁXIMO - PRÉ \times 100$).

No caso de "perda" ou "desaprendizagem", em que o resultado do pós-teste foi inferior ao pré-teste, aplicou-se a seguinte

* Índice de ganho é uma representação numérica da aprendizagem (Gonçalves, 1978b).



fórmula: $PRE - PÓS/PRE - MÍNIMO \times 100$, sendo o escore mínimo representado pelo número zero.

Essa fórmula foi usada para analisar os dados do reteste (PÓS-RETESTE/POS-MÍNIMO $\times 100$).

O índice de ganho grupal é computado com base na média do grupo no pós-teste e no escore médio máximo no pós-teste ($X \text{ PÓS} - X \text{ PRÉ} / X \text{ MÁXIMO} - X \text{ PRÉ} \times 100$).

Em relação ao reteste fez-se uma adaptação da fórmula, considerando "perda" grupal ($X \text{ PÓS} - X \text{ RETESTE} / X \text{ PÓS} - MÍNIMO \times 100$).

2.2.12 Organização dos dados

Refere-se às normas de apresentação dos dados brutos, isto é, não trabalhados estatisticamente, como também, os resultados decorrentes de tratamento estatístico.

Na presente pesquisa os dados resultantes da análise quantitativa foram organizados em tabelas e gráficos.

Os resultados da análise qualitativa foram apresentados em quadros ou de forma descritiva.

2.2.13 Fornecimento da informação

Concluída a descrição dos componentes das fases de delineamento e obtenção das informações, resta apresentar algumas considerações sobre a fase de fornecimento de informação, prevista pelo esquema conceitual de avaliação empregado.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que não foi explicitada no plano de ava-

liação, pois constou do plano de ação, conforme pode ser observado no Diagrama de Fluxo de Trabalho (anexo 4).

Tomando como exemplo o DFT de Operação, os blocos de atividade 12.0 e 16.0 representam a elaboração de relatórios parciais, sendo determinada a forma de apresentação desses relatórios.

Foi previsto, também, o preparo de um relatório final, reunindo as informações dos relatos parciais.

Situando-se numa área mediana entre a Educação e a Biblioteconomia, as informações foram apresentadas de tal modo que possibilitassem a decodificação tanto por bibliotecários, como tecnólogos educacionais.

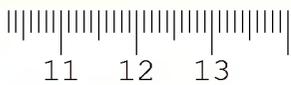
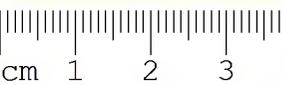
3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A aplicação do enfoque sistêmico na organização dos procedimentos metodológicos para planejar e implementar o programa de Pesquisa Bibliográfica resultou no modelo de desenvolvimento instrucional apresentado na Figura 1.

O referido modelo evidencia algumas das vantagens da metodologia sistêmica. A mais importante delas é a de permitir o controle de qualidade do programa e conseqüente aperfeiçoamento, mediante um processo contínuo de avaliação e revisões.

Essa estratégia reduz os riscos de se adotar um programa, previamente organizado, sem antes verificar se constitui solução para os problemas da instrução.

A identificação desses problemas, através da avaliação de necessidades, aumenta a probabilidade de planejamento de



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

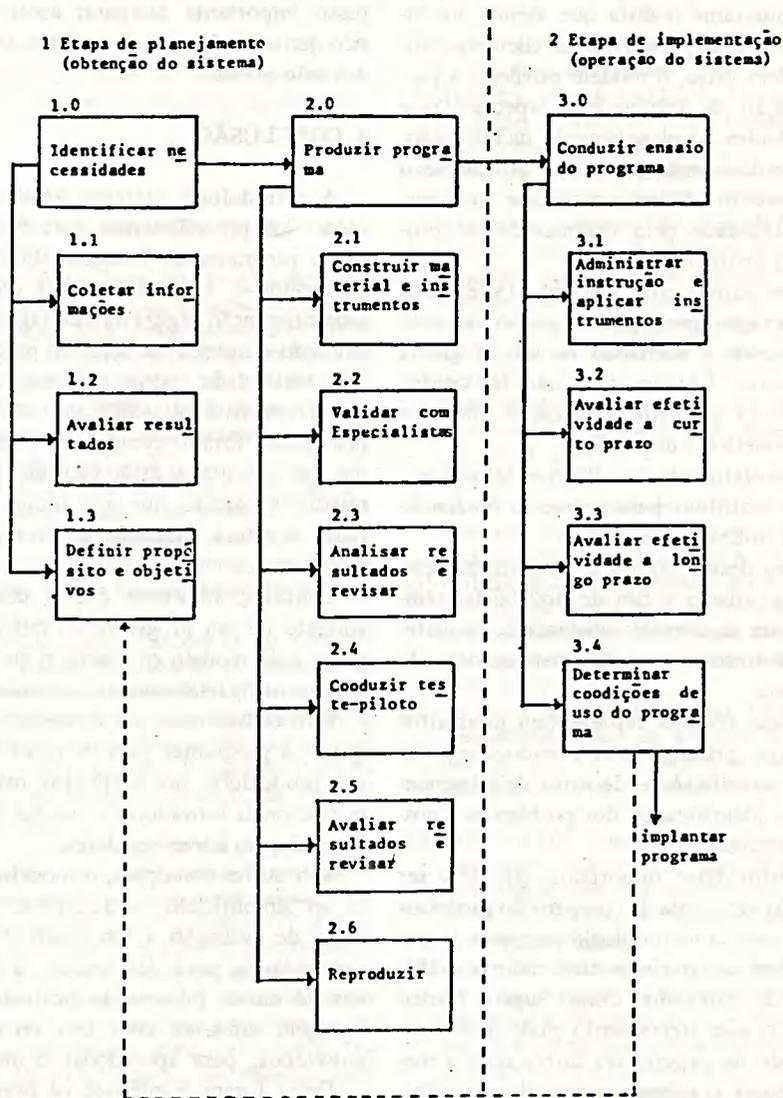
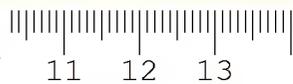
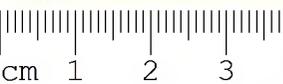


Figura 1

Modelo para testagem do desenvolvimento de um programa de instrução em Pesquisa Bibliográfica



um programa realista que atenda aos interesses e expectativas da clientela-alvo.

Além disso, o modelo privilegia a participação de professores, especialistas e estudantes no planejamento da instrução, tornando-o mais produtivo do que se o bibliotecário-docente assumisse total responsabilidade pela organização do programa instrucional.

De acordo com Cottam (1978), essa cooperação predispõe o corpo docente e discente à aceitação de um programa inovador. Tal suposição não foi confirmada na presente verificação empírica do modelo em discussão.

Constatou-se que diversos fatores podem contribuir para o sucesso ou fracasso da utilização do modelo.

Um desses fatores é a cronogramação das atividades a fim de possibilitar tempo para as revisões substanciais do material instrucional e dos instrumentos de medida.

Essas revisões representam momentos críticos, principalmente, tendo-se em vista a probabilidade de erros de julgamento na identificação dos problemas e possíveis causas.

Outro fator importante que deve ser levado em conta é o preparo do professor para uso da metodologia proposta, já que ele deve atuar como elaborador e avaliador de currículo. Como sugere Harlen (1979) esse treinamento pode se realizar através de experiência direta com a metodologia e assessoramento de especialistas em desenvolvimento de currículo.

Obstáculos de ordem administrativa podem, também, dificultar a utilização do modelo. Nesse sentido constitui um

passo importante assegurar apoio logístico junto à direção dos cursos envolvidos pelo projeto.

4. CONCLUSÃO

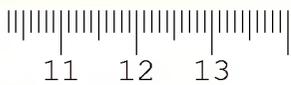
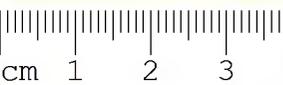
A metodologia utilizada na sistematização dos procedimentos para desenvolver o programa de Pesquisa Bibliográfica revelou-se satisfatória, pois ofereceu uma orientação segura na montagem e verificação empírica do referido programa. Sua viabilidade pode ser evidenciada tendo em vista que 90% das atividades planejadas foram cumpridas. Nos 10% das não executadas estão incluídos alguns relatórios parciais que não foram elaborados devido a alterações no cronograma de execução.

Contudo, admite-se que o desenvolvimento de um programa no molde proposto pelo modelo em pauta, requer tempo e recursos relativamente extensos.

Daí, considera-se que o modelo é adequado a programas para os quais devam ser produzidos ou adaptados materiais instrucionais inovadores e usados em larga escala, em cursos regulares.

Sob outras condições, o modelo poderá ser simplificado, resumindo-se o processo de avaliação a um diagnóstico de necessidades, para determinar os objetivos do curso, julgamento profissional e testagem um-a-um com três ou quatro indivíduos, para aperfeiçoar o material.

Dessa foram mantêm-se os princípios que orientam o modelo. Em primeiro lugar, o desenvolvimento instrucional deve ser precedido de uma especificação de objetivos, baseada nas necessidades da

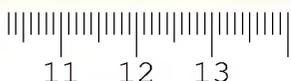
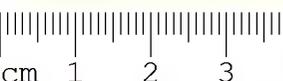


PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

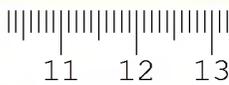
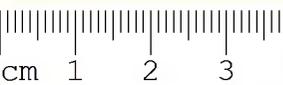
clientela. Além disso, o sistema deve ser aperfeiçoado, antes de entrar em uso regular, a fim de produzir os efeitos desejados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AH-TIN, Ah-Ton & VALÉRIO, Denise Hauser. A formação dos usuários no meio universitário: uma revisão bibliográfica (1974-1978). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, Associação dos Bibliotecários do Paraná, 1979. v. 1, p. 177-200.
2. BASTOS, Lília da Rocha et alii. Glossário de termos básicos em pesquisa científica. In: ---. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. Anexo 15, p. 104-10.
3. BERTTI, Glória Cardozo et alii. Contexto do processo de avaliação: planejamento sistêmico e processo decisório. In: ---. *Planejamento de um curso de treinamento de avaliadores educacionais*. São José dos Campos, 1977. Apêndice F, unidade 1, F2-79. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisas Espaciais.
4. ---. A estrutura de um plano de avaliação. In: ---. *Planejamento de um curso de treinamento de avaliadores educacionais*. São José dos Campos, INPE, 1977. Apêndice F, unidade 6, p. F363-9. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisas Espaciais.
5. ---. *Planejamento de um curso de treinamento de avaliadores educacionais*. São José dos Campos, INPE, 1977. 369 p. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisas Espaciais.
6. BERTTI, Glória Cardoso et alii. Planejamento do teste piloto e instalação do curso de treinamento. In: ---. *Planejamento de um curso de treinamento de avaliadores educacionais*. São José dos Campos, INPE, 1977. Cap. 3, p. 137-83. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisas Espaciais.
7. BREWER, J. G. & HILLS, P. J. Evaluation of reader instruction. *Libri*, Copenhagen, 16 (1) : 55-56, Mar. 1966.
8. COTTAM, Keith. An instructional development model for building bibliographic instruction programs. In: OBERMAN-SOROKA, Cerise, ed. *Proceedings from Southeastern conference on approaches to bibliographic instruction*, March 16-17, 1978, Charleston South Carolina, College of Charleston Continuing Office, 1978. p. 33-40.
9. FJALLBRANT, Nancy. Evaluation in a user education programme. *J. Libr.*, London, 2 (2) : 23-25, 1977.
10. GAGNÉ, Robert M. Condições da aprendizagem na instrução. In: ---. *Princípios essenciais da aprendizagem para o ensino*. Porto Alegre, Globo, 1980. 175 p.
11. GOLDBERG, Maria Amélia & FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Inovação educacional: um projeto controlado por avaliação e pesquisa*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1980. 434 p.
12. --- & SOUZA, Clarilza Prado de. Treinamento. Plano de avaliação - metodologia. In: ---. *A prática de avaliação*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. pt. 4, p. 49-98.
13. GONÇALVES, Consuelo Teresa Fernandes. *Um esquema de avaliação para programas de instrução*. São José dos Campos, INPE, 1978. 173 p. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisas Espaciais.
14. ---. Verificação empírica do sistema proposto: avaliação de um curso na área de tecnologia educacional. In: ---. *Um esquema de avaliação para programas de instrução*. São José dos Campos, INPE, 1978. cap. 3, p. 41-92. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisas Espaciais.
15. GRESSLER, Lori Alice. Qualidades desejadas em um instrumento de medição. In: ---. *Pesquisa educacional*; importância, modelos, validade, variáveis, hipóteses, amostragens,



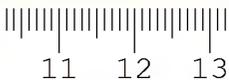
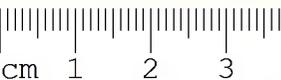
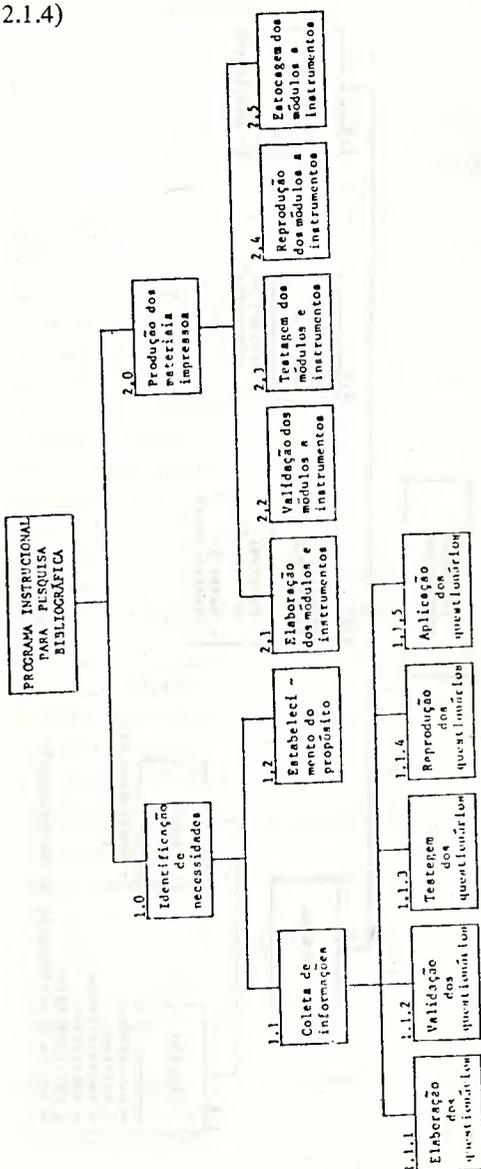
- instrumentos. São Paulo, Loyola, 1979. cap. 4, p. 67-76.
16. GRONLUND, Norman E. Testes referenciados em critério e aprendizagem de domínio. In: ---. *Elaboração de testes para o ensino*. São Paulo, Pioneira, 1979. cap. 2.
 17. HARLEN, Wynne. Avaliação na etapa de implementação em larga escala. In: LEWY, Arieh. *Avaliação do currículo*. São Paulo, E.P.U., EDUSP, 1979. pt. 2. cap. 6, p. 120-53.
 18. HARRIS, Colin. Illuminate evaluation of user education programmes. *ASLIB Proc.*, London, 29 (10) : 348-62, Oct. 1977.
 19. HILLS, P. J. Self-teaching and the development of the individual. *ASLIB Proc.*, London, 28 (9) : 305-13, Sept. 1976.
 20. KAUZLAUSKAS, Edward John. The application of the instructional development process to a module on flowcharting. *J. Libr. Autom.*, Chicago, 9 (3) : 234-44, Sept. 1976.
 21. KEMP, Jerrold E. Elaboração de planos de ensino. In: ---. *Planejamento de ensino: um plano para desenvolvimento de unidades e cursos*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977. pt. 1, B, p. 3-10.
 22. KLAUSMEIER, Herbert J. & GOODWIN, William. Retenção e transferência. In: ---. *Manual de psicologia educacional; aprendizagem e capacidades humanas*. São Paulo, Harbra, 1977. cap. 16, p. 476-508 . . .
 23. LANCASTER, F. W. Approaches to evaluation in education. In: ---. *Guidelines for the evaluation of training courses, workshops and seminars in scientific and technical information and documentation*. Paris, UNESCO, 1975. cap. 4, p. 8-14.
 24. LEWY, Arieh. A natureza da avaliação de currículo. In: ---. *Avaliação de currículo*. São Paulo, E.P.U., EDUSP, 1979. pt. 1, cap. 1, p. 3-35.
 25. RECART I, Hermán. Planejamento da ação educativa. *Tecnol. educ.*, Rio de Janeiro, 9 (33) : 5, mar./abr. 1980.
 26. REIS, J. R. et alii. Engenharia e sistemas. In: ---. *Manual de engenharia de sistemas e projetos; uma abordagem prática*. São José dos Campos, INPE, 1976. cap. 3, p. 33-59. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisas Espaciais.
 27. SCHREINER, Heloisa B. Estudo e treinamento de usuários no sistema de bibliotecas da UFRGS. In: JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 6, Porto Alegre, 1980. *Anais*. Porto Alegre, Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 1980. p. 27-37.
 28. STEVENSON, Malcolm. Education of users of libraries and information services. *J. Doc.*, London, 33 (1) : 53-78, Mar. 1977.
 29. STONE, Vathsala I. Avaliação de materiais instrucionais. In: ---. *Questões de avaliação*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 1981. pt. 2, p. 31-51. Estudos e pesquisas, 2.
 30. STUFFLEBEAM, Daniel. Alternativas em avaliação educacional; um guia de auto-ensino para educadores. In: SCRIVEN, Michael & STUFFLEBEAM, Daniel. *Avaliação educacional (II); perspectivas, procedimentos, alternativas*. Petrópolis, Vozes, 1978. cap. 2, p. 102-50.
 31. TAYLOR, Peter J. La educación de los usuarios y el cometido de la evaluación. *B. UNESCO Bibl.*, Paris, 32 (4) : 271-8, jul./ago. 1978.
 32. TURRA, Clódia Maria Gody et alii. A avaliação do ensino-aprendizagem. In: ---. *Planejamento de ensino e avaliação*. 9. ed. Porto Alegre, PUC, EMMA, 1975. cap. 7, p. 175-230.
 33. YOUNG, Arthur & BRENNAN, Exir B. Bibliographic instruction; a review of research and applications. In: LUBANS John, ed. *Progress in educating the library user*. New York, R. R. Bowker, 1978. p. 13-28.



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

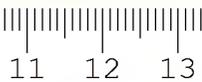
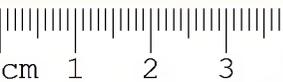
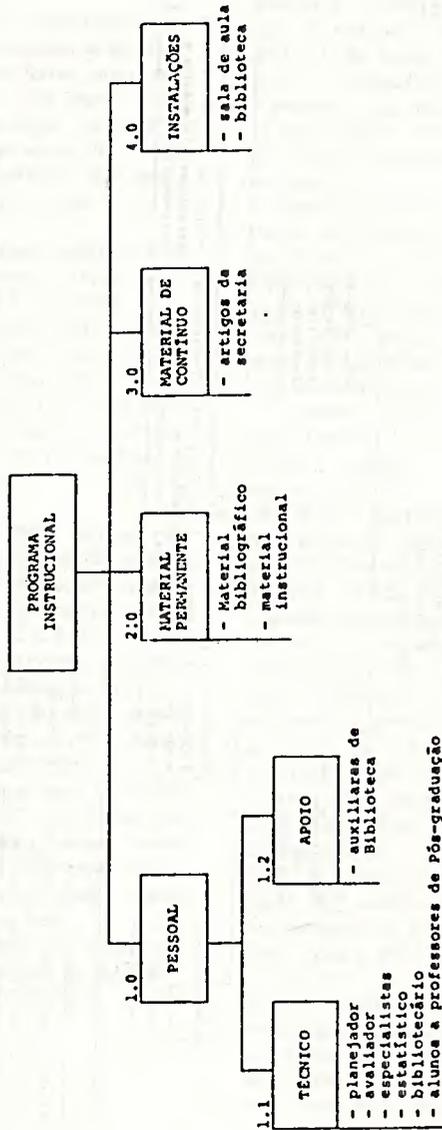
ANEXO I (ver 2.1.4)

E. D. A. DE OBTENÇÃO



ANEXO 2 (ver 2.1.4)

E. D. R. DE OBTENÇÃO

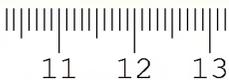
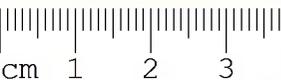


PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA UTILIZANDO A ABORDAGEM TECNOLÓGICA DO ENSINO

ANEXO 3 (ver 2.1.4)

PERT DE OBTENÇÃO

CÓDIGO	ATIVIDADES	DURAÇÃO (EM DIAS)			
		TO	TM	TP	TE
1.0	Fazer pesquisa informativa e logís- tica	50	60	70	60
2.0	Preparar questionários	15	20	25	20
3.0	Reproduzir questionários	3	4	5	4
4.0	Elaborar relatórios	3	4	5	4
5.0	Validar questionários	1	2	3	2
6.0	Reformular	0,5	1	2	1
7.0	Reproduzir questionários	2	3	4	3
8.0	Elaborar relatório	1	2	3	2
9.0	Testar questionários	7	8	9	8
10.0	Analisar resultados	5	6	7	6
11.0	Reformular	0,5	1	2	1
12.0	Reproduzir questionários	4	5	6	5
13.0	Elaborar relatório	1	2	3	2
14.0	Aplicar questionários à população- -alvo	15	20	25	20
15.0	Analisar resultados	10	12	14	10
16.0	Elaborar relatório	4	5	6	5
17.0	Definir propósito do Programa	0,5	1	2	1
18.0	Preparar módulos	15	20	25	20
19.0	Preparar instrumentos de controle e avaliação	3	5	7	5
20.0	Reproduzir módulos e instrumentos	5	7	9	5
21.0	Elaborar relatório	3	5	7	5
22.0	Validar módulos e instrumentos	6	7	8	7
23.0	Reformular	1	2	3	2
24.0	Reproduzir módulos e instrumentos	1	2	3	2
25.0	Elaborar relatório	1	2	3	2
26.0	Testar módulos e instrumentos	75	90	105	90
27.0	Analisar resultados	10	15	20	15
28.0	Reformular	10	15	20	15
29.0	Reproduzir módulos e instrumentos	40	50	60	50
30.0	Elaborar relatório	15	20	25	20
31.0	Estocar material	0,5	1	1,5	1



ENTRADAS PARA NOMES DE LÍNGUA PORTUGUESA

REVISÃO DAS REGRAS DE NOMES BRASILEIROS E PORTUGUESES

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos
Grupo de Trabalho para Revisão das Regras de Catalogação
de Nomes Brasileiros e Portugueses

Coordenadora: Regina Carneiro*

RESUMO

Revisão e reformulação de regras para a entrada de nomes de língua portuguesa, à luz do AACR2. Inclui breve abordagem dos estudos sobre o tema, expõe a metodologia seguida na presente versão e apresenta as novas regras com exemplos.

Palavra-chave: *entradas de nomes de língua portuguesa.*

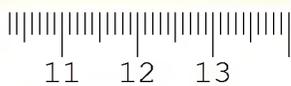
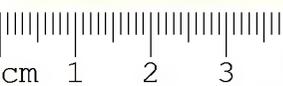
Keyword: *Portuguese names entries*

INTRODUÇÃO E HISTÓRICO

A discussão sobre o tema "nomes brasileiros e portugueses" em catalogação é bastante antiga, destacando-se os trabalhos pioneiros de CUNHA (1948), baseado nas resoluções da Assembléia de Bibliotecários das Américas, Washington, 1947, e de PIEDADE (1961), onde excelentes históricos sobre o assunto são apresentados.

A tradução brasileira do Código de Catalogação Anglo-Americana (1969) trouxe como apêndice VIII um novo trabalho de CUNHA (1969), onde é divulgado o Documento de Base nº 13, apresentado à Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, Paris, 1961 (CIPC),

* Presidente da Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos - Período 1981-1983; Bibliotecária-Chefe do Centro de Catalogação-na-Fonte da Câmara Brasileira do Livro, SP (CRB-8/292)

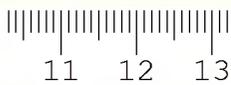
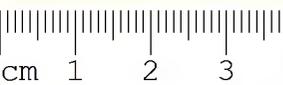


sob auspícios da IFLA. O referido documento e as regras ali arroladas foram os resultados de estudos de uma Comissão Brasileira de Catalogação da FEBAB e basearam-se, em grande parte, no trabalho de LUBETSKY (1960).

A publicação do AACR em 1967 e sua tradução para o português em 1969, bem como o fato de haver divergências entre o Código e as regras de LUBETSKY (1960) levaram à revisão das regras para autores brasileiros e portugueses. Nova comissão foi formada para esse fim, dentro da Associação Paulista de Bibliotecários. Essa comissão tomou como base para estudos o trabalho de HANAI (1974) que comparava as regras do AACR de 1967 com as apresentadas na CIPC para nomes brasileiros e portugueses. Documento final, apresentado por CUNHA (1975), foi aprovado no 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília, 1975, e enviado, posteriormente, ao escritório da UBC (Controle Bibliográfico Universal), em Londres, para aproveitamento na nova edição da sua publicação sobre nomes pessoais de várias nacionalidades como entrada de catálogos, IFLA-UBC (1977).

Em 1978 veio à luz o ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES, 2. ed. (AACR2); já baseado nesse lançamento, HANAI (1978) deu divulgação restrita a uma apostila didática, adaptando a catalogação de nomes brasileiros e portugueses ao novo código. Da mesma maneira, a tradução do AACR2 para o português, ora em processamento, e a divergência do Código em relação a algumas regras brasileiras, levaram a Presidente da Comissão

Brasileira de Processos Técnicos da FEBAB a criar um Grupo de Estudos para reavaliar as normas para catalogação de nomes brasileiros e portugueses então vigentes, ampliando-se o âmbito também para nomes de pessoas de origem estrangeira radicadas no Brasil. Formou-se uma comissão, coordenada por Regina Carneiro, de São Paulo, SP, presidente da Comissão Brasileira de Processos Técnicos da FEBAB e com a participação de Elza Lima e Silva Maia e Maria Antonieta Requião Piedade, do Rio de Janeiro, Sônia Maria Trombelli de Hanai, de São Carlos, SP, Mitzi Taylor, de Santa Catarina, Renilda Nunes Dias, de São Bernardo do Campo, SP, Marily Antonelli Graeber, Maria do Socorro Fontenelle e Olímpio Jorge de Medeiros, de São Paulo, SP. Foram tomados como documentos-base de estudo os já mencionados trabalhos de CUNHA (1975), apresentado ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, e o de HANAI (1978), bem como a tradução preliminar de alguns capítulos do novo código, feita por M. A. Requião Piedade. As reuniões foram realizadas de maio a setembro de 1981, sendo que, em setembro, uma edição preliminar do documento foi enviada a todos os Grupos de Processos Técnicos, para apreciação, sugestões e acréscimo de novos exemplos. As respostas chegaram até o final de outubro, de Grupos dos seguintes Estados: Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Santa Catarina e São Paulo. As críticas foram estudadas e o documento reavaliado pelo núcleo paulista. Posteriormente, em decorrência de sugestões mais recentes, sobretudo do Rio de Janeiro e



de Brasília, novas revisões foram realizadas, vindo a surgir nova versão do trabalho, apresentado no XII CBBB, Camboiú, 1984.

Esse documento contém regras específicas, em alguns casos inexistentes no AACR2 ou que dele divergem e, com algumas alterações, foi submetido à apreciação da I e II Reuniões de Normalização de Processos Técnicos*; promovidas e coordenadas pela Biblioteca Nacional, R.J., tendo sido aprovada na II, em 10 e 11 de maio de 1984.

Cumpra ressaltar, ainda, que as presentes regras estão servindo como documento-base de estudo para preparação de um projeto de norma da CE-14:01.05. Catalogação na Publicação, da ABNT, contribuindo, dessa maneira, para a diminuição das incertezas e divergências existentes nessa área, imprescindível numa época em que a automação começa a entrar em nossas Bibliotecas e uma normalização de registros faz-se necessária dentro do Controle Bibliográfico Universal.

* Entidades participantes: Biblioteca Nacional; Centro de Catalogação-na-Fonte da Câmara Brasileira do Livro, SP; Centro de Estatística e Informações da Bahia; Comissão Brasileira de Documentação e Informação em Processos Técnicos da FEBAB; Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras; Escola Superior de Guerra; Fundação Getúlio Vargas; Grupo de Bibliotecários em Documentação e Informação em Processos Técnicos, RJ; Fundação IBGE; Instituto Estadual do Livro, RJ; Senado Federal; IBICT.

METODOLOGIA

Como rotina de trabalho e para redação dos documentos preliminares, foi seguido um método comparativo, dentro da seguinte seqüência: 1) regras revistas e aprovadas no Congresso de Brasília, CUNHA (1975); 2) regras para nomes pessoais correspondentes do AACR2; 3) recomendações para nova redação das regras. Sobrepueraram-se quatro revisões, sendo que o documento preliminar, que seria enviado para discussão pelos Grupos estaduais, foi fruto da 4a. revisão. A apresentação das regras, na 4a. versão, foi baseada no documento de 1975, com a regra ali enunciada seguida, na íntegra, pela regra do AACR2 e pela recomendação proposta. Em anexo, uma lista de exemplos, de acordo com a ordem das recomendações correspondentes.

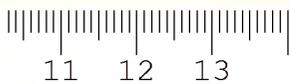
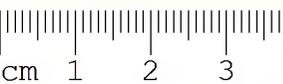
Após as críticas dos Grupos estaduais e no documento final (versão atual), os elementos foram apresentados seguindo-se a ordem dos dados do AACR2, com exemplos e indicação de remissivas, trazendo, entre parênteses, após cada regra, o número da regra correspondente no código.

REGRAS DE ENTRADA PARA NOMES DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. ESCOLHA DO NOME

1.1. Regra Geral

Escolha, como base de entrada para uma pessoa, o nome pelo qual é geralmente conhecida, seja seu nome verdadeiro, pseudônimo, nome artístico ou li-



terário, frase ou expressão, título de nobreza, alcunha, iniciais ou outro apelativo (AACR2: 22.1-22.1A). Para a forma dos cabeçalhos veja 2.

- José Lins do Rego
(nome conhecido)
- não José Lins do Rego Cavalcanti
Dinah Silveira de Queiroz
(nome conhecido)
- não Dinah Silveira de Queiroz Castro Alves
Padre Cícero
(nome conhecido)
- não Padre Cícero Romão Baptista
Jorge Amado
(nome verdadeiro)
Júlio Dinis
(pseudônimo)
- não Joaquim Guilherme Gomes Coelho
Dona Benta
(pseudônimo; nome verdadeiro não identificado)
Tia Stela
(pseudônimo)
- não Stela Napolini
Marques Rebelo
(pseudônimo)
- não Eddy Dias da Cruz
Glória Menezes
(nome artístico)
- não Nilcedes Soares Magalhães
Olavo Bilac
(nome literário)
- não Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac
Piá do Sul
(frase)
Noite Ilustrada
(expressão)
- não Mário de Sousa Marques Filho
Duque de Caxias
(título de nobreza)
- não Luiz Alves de Lima e Silva
Aleijadinho
(alcunha)
- não Antonio Francisco Lisboa

- Mino
(alcunha)
- não Hermínio Castello Branco
A. L.
(iniciais)
Antônio Conselheiro
(apelativo)
- não Antônio Vicente Mendes Maciel

1.2 Escolha entre nomes diferentes da pessoa

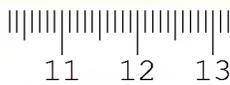
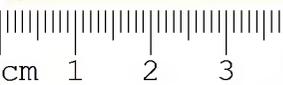
1.2.1 Nome predominante

Se uma pessoa é conhecida por mais de um nome, escolha aquele pelo qual é comumente identificada. Caso contrário, escolha um nome ou forma de nome de acordo com a seguinte ordem de preferência*:

1. o nome que aparecer mais frequentemente em suas obras ou apresentações;
2. a forma do último nome usado ou adotado;
3. o nome que aparecer mais frequentemente nas obras de referência (AACR2: 22.2.-22.2A).

- Therezinha Pedrosa Maestrelli
(nome mais freqüente nas obras)
- não Therezinha P. Maestrelli
Therezinha Maestrelli
Maria José Dupré
(último nome usado)
- não Sra. Leandro Dupré

* Para os nomes brasileiros foi adotada a ordem acima, dada a carência de fontes de referência e as divergências nos registros dos nomes.



ENTRADAS PARA NOMES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Pedro de Magalhães Gândavo
(nome mais freqüente nas obras de referência)

não Pedro de Magalhaães Gandavo
Pedro de Magalhaães de Gandavo

1.2.2 Mudança de nome

No caso de pessoas que mudaram seu nome (p. ex., mulheres casadas, religiosos, pessoas que adquiriram título de nobreza etc.) escolha a forma do nome mais recente a não ser que haja razão para acreditar que persistirá a forma do nome anterior como a mais conhecida (AACR2: 22.2B).

Lygia Fagundes Telles

não Lygia Fagundes
(nome de solteira, usado pela autora antes do casamento)

Francisco Adolfo Varnhagen

não Visconde de Porto Seguro
(título de nobreza)

Frei Betto

não Carlos Alberto Libânio Cristo
(nome seculr)

1.2.3 Pseudônimos

1.2.3.1 Pseudônimo único

Se todas as obras de um autor aparecerem sob um único pseudônimo ou se uma pessoa for assim identificada, escolha o pseudônimo mesmo que o nome verdadeiro seja conhecido. Faça remissiva do nome verdadeiro para o pseudônimo (AACR2: 22.2C-22.2C1).

Júlio Dinis

não Joaquim Guilherme Gomes Coelho
Pixinguinha

não Alfredo da Rocha Viana Filho

Marques Rebelo

não Eddy Dias da Cruz

1.2.3.2 Nome predominante

Para pessoas que adotam o nome verdadeiro e um ou diversos pseudônimos, escolha o nome pelo qual ela é predominantemente identificada, nesta ordem de preferência:

1. nas edições mais recentes de suas obras;
2. em obras de crítica e/ou biográficas;
3. em outras fontes de referência, sem considerar aquelas que fazem sempre a entrada de pessoas pelo nome verdadeiro.

Faça remissivas dos nomes não adotados (AACR2: 22.C2).

Marcelo Tupinambá
(pseudônimo)

não Fernando Lobo
(nome verdadeiro)

João do Sul
(pseudônimo)

Z.Y.X.
(pseudônimo)

Alceu Amoroso Lima
(nome verdadeiro)

não Tristão de Athayde
(pseudônimo)

1.2.3.3 Nenhum nome predominante

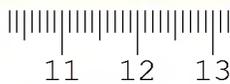
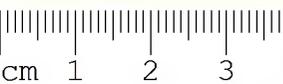
Não havendo forma predominante, escolha, como base de cabeçalho de cada item, o nome que nele aparece (AACR2: 22.2C3).

Malba Tahan

e/ou (pseudônimo usado em algumas obras)

Júlio Cezar de Mello e Souza

(nome verdadeiro usado em algumas obras)



1.3 Escolha entre formas diferentes de um mesmo nome

1.3.1 Extensão do nome

Se as formas de um nome variarem em extensão, escolha a forma mais comumente encontrada. Se necessário, faça remissiva de outras formas.

Ganymédes José
não Ganymédes José Santos de Oliveira

Se nenhuma forma predominar, escolha a mais recente. Em caso de dúvida quanto à mais recente, escolha a forma mais completa (AACR2: 22.3A).

1.3.2 Grafia*

Adote a grafia encontrada na fonte principal de informação.

Hélio Vianna
não Hélio Viana

No caso de aparecerem variações na grafia dos nomes, sendo uma delas resultante da Reforma Ortográfica de 1942, dê preferência à forma encontrada na fonte principal de informação mais recente.

Rui Barbosa
(depois da Reforma Ortográfica)
não Ruy Barbosa
(antes da Reforma Ortográfica)

* Estas regras constituem recomendação aprovada na II Reunião sobre Normalização de Processos Técnicos, promovida e coordenada pela Biblioteca Nacional, RJ, 10 e 11 de maio de 1984, modificando as anteriores referentes à grafia de nomes (veja Introdução, p.).

Para nomes de origem estrangeira adotados por pessoas nascidas ou radicadas em países de língua portuguesa, mantenha a grafia original se usada predominantemente.

Joannart Moutinho Ribeiro
Pierre Sales
Teófilo Ottoni
não Teóphilo Ottoni
Teófilo Otoni

2. FORMA DOS CABEÇALHOS

2.1 Regra Geral

Componha o cabeçalho (escolhido de acordo com as regras de 1 a 1.3.2) começando pelo elemento determinado de acordo com as regras seguintes (AACR2: 22.4-22.19).

2.2 Entrada pelo sobrenome

2.2.1 Regra Geral

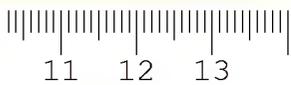
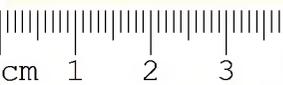
Faça entrada, em geral, pelo sobrenome, com exceção dos casos previstos nas regras específicas: 2.4-2.9.

Amado, Jorge

2.2.2 Sobrenomes múltiplos*

Se o nome contiver mais de um sobrenome, faça entrada pelo último, seguido, após vírgula, dos outros elementos do nome.

* No Brasil foi decidido adotar esta forma de entrada para sobrenomes múltiplos e não 22.5C2 do AACR2. Veja também 2.2.3.2.



me. Faça remissiva(s) de outra(s) parte(s) do sobrenome, assim como outras consideradas necessárias (AACR2: 22.5C1 e 22.5C4).

Rego, José Lins do
 x Cavalcanti, José Lins do Rego
 x Lins do Rego, José
 Telles, Lygia Fagundes
 x Fagundes, Lygia
 x Fagundes Telles, Lygia

2.2.2.1 Sobrenomes unidos por hífen

Se os sobrenomes forem unidos por hífen, faça entrada pela primeira parte do sobrenome e remissiva da parte não usada na entrada (AACR2: 22.5C3).

Vila-Lobos, Heitor
 x Lobos, Heitor Vila-
 Gama-Rodrigues, Joaquim José
 x Rodrigues, Joaquim José Gama-
 Fava-de-Moraes, Flávio
 x Moraes, Flávio Fava-de-

2.2.2.2 Sobrenomes que forma uma expressão

Se o sobrenome for constituído de duas ou mais palavras formando uma expressão, ou for precedido de atributos invariáveis, tais como Santo, São etc., faça entrada pela primeira parte do sobrenome ou atributo (AACR2: 22.5C1).

Rio Apa, Wilson Galvão do
 x Galvão do Rio Apa, Wilson
 Espírito Santo, Virgílio Córdova do
 x Córdova do Espírito Santo, Virgílio
 Castello Branco, Humberto de Alencar
 x Branco, Humberto de Alencar Castello
 x Alencar Castello Branco, Humberto
 São Paulo, Aldimir de

Santo Ângelo, Estevão do
 Boa Morte, Laís

2.2.3 Sobrenomes com prefixos escritos separadamente

Faça entrada de sobrenome que contém artigo, preposição ou combinação de ambos pela parte do nome que segue o prefixo (AACR2: 22.50 -22.5D1).

Almeida, Júlia Lopes de
 x Lopes de Almeida, Júlia
 Silva, Arthur da Costa e
 x Costa e Silva, Arthur da
 Ávila, Angelo d'
 Santos, João dos

Excepcionalmente, se o prefixo estiver unido ao sobrenome, faça entrada pelo prefixo e remissiva da parte do nome que o segue (AACR2: 22.5E).

Deabreu, Moacir
 x Abreu, Moacir de

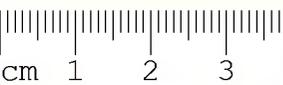
2.2.3.1 Prefixos de origem estrangeira

Faça entrada pelo prefixo para nomes de pessoas de origem estrangeira, nascidas e/ou radicadas no Brasil, identificadas por essa parte do nome. Faça remissiva da parte do nome que segue o prefixo.

Van der Molen, Yara Fleury
 x Fleury van der Molen, Yara
 x Molen, Yara Fleury der
 D'Elia, Antônio
 x Elia, Antônio d'

2.2.4 Pessoas identificadas só por sobrenomes

Para pessoas que adotam apenas sobre-



nomes e são por eles identificados, faça entrada pelo último sobrenome, seguido, após vírgula, de outra(s) parte(s) do sobrenome. Faça remissiva(s) de outra(s) parte(s) do sobrenome e da forma completa do nome.

Assis, Machado de*

- x Assis, Joaquim Maria Machado de
- x Machado de Assis

Miranda, Pontes de

- x Miranda, Francisco Cavalcanti Pontes de
- x Pontes de Miranda

Dourado, Autran

- x Autran Dourado
- x Dourado, Valdomiro Freitas Autran

2.3 Entrada para pessoas com título de nobreza

2.3.1 Pessoas identificadas pelo título de nobreza

Para pessoas identificadas de forma predominante pelo título de nobreza, faça entrada pelo nome próprio do título. Em seguida acrescente o nome pessoal na ordem direta e o termo que indica a posição hierárquica. Faça remissivas do nome pessoal e do título de nobreza para a forma adotada (AACR2: 22.6-22.6A).

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do

- x Paranhos, José Maria da Silva
- x Rio Branco, Visconde do

Caxias, Luiz Alves de Lima e, Silva, Duque de

- x Caxias, Duque de
- x Silva, Luiz Alves de Lima e

São Leonardo, Leonardo Ferreira Marques, Barão de

- x Marques, Leonardo Ferreira
- x São Leonardo, Barão de

Studart, Guilherme Studart, Barão de

- x Studart, Barão de
- Taunay, Alfredo d'Escragnonle Taunay, Visconde de
- x Taunay, Visconde de

2.3.2 Pessoas identificadas pelo nome de família

Para nobres normalmente identificados pelo nome de família, siga as regras específicas correspondentes, com remissiva do título de nobreza e outras consideradas necessárias para a forma de entrada adotada (AACR2: 22.12-22.12A).

Varnhagen, Francisco Adolfo

- x Porto Seguro, Visconde de

2.4 Entrada pelo prenome

Faça entrada pelo prenome para as pessoas cujo nome não incluir sobrenome, assim como para os autores que só adotam prenome(s). No caso de prenomes múltiplos, faça entrada pelo último elemento do prenome. Faça remissiva dos prenomes em ordem direta, bem como outras consideradas necessárias (AACR2: 22.8A-22.8B).

Helena, Maria

- x Maria Helena
- x Carvalho, Maria Helena Vaquinhas de
- Antônio, João

x João Antônio

x Pereira Filho, João Antônio

Herculano, Alexandre

x Alexandre Herculano

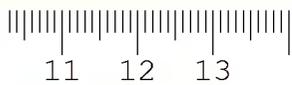
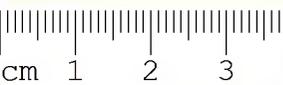
x Araújo, Alexandre Herculano

Carvalho e

Ricardo, Cassiano

x Cassiano Ricardo

x Leite, Cassiano Ricardo



ENTRADAS PARA NOMES DE LÍNGUA PORTUGUESA

2.5 Nomes contendo palavras que indicam grau de parentesco

Se as pessoas adotarem palavras como: Neto(a), Júnior, Filho(a), Sobrinho(a) etc. em seguida ao prenome ou sobrenome, acrescente-se no final do prenome ou sobrenome. Faça remissiva do sobrenome seguido de outros elementos do nome, colocando a palavra que indica parentesco no final, entre parênteses; faça também outras remissivas consideradas necessárias (AACR2: 22.5C8).

Fábio Júnior
x Galvão, Fábio Corrêa Airoso (Jr.)
Adonias Filho
x Aguiar, Adonias (Filho)
Ferreira Filho, Manoel Gonçalves
x Ferreira, Manoel Gonçalves (Filho)
x Gonçalves Ferreira Filho, Manoel
Lima Sobrinho, Barbosa
x Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre José
x Lima, Alexandre José Barbosa (Sobrinho)

2.6 Entradas por iniciais, letras ou numerais

Se o nome de uma pessoa consistir apenas de iniciais, letras separadas, ou numerais, e a forma completa do nome for desconhecida, faça entrada na ordem direta das iniciais, letras ou algarismos. Inclua qualquer palavra, frase ou sinais tipográficos que apareçam em seguida ou associados à iniciais, letras ou algarismos. No caso de iniciais ou letras, faça remissiva de nome-título para as mesmas, invertendo a ordem das letras ou iniciais. Se necessário, faça remissiva para a frase associada. No caso de algarismos, faça re-

missiva de nome-título para os números expressos em palavras (AACR2: 22.10).

O. M.
(forma completa desconhecida)
x M., O.
M., professor de física
x Professor de física M.
i. e., Mestre
x e. i., Mestre
x Mestre i.e.
110908
x Cento e Dez Mil, Novecentos e Oito
"Per ardua ad astra"
x Um, um, zero, nove, zero, oito
"Per ardua ad astra"

2.6.1 Pessoas identificadas por sinais tipográficos

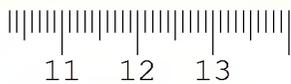
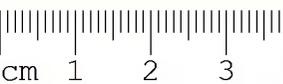
No caso de pessoas identificadas em suas obras unicamente por sinais tipográficos, faça entrada pelo título (AACR2: 21.5C), não indicando entrada secundária ou remissiva.

Cânticos infantis, patrióticos, instructivos e recreativos compostos expressamente para os educandos do Jardim de Crianças do Collegio Menezes Vieira / originais ou traduzidos por***
(Entrada pelo título)

2.6.2 Acréscimos à entrada por iniciais

Se a pessoa usar apenas iniciais e a forma completa do nome for conhecida, acrescente o nome na forma direta, entre parênteses, após as iniciais. Faça as remissivas consideradas necessárias (AACR2: 22.10). Ver também 2.10.1.

A. L. (Arlindo Leal)
(forma completa conhecida)
x Leal, Arlindo



2.7 Entrada para nomes de religiosos

2.7.1 Entrada pelo sobrenome

Os nomes de religiosos que apresentam sobrenome são tratados de acordo com as regras específicas de entrada de nomes. Faça remissivas consideradas necessárias.

Barbosa, Marcos
Avila, Fernando Bastos de
x Bastos de Ávila, Fernando

2.7.2 Entrada pelo nome em religião

Faça entrada dos nomes de religiosos que não usam o sobrenome e que adotam só o nome em religião pela primeira parte do nome na ordem direta. Faça remissivas dos nomes seculares e outras quando consideradas necessárias (AACR2: 22.17D).

Gaspar da Madre de Deus, Frei
Vicente do Salvador, Frei
x Palha, Vicente Rodrigues
x Rodrigues Palha, Vicente

2.8 Entrada para nomes de Santos

Faça entrada pelo prenome seguido da palavra Santo, usando a forma consagrada do nome em língua portuguesa, quando houver (AACR2: 22.13-22.13A).

Teresa do Menino Jesus, Santa
x Teresa de Lisieux, Santa
x Thérèse de Lisieux, Santa
x Teresinha de Jesus, Santa
x Teresinha, Santa

Francisco, de Assis, Santo
x Francesco d'Assisi, Santo

João Bosco, Santo
x Dom Bosco
x Bosco, Giovanni Melchior
x Bosco, João, Santo

Excepcionalmente, faça entrada pelo sobrenome quando assim identificado (AACR2: 22.13A).

Chantal, Joana Francisca de, Santa
x Joana Francisca de Chantal, Santa
x Chantal, Jeanne-Françoise de

Para santos que tenham sido papas, monarcas etc., com forma de nome consagrada em língua portuguesa, faça entrada pelo prenome, seguido dos títulos correspondentes, mencionando a palavra Santa somente em remissiva (AACR2: 22.13A e 22.17A-22.17B).

Isabel, Rainha de Portugal
x Isabel, Santa
Pio X, Papa
x Pio X, Santo
x Sarto, Giuseppe Melchiorre

2.9 Entradas para nomes de Espíritos

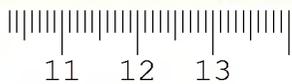
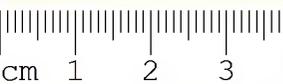
Acrescente ao cabeçalho estabelecido para uma comunicação de espírito a palavra Espírito entre parênteses (AACR2: 22.14).

Meimei (Espírito)
Menezes, Bezerra de (Espírito)
x Bezerra de Menezes (Espírito)

2.10 Acréscimos aos nomes

2.10.1 Acréscimos aos nomes que contém iniciais

Se o(s) prenome(s) ou sobrenome(s) forem representados por iniciais e for co-



nhhecida a forma completa do nome, acrescente o(s) prenome(s) ou sobrenome(s) completo(s), entre parênteses, no final do nome, se necessário para distinguir nomes idênticos (AACR2: 22.16 e 22.16A). Opcionalmente, adote sempre esta regra para pessoas cujos nomes contêm iniciais, desde que a forma completa seja facilmente identificada.

Jorge, J. G. de Araújo (José Guilherme de Araújo)
(prenomes completos)
x Araújo Jorge, J. G. de
x Jorge, José Guilherme de Araújo

2.10.2 Acréscimos para distinguir nomes idênticos

2.10.2.1 Datas

Acrescente, como último elemento do cabeçalho, datas (nascimento, morte etc.) de uma pessoa se, sem estes acréscimos, um cabeçalho for idêntico a outro (AACR2: 22.18). Registre as datas, conforme o caso, de acordo com as formas indicadas nessa regra do Código. Assim:

Silva, João, 1924-
(Pessoa ainda viva)
Silva, João, 1900 jan. 10-
Silva, João, 1900 mar.2-
(Mesmo nome, mesmo ano de nasc.)
Silva, João, 1837-1896
(Ambos os anos conhecidos)
Silva, João, 1836 ou 7-1896
(Ano de nascimento incerto, dúvida entre dois anos consecutivos)
Silva, João, 1837?-1896
(Fontes autorizadas diferem quanto ao ano de nascimento: ano provável, 1937)
Silva, João, ca.1837-1896
(Ano de nascimento incerto, variando entre vários anos)

Silva, João, 1837-ca.1896
(Ano de morte aproximado)
Silva, João, ca.1837-ca. 1896
(Os dois anos aproximados)
Silva, João, n. 1825
(Ano de morte desconhecido)
Silva, João, m. 1859
(Ano de nascimento desconhecido)
Sousa, j. J. (José João), 1943-1984
(Ano de nascimento e morte conhecidos)
Almeida, Paulo J., fl. 1893-1896
(Anos de nascimento e morte desconhecidos. Alguns anos de atividade conhecidos. Não use fl. (ano de atividade) para o século vinte)
João, Diácono, séc. 16
(Anos de nascimento e morte desconhecidos, anos de atividade desconhecidos, século conhecido. Não use indicação de século para o século vinte)
João, Diácono, séc. 15/16
(Anos de nascimento e morte desconhecidos. Anos precisos de atividade desconhecidos, mas sabe-se que esteve ativo em ambos os séculos. Não use para o século vinte)

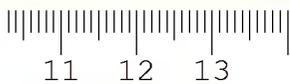
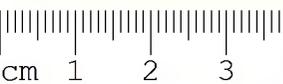
Opcionalmente, acrescente as datas a todos os nomes de pessoas, mesmo que não haja necessidade de distinguir nomes idênticos.

2.10.2.2 Termos distintivos

2.10.2.2.1 Nomes que têm entrada pelo prenome

Se não houver datas disponíveis para distinguir dois ou mais nomes idênticos, com entrada pelo prenome etc., formule um termo breve e adequado e acrescente-o entre parênteses (AACR2: 22.19A)

Célia (Cantora)
Célia (Ilustradora)



2.10.2.2.2 Nomes que têm entrada pelo sobrenome (veja AACR2: 22.19B). Exemplos:

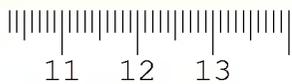
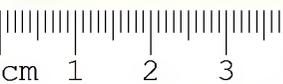
Almeida, Antônio de (Médico)
Almeida, Antônio de

Não use termos distintivos se as datas forem conseguidas para uma pessoa e seja admissível que elas possam ser obtidas para a(s) outra(s).

Martins, Cláudio, 1910-
Martins, Cláudio

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *ANGLO-AMERICAN Cataloguing Rules*. 2. ed. Chicago, Ill., American Library Association, Ottawa, Canadian Library Association, 1978. 620 p.
2. CUNHA, Maria Luísa Monteiro. *Nomes brasileiros, um problema na catalogação*. São Paulo, Escola de Biblioteconomia, 1948. 16 p.
3. CUNHA, Maria Luísa Monteiro. Nomes brasileiros e portugueses: problemas e sugestões. In: *CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano*. Brasília, Ed. dos Tradutores, 1969. Apêndice VIII, p. 481-7.
4. CUNHA, Maria Luísa Monteiro. *Regras para a catalogação de autores brasileiros e portugueses*: documento final aprovado no 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1975. São Paulo, /APB/, 1975. 5 6 p.
5. HANAI, Sônia Maria Trombelli de. *Catálogo de nomes brasileiros e portugueses*: notas de aula. s.L., s.ed., 1978. 10 p.
6. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. International Office for UBC. *Names of persons: national usages for entry in catalogues*. 3. ed. London, 1977. 193 p.
7. LUBETZKY, Seymour. *Code of cataloguing rules; author and title entry: an unfinished draft for a new edition of cataloguing rules prepared for the Catalog Code Revision Committee*. /Chicago/ American Library Association, 1960. 86 p.
8. PIEDADE, Maria Antonieta Requião. *A catalogação dos autores brasileiros e portugueses*. Curitiba, 1961. 10 p. /Trabalho apresentado ao 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, janeiro, 1961.
9. REGRAS para a catalogação de autores brasileiros e portugueses. *Ci. Inf.*, Rio de Janeiro, 4 (2) : 143-146, 1975.



APLICAÇÕES E LIMITAÇÕES DOS PROCESSOS BIBLIOMÉTRICOS

Silas Marques de Oliveira*

Resumo

Apresenta aplicações práticas dos processos bibliométricos que servem para melhor desenvolver, administrar e avaliar os serviços biblioteconômicos, tais como a implantação e operação de um sistema de recuperação da informação e a criação de políticas de desenvolvimento de coleção, bem como analisar matematicamente o desenvolvimento de uma idéia ou conhecimento. Indica vários estudos bibliométricos realizados no Brasil. Aponta deficiências existentes em certos modelos bibliométricos que merecem estudos futuros.

Abstract

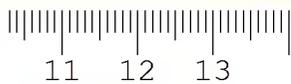
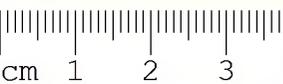
This paper presents practical applications of bibliometric process to develop, manage and evaluate information services, such as the implantation and operation of information retrieval systems, the elaboration of collection development policies and analyse mathematically the development of an idea or knowledge. It

Embora o uso da bibliometria apresente certas dificuldades, muita informação útil concernente à transmissão de idéias, crescimento e tendências de uma disciplina científica podem ser obtidos por meio da abordagem matemática.

WORTHEN (50:343) afirma que a aplicação do modelo epidêmico ao estudo da literatura num dado campo, permite ao investigador descobrir se houve crescimento, declínio ou estabilidade e que outras observações podem ser derivadas, tais como mudança de ênfase na pesquisa ou a introdução de uma nova idéia no campo.

Ao analisar a literatura de lógica simbólica, GOFFMAN observa que “ao se comparar os autores infectados e removidos ver-se-á que uma epidemia ocorre cada 25 anos e a cada 12,5 anos uma des-coberta importante é registrada”, ou se-

* Mestre em Biblioteconomia. Curso de Pós-Graduação da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Chefe da Seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa.



also points out to several bibliometrics studies being carried out in Brazil. Emphasizing the existing deficiencies in certain bibliometric models which needs future studies.

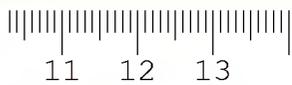
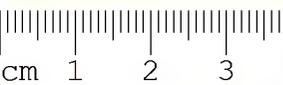
ja, uma nova idéia surge “e culmina em uma nova epidemia”, (26:104) e que indivíduos responsáveis por publicações de suma importância ou pelo surgimento de novas idéias são os instigadores de um novo processo epidêmico (25:178).

GOFFMAN afirma, ainda, que procedimentos desta natureza “tornam possível estabelecer, quantitativamente, a importância relativa de linhas de pesquisa do passado, dentro de uma área de atividade científica e prevê o comportamento futuro de investigações em andamento, bem como o surgimento de novas linhas de pesquisa dentro da área em foco”. (26:65).

GOFFMAN & NEWILL (27:227) apresentam o conceito de que a utilização de métodos quantitativos para o estudo do crescimento científico serve para auxiliar a responder várias perguntas que são básicas para a implantação e operação de um sistema de recuperação de informação:

- a. Qual a época mais oportuna para introduzir um sistema de recuperação de informação em uma população de cientistas?
- b. Onde e quando estará a atividade dentro de uma disciplina específica se desenvolvendo em proporções epidêmicas?
- c. Qual a duração esperada desta atividade epidêmica?
- d. Qual a intensidade desta epidemia?
- e. Quais os trabalhos principais de uma disciplina que estão disseminando uma idéia?

CARVALHO (16) expõe sete objetivos da utilização de processos bibliométricos, ou seja, “finalidades da abordagem quan-



titativa para a administração da biblioteca:

- a. Planejamento de sistemas de informação eficientes;
- b. Desenvolvimento eficiente dos processos de manipulação da informação;
- c. A identificação e o grau de deficiência de serviços bibliográficos;
- d. A precisão de tendências em publicações;
- e. A descoberta e elucidação de leis empíricas que poderiam formar a base para desenvolver uma teoria da ciência da informação;
- f. Criação ou desativação de serviços de informação;
- g. Previsão da tendência do conhecimento para criar uma política de desenvolvimento da coleção a longo prazo.”

CALDEIRA sumaria todos esses conceitos de finalidade dos estudos bibliométricos ao referir-se ao processo epidêmico e à análise bibliométrica afirmando: “Esse processo deverá contribuir para maior eficiência dos serviços de informação das bibliotecas em um assunto particular. Em biblioteca geral o enfoque pode ser dado ao planejamento adequado da coleção, através do uso das técnicas bibliométricas para prever a emergência de atividade em uma área, sua duração, seu tamanho, a importância relativa e a intensidade desse assunto.

Orientada pela análise bibliométrica, a biblioteca poderá analisar e modificar seu sistema de recuperação e disseminação da informação, indicando a política de aquisição, estabelecendo prioridades de serviços e prever mudanças na produção da literatura, sua publicação e uso”. (11:7).

Como se pode observar, a utilização de processos bibliométricos poderá contribuir decisivamente para a eficiência e eficácia dos serviços e a consecução dos objetivos da biblioteca.

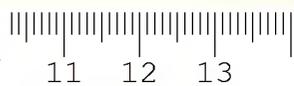
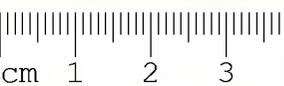
A Bibliometria no Brasil

Com o desenvolvimento de estudos na área da bibliometria, os bibliotecários começaram a valorizar e reconhecer a importância da utilização de métodos quantitativos como auxílio para tomada de decisões.

Embora os estudos bibliométricos tenham sido desenvolvidos há décadas, observa-se maior interesse por parte dos estudiosos brasileiros, após o incentivo dado por T. Seracevic, por ocasião de sua estada no Brasil, ao ministrar aulas no curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ. (11) Tanto assim, que os anos de 1973 a 1975 foram os de maior produtividade sobre o assunto no Brasil.

Esse fato poderá ser comprovado ao se verificar que não existem trabalhos publicados sobre bibliometria no Brasil anteriormente a 1972, sendo que o primeiro foi uma tese de BRAGA (8) apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ, tendo como seu orientador o próprio T. Seracevic.

Embora, em 1978, FIUZA (21) tenha levantado dúvidas quanto à validade da aplicação de estudos bibliométricos às bibliotecas brasileiras, de 1978 a 1980, mais de dez estudos bibliométricos foram realizados. Um reconhecimento, portan-



to, de que estudos quantitativos podem ser úteis ao processo decisório e desenvolvimento de uma biblioteca.

Aplicações das várias áreas da bibliometria foram realizadas e publicadas na literatura brasileira. Estudos de produtividade de autores foram realizados por LOPEZ ROBLERO (33) ao estudar a literatura mexicana de física do estado sólido; BRAGA (6) analisou a área de direito; QUEIROZ (41) estudou a área de botânica; OLIVEIRA & CALDEIRA (38) investigaram a literatura médica brasileira; SÁ (47), analisou a participação dos pesquisadores brasileiros de microbiologia e parasitologia na literatura científica internacional; MOREL & MOREL (34) estudaram a produção científica brasileira segundo os dados do Institute of Scientific Information (ISI); BOMENY (3) aplicou a lei da LOTKA às correspondências contidas no arquivo privado de G. Vargas; GUSMÃO (29), analisou a literatura brasileira de siderurgia; CALDEIRA (12) analisou a produtividade científica dos professores da Escola de Veterinária da UFMG, de 1970-1974 e ANDRADE (1) investigou a área de saúde pública.

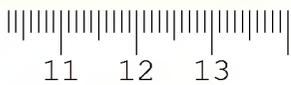
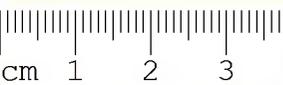
Utilizando processos de dispersão da literatura, NOCETTI (35) analisou as publicações seriadas brasileiras em ciências agrícolas; BRAGA (7) elaborou um projeto de microfilmagem de jornais da Biblioteca Nacional; FIGUEIREDO (20) analisou a literatura geológica brasileira; NORONHA, FIGUEIREDO & ROCHA (36), analisaram a dispersão de artigos sobre saúde pública em periódicos brasileiros; ROBREDO et alii (45) propuseram uma metodologia para a elaboração de

uma lista básica de periódicos nacionais em ciências agrícolas; QUEMEL, et alii (42) estudaram a dispersão de artigos sobre a lei de dispersão de Bradford e, finalmente, FERNANDES (19) analisou a produção científica dos grupos de pesquisa sobre física do estado sólido na América Latina.

Estudos na área de citação bibliográfica foram realizados por CARVALHO (14:16) ao analisar a literatura de química no Brasil; CARVALHO (16), ao analisar a produção científica dos professores da ICB/UFMG; FOLLY (22) ao estudar a coleção de periódicos da biblioteca de veterinária da UFF; CRISTOVÃO (17) ao identificar a frente de pesquisa na área de comunicação formal e informal; CAMPOS (13) ao investigar a produção bibliográfica dos professores da EV/UFMG; BRAGA (8:10) ao identificar a frente de pesquisa na área da ciência da informação e, GOMES (28) ao selecionar periódicos científicos para a área da física.

Investigações sobre o processo de crescimento epidêmico de determinada literatura foram realizadas por OLIVEIRA (37) ao aplicar o modelo de GOFFMAN à literatura brasileira de esquistossomose e, CALDEIRA (10:12) ao analisar a literatura brasileira da doença de Chagas.

Outros estudos na área da bibliometria foram realizados: SILVA MAIA (48) estudou o comportamento bibliográfico da língua portuguesa, utilizando a lei de Zipf; AYMARD (2) reescreveu a demonstração teórica de Bradford; BRAGA (5) analisou o pensamento de SOLLA PRICE; FIUZA (21), discute a validade do



uso de estudos bibliométricos em bibliotecas brasileiras com vistas à formação de coleções básicas; FONSECA (23) reivindicou a posição dos autores latinos no cenário mundial; FONSECA (24) abordou a Bibliografia como sendo uma ciência; PARANHOS (39) analisou as atividades de pesquisa em química no Brasil; QUEIROZ (40) estudou a literatura de Dosimetria Termoluminescente; DI GIORGI (18) pesquisou o campo da literatura brasileira de tecnologia de alimentos; ROLIM (46) investigou sobre a criação intelectual e artística no Brasil; RIBEIRO (44) analisou a literatura do cacau e, IPPOLITO (30) realizou estudos bibliométricos em bibliotecas da USP na área médica e afins.

O fato de terem sido publicados pouquíssimos trabalhos entre 1979 a 1980 pode ser uma evidência de que a motivação dos pesquisadores brasileiros em relação a estudos bibliométricos esteja diminuindo.

Limitações

Ao estudar a literatura sobre crescimento epidêmico de GOFFMAN e sobre a lei de produtividade de autores de LOTKA, percebe-se alguns aspectos que merecem investigações mais detalhadas, que venham a fornecer subsídios para uma análise mais completa do comportamento da literatura de uma área específica do conhecimento humano. Discute-se a seguir alguns aspectos de tópicos que devem merecer maior atenção em futuras investigações bibliométricas:

1 - GOFFMAN não considerou a co-

municação informal ao elaborar sua lei de crescimento epidêmico, pois a leitura não é o único agente transmissor de uma "infecção" ou idéia.

Assim como MENZEL conclui que não havia meios de se determinar qual era o agente infeccioso entre os médicos, a lei de GOFFMAN não permite determinar por quais meios um indivíduo foi realmente infectado.

Um indivíduo susceptível pode se tornar incubado e posteriormente infectado através de uma palestra formal ou informal.

Outro aspecto não considerado por GOFFMAN é o fato de que se dez artigos foram publicados, vários indivíduos deveriam ler e ser incubados e infectados. No entanto, é provável que um artigo na biblioteca seja lido por dezenas de pessoas e não resulte em novas publicações, ou foi necessário que um indivíduo lesse todos os dez artigos para depois se tornar um infectado. GOFFMAN não oferece meios para medir quantos incubados existem a partir do contato com um único agente e nem quais foram os agentes transmissores de infecção. Outros artigos podem nunca ter sido sequer incubadores.

O que dizer do susceptível que, ao proferir uma palestra, se tornou agente transmissor, resultando em infecção, sem nunca ter sido infectado? Em outras ocasiões, uma comunicação informal age como um fomentador de contato com agente transmissor, resultando em infecção.

KOCHEN (31:190) indica duas fontes de infecção: (a) trabalhadores ativos, (b) seus escritos, e sugere que estes devem ser

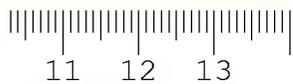
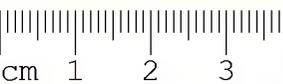


TABELA 1

Fontes e Número de Anos nos quais as diversas disciplinas foram estudadas

DISCIPLINA	FONTES	Nº DE ANOS
C. da Informação	—	5
Doença de Chagas	Bibliografia	63
Hist. da Tecnologia	1 periódico	10
Biblioteconomia	2 periódicos	10
Hist. Medicina Legal	Bibliografia	—
Medicina Brasileira	Bibliografia	2
Astronomia	Bibliografia	53
Corresp. Getúlio Vargas	Correspondência	10
C. Computação	2 periódicos	5
Química	Bibliografia	10
Lógica Simbólica	Bibliografia	115
Esquistossomose		110

FONTE: Literatura citada.

estudados separadamente.

Mesmo considerando estes aspectos individualmente, um fato de difícil mensuração permanece — ler não é decodificar, ou seja, é necessário compreender, e não apenas entrar em contato com material infeccioso para que uma infecção ocorra.

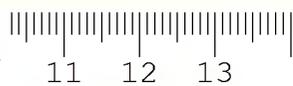
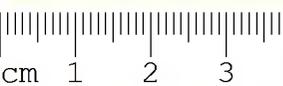
2 — Uma propriedade das leis de LOTKA e de GOFFMAN é a aparente falta de preocupação com respeito ao período de tempo considerado nos estudos das disciplinas. Não definiram os meios ou instrumentos que devem ser utilizados para a análise. Não determinaram os limites de período, número de periódicos e número de autores, fatores estes que podem influenciar os resultados finais.

KRISCIUNAS (32:66) afirma que a lei de LOTKA se aplica a qualquer período de tempo e RADHAKRISNAN & KERNIZAN (43) afirmam que esta lei parece ser aplicável mesmo quando se considera

as publicações em apenas um único periódico.

O estudo atual revela que a lei de LOTKA foi utilizada para analisar disciplinas abrangendo períodos tanto de dois anos (literatura médica brasileira), quanto de 115 anos (lógica simbólica) e utilizado como fonte para os dados um periódico apenas (história da tecnologia) ou bibliografias completas (história da medicina legal), como pode ser observado na Tabela 1.

Como nenhum desses aspectos foram testados, parece que a preocupação está voltada à aplicabilidade das leis, dependendo do tipo de ciência. Faz-se, necessário realizar estudos mais detidos levando-se em consideração o período de tempo abrangido, o tipo de fonte da qual os dados são apurados e o total da população analisada para se determinar a influência desses fatores no comportamento da literatura de uma disciplina específica.



APLICAÇÕES E LIMITAÇÕES DOS PROCESSOS BIBLIOMÉTRICOS

3 - A inexistência de estudos objetivando testar se realmente ocorreu uma epidemia na época prevista por estudos anteriores, não é possível se determinar a validade da aplicação do processo epidêmico para verificar o crescimento de uma literatura.

4 - Poucos autores se preocuparam com os aspectos qualitativos da produção científica. Usam-se métodos quantitativos para medir o volume da produção científica em desenvolvimento. No entanto, seria da maior relevância obter dados mensuráveis para avaliar e medir a qualidade dessa produção, bem como seus efeitos na sociedade.

VOOS (49:190) afirma que é importante reconhecer que quando se mede padrões de publicação em qualquer campo, os motivos da publicação, redundância em publicação, devem ser medidos, e os efeitos do canal pelo qual o artigo é publicado.

KOCHEN (31:190) admite que a mais séria omissão nas leis propostas para apurar o comportamento da literatura é alguma variável descrevendo a qualidade do conhecimento.

Embora admita que quantidade e qualidade sejam medidas diferentes, BRAGA (5:165) nota uma grande correlação entre ambas, provocada pelo "Mathew effect", ou seja, o sucesso qualitativo de um documento provoca subseqüentes publicações de outros documentos; a ausência de sucesso tende a provocar o término da produtividade.

Nesse caso, ter-se-á que admitir que grande número de publicações seja sinal de boa qualidade. No entan-

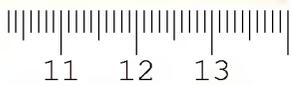
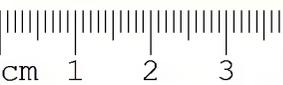
to, PLATZ (41) afirma que não existe relação entre o número de trabalhos publicados e a importância e utilidade desses, ou seja, qualidade de pesquisa.

KOCHEN (31:191) afirma que fatores como motivação de autores e os sistemas pelos quais uma comunidade distribui crédito aos seus contribuintes podem ser determinantes de qualidade. Um estudo realizado por BOOKSTEIN (4:208) oferece uma fórmula que inclui fatores sociais que possam influenciar a produtividade dos autores. Afirma que a sociedade possui condições de alterar a produtividade de autores através de programas especiais, padrões educacionais pré-estabelecidos, recompensas, prêmios e mesmo ameaças. No entanto, não inclui variáveis que determinem a qualidade dos artigos.

Embora possa haver um crescimento do número de publicações em uma área do conhecimento humano, não significa, necessariamente, que o conhecimento, que resultará em benefícios para o desenvolvimento global da sociedade, esteja aumentando. Esse fator seria de conseqüências mais efetivas se fosse possível mensurá-lo.

Resumindo, sugere-se que os seguintes tópicos devam ser abordados em futuras pesquisas, na tentativa de melhor se compreender a natureza do comportamento de um determinado campo do conhecimento humano:

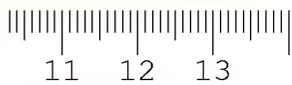
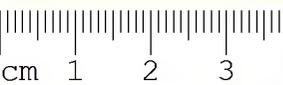
a: influência da comunicação informal como agente de contágio en-



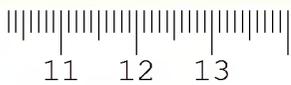
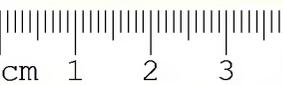
- tre uma população de cientistas;
- b. relação existente entre o número de infecções provocadas por um determinado agente específico;
- c. influência dos fatores tais como: período abrangido, número da população examinada e instrumentos analisados para o levantamento de dados no comportamento de uma literatura;
- d. determinação da validade da aplicação do processo epidêmico para a verificação do comportamento de uma literatura por meio de estudos que testem a real ocorrência de epidemias em épocas previstas por investigações já realizadas em diferentes disciplinas.
- e. utilização de métodos qualitativos para análise do comportamento e desenvolvimento de uma ciência.

BIBLIOGRAFIA

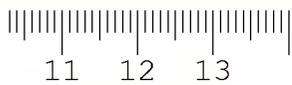
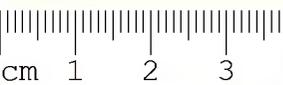
1. ANDRADE, M. T. D. et alii. *Análise da produção bibliográfica-científica numa instituição de ensino e pesquisa em saúde pública*. s.n.t. 22 p. (Datilografado).
2. AYMARD, M. A lei da dispersão bibliográfica de Bradord. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, 13 (3/4) : 147-56, 1980.
3. BOMENY, R. H. D. Estudo bibliométrico aplicado ao arquivo privado de Getúlio Vargas. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 7 (1) : 37-42, 1978.
4. BOOKSTEIN, A. Patterns of scientific productivity & social change: a discussion of Lotka's law & bibliometric symmetry. *Journal of American Society for Information Science*, Washington, D.C., 28 (4) : 206-10, 1977.
5. BRAGA, G. M. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 3 (2) : 155-77, 1974.
6. BRAGA, G. M. Produtividade de autores, periódicos e termos da Bibliografia Brasileira de Direito. IN: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1, Rio de Janeiro, 1975. *Anais da...* Rio de Janeiro, IBICT, 1978. v. 1.
7. BRAGA, G. M. Projeto de microfilmagem de jornais na Biblioteca Nacional: aspecto bibliométrico. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 2 (2) : 233-7, 1973.
8. ———. *Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa e revisões da literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, IBICT, 1972. (Dissertação - Mestrado).
9. ———. Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões da literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 2 (1) : 9-26, 1973.
10. CALDEIRA, P. da T. *Crescimento da literatura brasileira de Doença de Chagas: análise bibliométrica*. Rio de Janeiro, IBICT, 1974. (Dissertação - Mestrado).
11. ———. Processo de crescimento epidemiológico aplicado à literatura brasileira de Doença de Chagas. *Ciência da*



- Informação*. Rio de Janeiro, 4 (1) : 5-16, 1975.
12. ———. Produtividade científica dos professores da Escola de Veterinária da UFMG, 1970-1974. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. *Anais do...* Curitiba, Associação de Bibliotecários do Paraná, 1979.
 13. CAMPOS, C. M. *Análise da produção bibliográfica dos professores da Escola de Veterinária da UFMG, no período de 1973 a 1977*. Belo Horizonte, UFMG, 1980. (Dissertação - Mestrado).
 14. CARVALHO, M. M. Análises bibliométricas da literatura de química no Brasil. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 4 (2) : 119-41, 1975.
 15. CARVALHO, M. M. *Análises bibliométricas da literatura de química no Brasil*. Rio de Janeiro, IBICT, 1975. (Dissertação - Mestrado).
 16. ———. Notas de aula. Curso de pós-graduação em administração de bibliotecas. EB-UFMG, 1979.
 17. CRISTOVÃO, H. T. Da comunicação informal à comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 8 (1) : 3-36, 1979.
 18. DI GIORGI, M. L. A. *Análise da comunicação entre autores no campo da literatura brasileira de tecnologia de alimentos*. Rio de Janeiro, IBICT, 1974. (Dissertação - Mestrado).
 19. FERNANDEZ, R. P. *Análise bibliométrica da produção científica dos grupos de pesquisa sobre física do estado sólido na América Latina*. Rio de Janeiro, IBICT, 1973. (Dissertação - Mestrado).
 20. FIGUEIREDO, L. M. Distribuição da literatura geológica brasileira: estudo bibliométrico. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, 2 (1) : 27-40, 1973.
 21. FIUZA, M. M. Considerações sobre o uso de estudos bibliométricos na formação de coleções básicas. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 7 (1) : 59-68, 1978.
 22. FOLLY, E. M. *Otimização da coleção de periódicos da biblioteca de Veterinária da Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro, IBICT, 1976. (Dissertação - Mestrado).
 23. FONSECA, E. N. da. A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 12 (1/2) : 29-35, 1979.
 24. ———. Bibliografia estatística e bibliométrica: uma reivindicação de prioridades. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, 2 (1) : 5-7, 1973.
 25. GOFFMAN, W. A mathematical model for analysing the growth of a scientific discipline. *Journal of the Association for Computing Machinery*, Baltimore, 18 (2) : 173-85, 1971.
 26. ———. Mathematical approach the spread of scientific ideas: the theory of mast cell research. *Nature*, Washington D.C., 212 (5061) : 65-9, 1966.
 27. ——— & NEWILL, V. A. Generalization of epidemic theory: an application to the transmission of ideas. *Nature*, Washington D.C., 204(4955) : 225-28, 1964.



28. GOMES, T. F. & MARQUES, A. Seleção de periódicos científicos para a área de física. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 3(2) : 105-46, 1974.
29. GUSMÃO, H. R. Análise da literatura brasileira de siderurgia. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, 7 (1) : 25-35, 1978.
30. IPPOLITO, C. T. M. *Análise comparativa da aquisição e circulação de periódicos em bibliotecas da USP na área médica e afim: uma metodologia bibliométrica*. Rio de Janeiro, IBICT, 1972. (Dissertação - Mestrado).
31. KOCHEN, M. Stability in the growth of knowledge. *American Documentation*, Cambridge, 20 : 186-97, 1969.
32. KRISCIUMAS, K. Lotka's law year by year. *Journal of the American Society for Information Science*, Washginton, D.C., 28 (1) : 65-6, 1977.
33. LOPEZ ROBLERO, E. L. *Estudo do desenvolvimento da literatura sobre física do estado sólido no México no período de 1959-1971*. Rio de Janeiro, IBICT, 1974. (Dissertação - Mestrado).
34. MOREL, R. L. M. & MOREL, C. M. Um estudo sobre a produção científica brasileira, segundo os dados do ISI. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 6 (2) : 99-107, 1977.
35. NOCETTI, M. A. Análise bibliométrica dos perfis das publicações periódicas e seriadas brasileiras correntes em ciências agrícolas afins. *Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília*, 5 (7) : 567-75, 1977.
36. NORONHA, D. P. et alii. Análise bibliométrica da dispersão de artigos sobre saúde em periódicos brasileiros. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 7 (1) : 69-89, 1978.
37. OLIVEIRA, M. P. *Estudo bibliométrico da literatura brasileira de esquistossomose*. Salvador, Escola de Biblioteconomia e comunicação da "UFBA", 1974. (Dissertação - Mestrado).
38. ———. & CALDEIRA, P. da T. Análise bibliométrica da literatura médica brasileira. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 5 (1) : 7-26, 1976.
39. PARANHOS, W. M. R. *Análise descritiva das atividades de pesquisa em química no Brasil, relativas a 1973*. Rio de Janeiro, IBICT, 1975. (Dissertação - Mestrado).
40. QUEIROZ, G. M. *Relações entre o crescimento, a dispersão e a obsolescência da literatura de dosimetria termoluminescente*. Rio de Janeiro, IBICT, 1979. (Dissertação - Mestrado).
41. QUEIROZ, S. S. *Bibliografia Brasileira de Botânica, 1971-1972: estudo bibliométrico*. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 4 (1) : 55-66, 1975.
42. QUEMEL, M. A. R. et alii. Dispersão de artigos sobre a lei da dispersão de Bradford: análise bibliométrica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 13 (3/4) : 157-66, 1980.
43. RADHARKRISHNAN, T. & KERNIZAN, R. Lotka's law and computer science literature. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington D.C., 30 (1) : 51-4, 1979.
44. RIBEIRO, E. O. S. *Estudo sobre a li-*



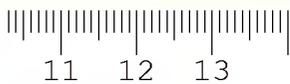
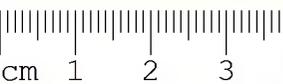
APLICAÇÕES E LIMITAÇÕES DOS PROCESSOS BIBLIOMÉTRICOS

- literatura do cacau no período de 1950-1975. Rio de Janeiro, IBICT, 1979. (Dissertação - Mestrado).
45. ROBREDO, J. et alii. Metodologia para a elaboração da lista básica dos periódicos nacionais em ciências agrícolas e estudo da literatura agrícola brasileira. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, 2 (2) : 119-42, 1974.
46. ROLIM, I. F. C. *A criação intelectual e artística no Brasil: uma análise da bibliografia nacional corrente, durante o período de 1951-1962*. Rio de Janeiro, IBICT, 1977. (Dissertação - Mestrado).
47. SÁ, E. S. Participação dos pesquisadores brasileiros de microbiologia, imunologia e parasitologia (MIP) na literatura científica internacional. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 5 (1/2) : 43-69, 1976.
48. SILVA MAIA, E. L. Comportamento bibliométrico da língua portuguesa, como veículo de representação da informação. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 2 (2) : 99-138, 1973.
49. VOOS, H. Lotka and information science. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington, D.C., 25 (4) : 270-2, 1974.
50. WORTHEN, D. B. The epidemic process and the contagion model. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington, D.C., 24 (5) : 343-6, 1973.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO

(TRADUÇÃO 1º VOLUME)

SOLICITE À FEBAB



CENTRALIZAÇÃO DA EDITORAÇÃO OFICIAL

Francisco das Chagas de Souza**

Resumo

Estuda a publicação oficial sob seus aspectos mais significativos, tais como as variáveis: administração pública, pessoal especializado, controle e distribuição de publicações. Com isso levanta argumentos que tendem a comprovar a eficácia da centralização dos procedimentos administrativos, editoriais e bibliotecnômicos da publicação oficial e não necessariamente a centralização da impressão.

Publicações oficiais / Documentos governamentais / Publicações governamentais / Edição oficial.

Abstract

This paper studies the official publications and their more important aspects public administration, specialized human resources and control, and distribution.

Official publications / Government documents / Government publications / Official publishing.

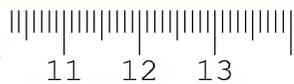
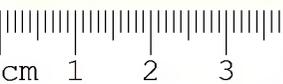
1. INTRODUÇÃO

As mais significativas discussões e/ou teorizações sobre a centralização administrativa (50) conduzem aos aspectos de centralização econômica e política (6, 7, 8, 12, 48, 49, 57, 67) e enveredam também pela área da ciência do direito (27).

Aprofundando-se mais um pouco, a discussão passa a ser setorizada nas categorias ou áreas do serviço público e se estabelece em nível de empresas públicas

* Com base na tese de Mestrado 'Publicações Oficiais do Estado do Ceará: centralização administrativa', apresentada ao CPG/EB/UFMG, em julho de 1982, perante a seguinte Banca: Jannice Monte-Mór, Paulo da Terra Caldeira e Maria de Lourdes B. Carvalho.

** Ex-Bibliotecário da Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. Ex-Editor da Revista de Economia do Ceará. Atualmente, Professor Assistente do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Santa Catarina. M. S. em Administração de Bibliotecas Especiais. Áreas de Interesse: publicações oficiais, editoração pública, bibliotecas.



(32) ou a todos os ramos integrantes da chamada administração indireta (33), chegando às fundações que segundo alguns pertencem a administração indireta e que segundo outros constituem uma categoria própria (45).

Neste artigo procura-se focalizar, em plano geral, idéias essenciais da área de administração como um parâmetro que permita a discussão em torno da centralização e descentralização da editoração oficial. Estudou-se o trabalho de Motta & Pereira 'Introdução à organização burocrática' (50), no qual os autores "examinam a burocracia exclusivamente em termos de organização burocrática e consideram certas vantagens na centralização":

1. As decisões mais importantes são tomadas pelas pessoas mais capazes;
2. Há necessidade de menor número de administradores de alto nível;
3. Há uniformidade de diretrizes e normas;
4. A coordenação torna-se mais fácil;
5. Aproveita-se mais o trabalho dos especialistas;
6. Torna a identificação dos administradores de nível médio com a organização menos decisiva;
7. Possibilita a realização de compras em larga escala.

Vê-se que as idéias arroladas identificam-se claramente com a Escola de Administração Científica. São, contudo, princípios largamente considerados e adaptáveis a qualquer categoria de empresa ou órgãos do setor público ou privado, atendendo aos aspectos de eficiência e uniformidade.

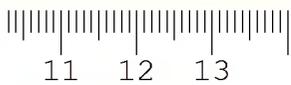
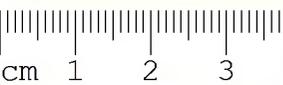
Em contraposição a tais idéias, Motta & Pereira mostram as seguintes vantagens da descentralização:

1. Contribui para a elevação do moral das organizações;
2. Concentra a atenção da administração nos resultados;
3. Estimula a iniciativa dos administradores de nível médio;
4. Facilita a identificação do administrador com os objetivos da organização;
5. É um meio de treinamento de administradores;
6. É um meio de testar administradores;
7. Alivia a carga de trabalho dos administradores de cúpula;
8. Facilita a concorrência interna.

As idéias acima enfocadas são derivadas do pensamento da Escola de Relações Humanas e colocam o trabalhador no centro da discussão.

Esses dois conjuntos de princípios que se contrapõem seriam suficientes para provocar uma discussão definitiva sobre que rumo dar à editoração da publicação oficial.

Por sua característica, a atividade editorial deve ater-se a padrões, normas e princípios que, apesar de flexível, possam ser considerados uniformes. Isso só seria conseguido dentro de uma visão administrativa centralizadora onde os mais capazes decidem e onde as normas e diretrizes podem ser uniformes. Esse privilégio dado ao produto final é exatamente o que deve procurar o editor e mais ainda o editor oficial, pois numa administração descentralizadora a concorrência interna será um elemento alta-



mente desestabilizador das normas e padrões desejáveis para uma bem orientada atividade técnica-editorial.

A seguir, ver-se-á que a editoração de publicações oficiais tende para a centralização e muitos dos textos analisados apresentam indicações de tentativas já praticadas.

2. PUBLICAÇÃO OFICIAL

Vasta literatura sobre publicações oficiais vem emergindo de há muito nos países mais desenvolvidos. Boa parte em periódicos (1, 4, 29, 37, 47, 55), trabalhos de congressos (53), etc. e outro tanto em forma de livros. Estes últimos, tanto analíticos (34), históricos (36), quanto manuais de trabalho (39) para os profissionais de Biblioteconomia.

A emergência de preocupação com o assunto fez surgir também a necessidade dos especialistas envolvidos promoverem encontros, simpósios, seminários e pesquisas* (17, 54, 60, 61, 62, 63, 64, 65), onde, além dos aspectos produção, controle e distribuição, há a preocupação com a forma das bibliotecas obterem, processarem e manterem essas grandes coleções de publicações oficiais.

Essas coleções resultam em três fatores: 1) os publicadores e os bibliotecá-

* A seção de publicações oficiais da IFLA, por interesse da UNESCO, recebeu a incumbência de preparar e distribuir, para aproximadamente 400 bibliotecas em 50 países, um questionário sobre disponibilidade e uso de publicações oficiais. O final do estudo estava previsto para 30.11.1980.

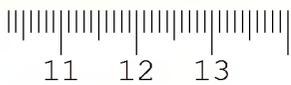
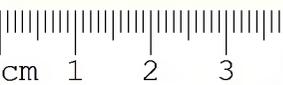
rios acreditam que elas sejam importantes para o público (9:60); 2) o Estado tem-se tornado um grande produtor de informações (23:116) e 3) a publicação oficial vem adquirindo considerável importância no campo da educação (24:87).

Esses fatores criam novas perspectivas em torno dos aspectos da produção impressa, aí considerando a *administração pública*, com seus regulamentos e normas; o *pessoal*, considerando os especialistas gráficos, revisores e documentalistas; o *controle qualitativo* da produção impressa, aí considerando a atividade do pessoal; a *distribuição*, considerando tanto a distribuição livre de encargo quanto a distribuição feita por venda; o *controle bibliográfico*, através das bibliografias e 'checklists' e as *bibliotecas depositárias*.

2.1. Administração Pública

A administração pública tem influído de diversas maneiras na editoração de publicações oficiais. No entanto um aspecto comum é ressaltado: uma visível inexistência da instituição editora. Na maioria dos casos o que existe são as gráficas oficiais (17:353).

Os Estados Unidos, com o Government Printing Office — GPO (46), e vários outros países têm órgãos que são antes de tudo instituições impressoras. Entretanto, a Dinamarca tem no STATENS TRIKMINGSKONTOR (30) uma instituição parecida com uma central de editoração, e o Estado da Tasmânia (em uma pesquisa feita por Cherns (17),



entre 19 governos e 9 organizações internacionais), parece ter a função de editor colocada em algum instituto individual (17:353). Por outro lado, o caráter empresarial dessas impressoras oficiais pode ser considerado um fato universal.

Neste aspecto, o Government Printing Office (EUA), o Her Majesty's Stationery Office (Grã-Bretanha), os órgãos instalados na Suécia, Holanda e Itália parecem ser os mais desenvolvidos, posto que eles próprios, além de vender seu trabalho ao órgão responsável pela edição, mantêm livrarias e serviço de assinaturas das publicações dispondo, assim, de um contato direto com o público.

No aspecto específico de controle e subordinação administrativa, percebe-se a diferença de enfoque em alguns países.

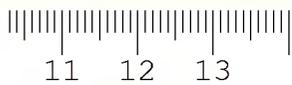
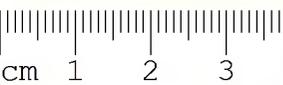
Nos Estados Unidos, "Administrativamente o Government Printing Office é parte do Congresso... e está especificamente sob a supervisão do Congressional Joint Committee on Printing, que é constituído de três Senadores e três Deputados" (11:480). Já em outros países, a subordinação está vinculada ao Poder Executivo. Um caso característico é o da Itália, onde "... apenas a Presidência do Conselho de Ministros através do Serviço de Informação e Copyright, do Instituto Central de Estatística e do Instituto Poligráfico do Estado, publica e distribui no

País e no estrangeiro, uma completa série de documentos referentes ao panorama geral da vida italiana" (38:315).

2.2. Pessoal da Área de Editoração e Controle Qualitativo

O pessoal envolvido na editoração das publicações oficiais mereceu pouco tratamento na literatura. Isso ocorre provavelmente pelo fato da literatura analisada ser em sua maioria, uma literatura bibliotecônica e por isso mesmo enfocando o assunto sob o ponto de vista bibliotecário, isto é, sobre a obtenção, processamento e manutenção do acervo.

Admitindo a inexistência de preocupação explícita com a amostra do desempenho do pessoal, esse aspecto pode ser considerado implícito quando do tratamento do controle qualitativo da produção. Assim, no artigo sobre publicações oficiais na Holanda há um trecho marcante sobre controle da produção onde é afirmado que "vários anos de estudo produziram um leiaute completamente novo e um projeto gráfico contemporâneo que tornarão todas as publicações parlamentares acessíveis o mais rápido possível. A intenção é que cada documento impresso seja provido de referências enquanto ele está sendo preparado, e de um índice de assuntos e nomes" (53:344).



Nesse quadro acima expresso por Oltheten (53), percebe-se claramente a atuação do documentalista ou bibliotecário e do técnico gráfico. Evidentemente, pode-se crer também na presença de revisores redacionais ou de texto.

O italiano Graziani (38) também faz uma rápida referência à preparação editorial das publicações oficiais de seu País.

2.3. Distribuição de Publicações e Bibliotecas Depositárias

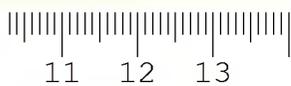
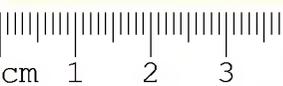
A 'distribuição de publicações' é comumente abordada na literatura e está realcionada com o 'controle bibliográfico' e a presença ou não de 'bibliotecas depositárias'. Através destas, há a distribuição livre para o público, ocorrendo em vários países através da forma de empréstimo bibliotecário.

Naturalmente esta forma de distribuição depende da extensão do país, do número de órgãos editores e da natureza do material que publicam, bem como dos custos de produção. Aliás, este último aspecto só recentemente vem sendo levado em conta. Os Estados Unidos, país que para cumprir à risca o título 44 do seu 'United States Code' sempre distribuiu as publicações de seus órgãos públicos por todo o seu território, já fez mais de uma tentativa de simplificação dessa distribuição, pois o número de publicações impressas cresceu assombrosamente (18:59). A primeira tentativa foi a revisão da Lei das Bibliotecas depositárias de 1895, no ano de 1922, cujo objetivo era não sobrecarregar as bibliotecas

menores. De acordo com essa reforma, em vez das bibliotecas depositárias receberem todas as publicações, elas passariam a selecioná-las com antecedência. O resultado imediato da nova Lei foi a divisão das bibliotecas em dois grupos: as depositárias 'totais' e as depositárias 'seletivas', que escolhiam uma cobertura mais limitada de assuntos (28:178). Isto transformou um quinto das 545 depositárias em depositárias seletivas, diminuindo a amplitude de distribuição por parte do GPO.

Outra tentativa ocorreu em 1926, com o estabelecimento de um sistema de depositárias regionais, que correspondia, em totalidade da coleção, às anteriores depositárias totais, e colocava todas as outras bibliotecas depositárias numa base seletiva (28:179). Através dessa reforma, as bibliotecas mais amplas: as depositárias regionais, foram reduzidas a 35 e localizadas em 29 estados. Essas tentativas são necessárias, pois até 1965 havia nos Estados Unidos um total de 866 depositárias de publicações oficiais federais, incluindo-se as 35 regionais (13:34-36). Mesmo com todos os esforços de contenção, em 1979 foi registrada a existência de 1300 bibliotecas depositárias das publicações federais (5).

Ainda que nos Estados Unidos as bibliotecas depositárias estejam sempre aumentando em número há quem acalente a possibilidade do estabelecimento de uma grande biblioteca depositária nacional, que contribua para que as demais se tornem seletivas (21:4).



2.4. Controle Bibliográfico

O controle bibliográfico de publicações oficiais é altamente necessário para a redução do custo de obtenção de determinada obra. Este tópico é bastante discutido na literatura, onde é enfatizada sua ausência, seu desconhecimento, suas falhas, dentre outros aspectos.

Em relação ao controle bibliográfico nos Estados Unidos, Brock diz: "O Governo não dispõe para si mesmo de uma lista ou coleção completa de suas publicações, mesmo na Biblioteca do Congresso" (11:489).....

O desconhecimento existe também da parte de alguns profissionais bibliotecários, talvez acostumados à incerteza da existência de controle em algumas áreas. Apesar disso, Bertalan (10) afirma que existem algumas fontes de referência de utilidade variada (10:144). E tanto há bibliografias (44) como também bibliografias de bibliografias (59). Nos Estados Unidos houve também a preocupação com a compilação de bibliografias de publicações oficiais de outros países, existentes no acervo da Library of Congress (52).

O controle bibliográfico, apesar de receber bom nível de atenção, é feito nos Estados Unidos por mais de uma entidade (31). E, na maioria dos outros países, é bastante falho, inclusive no Brasil (22:49). Isso talvez se deva ao fato do interesse no controle bibliográfico ser mais da classe bibliotecária que de quaisquer outras classes profissionais (17:352).

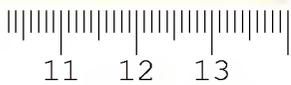
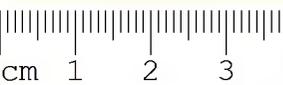
2.5. Centralização Editorial

Grande parte da literatura lamenta a inexistência de uma centralização das atividades de editoração da maioria dos governos, pleiteando sua criação, seja a nível federal, estadual ou municipal. Ainda que a nível federal seja mais comum alguma centralização, esta é mais de caráter gráfico (impressão), possivelmente em função da motivação histórica identificada por Cherns (17:353).

2.5.1 Centralização editorial nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, segundo trabalho escrito em 1958 (23), "os órgãos do governo federal tomam suas próprias decisões sobre o que será publicado e como deve ser publicado e provêem seu próprio controle editorial e financeiro" (23:118).

Em 1965, naquele país, a situação era aproximadamente a mesma, havendo, contudo, vários programas de publicação e distribuição sobrepondo-se e entrecruzando-se numa emaranhada confusão administrativa (11:478), posto que, de acordo com o Código dos Estados Unidos, todas as impressões, encadernações e trabalhos impressos para o Congresso, o Executivo, os Ministérios, Escritórios independentes e estabelecimentos do governo devem ser feitos no Government Printing Office. Certas exceções que a Lei previa resultaram no estabelecimento não de uma, porém de mais de 340 instalações de gráficas governamentais



(11:480). Isso, porém, era resultado de grande e complexa história de centralização X descentralização da impressão governamental (11:481).

Apesar do aparente caos, os Estados Unidos mantêm as instalações impressoras governamentais sob firme controle do Congresso, através do Joint Committee on Printing que autoriza ou não as instalações gráficas fora do GPO e regula suas operações nos menores detalhes (11:481-82).

Em 1974, pregando um controle mais enérgico, Crowers (20) dizia: "O que está em jogo é a necessidade de planejamento global de um sistema para controle eficiente das publicações governamentais, com um corpo diretivo autorizado a estabelecer política e direção integrais" (20: 148).

No ano de 1978, Buckley Jr. (14) afirmava que o Congresso dos Estados Unidos estava revendo a Lei de Impressão de 1895 objetivando atualizá-la para adequar-se à utilização da nova tecnologia e dos novos métodos de disseminação da informação.

Em 21 de junho de 1979 o Deputado Frank Thompson introduziu o HR 4572 – Lei de Reorganização da Impressão Pública, de 1979. Nesse projeto havia a intenção de reformular o Government Printing Office, transformando-o em uma agência independente dirigida por uma Comissão de sete membros em vez do Joint Committee do Congresso. A Comissão a ser nomeada pelo Presidente devia incluir três membros representando o pú-

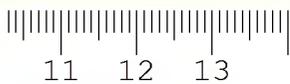
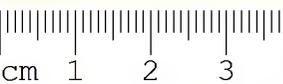
blico. Os outros quatro postos deviam representar certos interesses: bibliotecas, indústria da informação, indústria gráfica e sindicatos (14:453).

Depois desse artigo de Buckley Jr. (14) a notícia mais recente enfatiza a existência, em âmbito federal e estadual, de órgãos centrais para o controle de publicações ou distribuição (35).

2.5.2 Centralização editorial na Europa

Em Conferência promovida pela ASLIB (1), em 1974, Ejlersen (30), representando a Dinamarca, dizia que seu País não tinha uma instituição como o HMSO e nem livrarias do governo, mas deixava claro que em seu País centralização ou coordenação editorial das publicações do governo é assunto tratado com toda seriedade (30:288). Já no Grão-Ducado de Luxemburgo, nessa mesma época, não havia um órgão de centralização, tanto no âmbito da publicação quanto da distribuição e impressão (19). Na Itália, apesar da iniciativa individual dos órgãos, o Serviço de Informação e Copyright, o Instituto Central de Estatística e o Instituto Poligráfico do Estado, subordinado à Presidência do Conselho de Ministros, publicam e distribuem no País e no estrangeiro "uma completa série de documentos referentes ao panorama geral da vida italiana, dos pontos de vista social, econômico, jurídico e, sobretudo, cultural" (38:315).

Como se pode deduzir, o quadro europeu parece caótico. Tentativas foram fei-



tas. Algumas deram certo, outras não. Um caso positivo é o da Holanda que tem no STAATSDRUKKERIJ (Escritório de Publicação e Impressão Governamental) “a mais antiga empresa centralizada pelo Estado...; por mais de um século e meio tem sido responsável pelas comunicações impressas do Governo” (53:342). Em 1974, Oltheten (53) calculava que o órgão produzia mais de quinhentos novos livros por ano, além de diversos títulos de periódicos.

Também na Suécia há um predomínio da atividade publicadora do Governo: uma companhia estatal que atua na área parece estar, inclusive, inibindo a impressão e comercialização do setor privado (17:355).

2.6. Publicações Oficiais Estaduais nos Estados Unidos

Dalton et alii (23) diziam em 1958 que: “Em bem mais de um terço dos Estados (...) existe alguma espécie de controle financeiro e editorial sobre o órgão que gera a publicação” (23:118). Isso não tornaria muito clara a questão da centralização se estivesse limitado apenas ao controle financeiro, mas está explicitado o controle editorial. Embora não haja clareza de como o processo é desenvolvido, há a demonstração de preocupação com o fato.

No mesmo artigo, as autoras diziam que “as publicações estaduais e municipais não estão tão altamente desenvolvidas e há poucos estados, cidades e distritos que podem ser considerados grandes

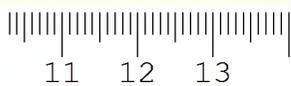
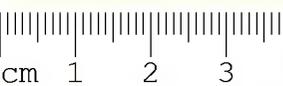
publicadores, em seu próprio território (23:117). Por isso, talvez, só um terço dos Estados, em 1958, preocupava-se com a imposição de algum controle na editoração de suas publicações oficiais.

As autoras mostravam, ainda no mesmo artigo (23), que certos Estados já haviam atingido um estágio mais avançado. Certamente, bem mais próximo de uma centralização decisória em torno de suas publicações oficiais (23:119).

Até 1980, um número maior de Estados, nos Estados Unidos, estabeleceram alguma centralização quanto a publicação ou distribuição de publicações oficiais (41). Aliás, falando sobre a obtenção de publicações oficiais municipais, Gardizer (35) dizia: “Ao contrário das publicações federais e estaduais, não há um órgão central para controlar a publicação ou distribuição de documentos municipais” (35:234). Com isso, pode deduzir-se que as publicações estaduais vêm tendo um maior controle em determinadas etapas de sua editoração.

2.7. Publicações Oficiais no Brasil

No Brasil, a preocupação com as publicações oficiais é recente. A contar pelas citações de Rocha (56) há menos de meio século se fala no assunto. Aquela autora foi quem, na verdade, teve a grande preocupação de propor um estudo mais profundo e sistemático do tema. Sua idéia era a de que o mesmo deveria ser efetivamente explorado em evento nacional na área de Biblioteconomia. A partir de 1975, começaram então os



seminários sobre publicação oficial brasileira, que têm-se ocupado do tema.

Até o momento, realizaram-se cinco Seminários. O primeiro durante o 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília de 22 a 25 de julho de 1975 (62). O segundo, realizado durante o 9º Congresso, em Porto Alegre, de 5 a 8 de julho de 1977 (63). O terceiro, realizado em Curitiba de 22 a 27 de julho de 1979, foi um seguimento dos anteriores, tendo sido apresentada na oportunidade um significativo conjunto de trabalhos (2, 3, 16, 25, 26, 42, 43, 51, 58).

No final de julho de 1981 foi realizado o 4º SPOB, novamente em Brasília, que recentemente sediou o 5º SPOB, ali realizado entre os dias 3 a 8 de julho de 1983 (66).

Uma revisão nos temáticos do SPOB evidencia que os problemas continuam sendo os mesmos ao correr dos anos. São problemas comuns de editoração oficial. E são também problemas universais. As recomendações que emanam ao final de cada evento são uma amostra real de que se está em ponto inicial, como outros países subdesenvolvidos (61).

Os tópicos dos temários do SPOB contêm idéias muito ricas e sugerem grandes estudos. Do 2º Seminário deve ser destacado o seguinte tópico: "princípios que deverão presidir as relações entre editores, documentalistas e gráficos envolvidos na editoração de publicações oficiais" (63), por sugerir uma coordenação mais incisiva.

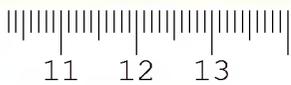
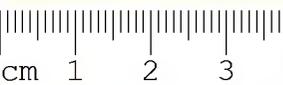
2.8. Coordenação ou Centralização

Mais decisão na coordenação das atividades de editoração dos órgãos oficiais têm-se mostrado necessária e alguns autores a vem sugerindo. Crowers (20) chama a atenção para essa necessidade. Segundo ele (pelo menos nos Estados Unidos) "o que está em jogo é a necessidade de um planejamento global de um sistema para o controle eficiente das publicações governamentais" (20:148). Já Cherns (17) acha que são importantes a eficácia, a acessibilidade e o controle bibliográfico das publicações oficiais, tendo em vista que a comunicação entre o governo e o público é uma via de mão dupla, requerendo pesquisas e aplicação de mais estudos técnicos (17:357-58).

Um resultado bastante expressivo foi alcançado por Suzanne Honoré (40) em sua pesquisa aplicada em 1963. Ao concluir o trabalho, a investigadora diz categoricamente: "Todas as vantagens estão do lado da centralização: rendimento, produtividade, controle do orçamento, maior difusão, etc. O único obstáculo é o particularismo das administrações. É interessante assinalar que um país como a Inglaterra, descentralizado e individualista por tradição, tenha o sistema mais centralizado. Esforços muito interessantes de centralização na edição têm prosseguido também no Japão, Portugal e França" (:23).

3. CONCLUSÃO

Como resultado da discussão precedente, deve-se admitir ser a centralização da



CENTRALIZAÇÃO DA EDITORAÇÃO OFICIAL

editoração o processo mais racional de produzir publicações oficiais.

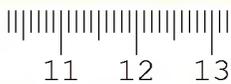
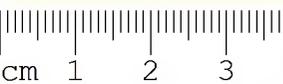
Por todos os princípios administrativos ou pela simples prática do bom senso, parece ser essa centralização almejada pelos países desenvolvidos, afigurando-se, por conseguinte, mais vantajosa que a centralização gráfica.

O simples fato de possibilitar uniformidade de padronização bibliográfica, po-

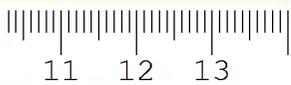
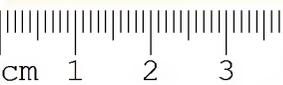
der concentrar pessoas capazes numa unidade de trabalho, permitir controle de tiragem pelo conhecimento do quanto distribuir, poder estabelecer critérios uniformes de distribuição, possibilitar uma sistemática de depósito bibliográfico e criar mecanismos eficazes de divulgação e controle bibliográfico, faz da centralização da editoração um mecanismo desejável para a publicação oficial.

BIBLIOGRAFIA

1. ASLIB PROCEEDINGS. European official publications. Editor? John E. PEMBERTON. London, v. 26, n. 7/8, July/Aug. 1974.
2. ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL. Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras. *Cabeçalhos uniformes*: Governo do Distrito Federal. Brasília, 1978. 116 p.
3. -----, *Manual de normas mínimas de editoração para publicações oficiais*. Brasília, 1978. 33 p. / Edição rev., 1980. 55 p.
4. THE AUSTRALIAN LIBRARY JOURNAL, v. 1, n. 1, 1951. Consultados: v. 13 ao 19, Seção: Government publications. v. 24 (9/10) e ss., Seção: Government publications Grapevine.
5. BARRET, William J. The depository library program. *Wilson Library Bulletin*, Bronx, N. Y., 54 (1) : 31-5, Sept. 1979.
6. BARROS, Benedito Ferri de. O renascimento liberal (1. parte). *Visão*, São Paulo, 30 (23) : 68-71, 8 jun. 1981.
7. -----, (2. parte). *Visão*, São Paulo, 30 (24) : 68-70, 15 jun. 1981.
8. BECHARA, Dennis. Procura-se: um governo eficiente. *Visão*, São Paulo, 30 (25) : 76-9, 22 jun. 1981.
9. BERRY, Paul L. United States and Canadian government documents on microforms. Library Resources? Technical Services, Chicago, 5(1) : 60-7, Winter 1961.
10. BERTALAN, Frank J. Selection and reference use in the special library. *Library Trends*, Champaign, Ill., 15 (1) : 143-56, July 1966.
11. BROCK, Clifton. The quiet crisis in government publishing. *College and Research Libraries*, Chicago, 26 (6) : 476-89, Nov. 1965.
12. BRODIN, Eric. Suécia; estado previdenciário, um paraíso perdido. *Visão*, São Paulo, 30 (45) : 70-3, 9 nov. 1981.
13. BUCKLEY, Carper W. Implementation of the federal depository library Act of 1962. *Library Trends*, Champaign, Ill., 15(1) : 27-36, July 1966.
14. BUCKLEY Jr., Francis J. Library, publishing, and information interests tangle on title 44. *American Libraries*, Chicago, 10 (8) : 453, Sept. 1979.
15. CARVALHO, Miriam Rejowski de & SOUZA, Rosa Maria Villares de. Editoração de trabalhos técnico-científicos; lista de normas nacionais e estrangeiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1, São Paulo, 1981. *Anais do Congresso Brasileiro de Publicações*; promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), julho de 1981, São Paulo, São Paulo, FEBAB, 1981. p. 349-72.

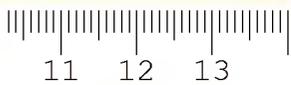
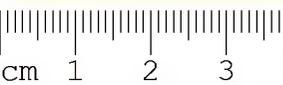


16. CHAVES, Antonio. *Direitos e deveres do autor e do editor da obra literária*. Curitiba, 1979. 23 p.
17. CHERNS, J. Government publishing: an overview. *IFLA Journal*, München, 4 (4): 351-59, 1978.
18. CLARKE, Norman F. Cataloging, classification and storage of government publications when incorporated into the general library collection. *Library Trends*, Champaign, Ill., 15(1) : 58-71, July 1966.
19. CLEMENT, Liliane. Official publications of Grand Duchy of Luxembourg. *ASLIB Proceedings*, London, 26(7/8) : 320-37, July/Aug. 1974.
20. CROWERS, Clifford P. Conclusions. *Drexel Library Quarterly*, Philadelphia, 10(1/2) : 147-49, Jan./Apr. 1974.
21. -----, Introduction. *Drexel Library Quarterly*, Philadelphia, 10(1/2) : 1-5, Jan./Apr. 1974.
22. CUNHA, Inácia Rodrigues dos Santos. A divulgação de publicações oficiais. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 4(1) : 55-70, jan./jun. 1976.
23. DALTON, Phyllis I. et alii. Government and foundation publishing. *Library Trends*, Champaign, Ill., 7(1) : 116-33, July 1958.
24. DARLING, Richard L. Selection and reference use in school library. *Library Trends*, Champaign, Ill., 15(1) : 87-92, July 1966.
25. DIAS, José Hugo de Medeiros. *Exigências e procedimentos postais para as publicações oficiais*. Curitiba, 1979. 7 f.
26. DIREITO autoral. Normas legais e projetos em tramitação no Congresso Nacional. Contribuição da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ao 3º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras. Brasília, 1979. 86 p.
27. DOMINGUES, Carlos Vasconcelos. As empresas públicas e seus controles: análise comparativa. *Planejamento*, Salvador, 2(5/6) : 531-44, set./dez. 1974.
28. DOWNS, Robert B. Government publications on American Libraries. *Library Trends*, Champaign, Ill., 15(1) : 178-94, July 1966.
29. DREXEL LIBRARY QUARTERLY. Policies and practices in the bibliographic control of United States government publications, v. 10, n. 1/2, Jan./Apr. 1974. Editor: Clifford P. CROWERS.
30. EJLERSEN, Rita. Danish official publications. *ASLIB Proceedings*, London, 26(7/8) : 282-86, July/Aug. 1974.
31. FASS, Evelyn M. Government information services: or, of needless and haystacks. *Drexel Library Quarterly*, Philadelphia, 10(1/2) : 123-46, Jan./Apr. 1974.
32. FONSECA, João Bosco Leopoldino da. A empresa pública. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 15 (58) : 93-112, abr./jun. 1978.
33. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Algumas instituições políticas no Brasil e nos Estados Unidos; um estudo de direito constitucional comparado*. Rio de Janeiro, Forense, 1975. 177 p.
34. FRY, Bernard M. *Government publications: their role in the national program for library and informations services*. Washington, D.C., National Commission on Library and Information Science, 1978.
35. GARDISER, Kathleen E. Commentary on collecting the elusive local document. *Special Libraries*, New York, 71(4) : 234-36, Apr. 1980.
36. GLUE, W. A. *History of the Government Printing Office*. Wellington, New Zealand Government Printer, 1966. 194 p.
37. GOVERNMENT PUBLICATIONS REVIEW; an international journal. 1974. Pergamon Press, Inc., Maxwell House, Fairview Park, Elmsford, New York.
38. GRAZIANI, Alberto. Italian official publications. *ASLIB Proceedings*, Lond, 26(7/8) : 313-19, July/Aug. 1974.
39. HARLESTON, Rebekah ? STOFFLE, Carla J. *Administration of government documents collections*. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1974. 178 p.
40. HONORÉ, Suzanne. *Las publicaciones oficiales: informe general de una encuesta*. Washington, D.C., Union Panamericana,



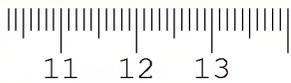
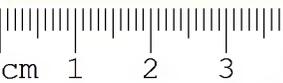
CENTRALIZAÇÃO DA EDITORAÇÃO OFICIAL

1963. 37 p. (Cuadernos Bibliotecológicos, 17).
41. KOPISCHKE, John. State document depositories; Wisconsin outlines a new approach. *Wisconsin Library Bulletin*, Madison, Wi., 70(3) : 131-33, May/June, 1974.
 42. KOTAIT, Ivani et alii. *Regras de apresentação das publicações do Instituto Florestal do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1979.
 43. LEAL, Maria Nelcy de Mendonça et alii. *Publicações oficiais do Estado da Bahia*. Salvador, 1979. 23 f.
 44. LEIDY, W. Phillip. *A popular guide to government publications*. New York, Columbia University Press, 1953. 296 p.
 45. LEITE, Gervásio. Inexistência das fundações públicas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 10(38) : 45-56, abr./jun. 1973.
 46. LEWIS, Wellington H. The United States Government Printing Office today. *Drexel Library Quarterly*, Philadelphia, 10(1/2) : 7-19, Jan./Apr. 1974.
 47. LIBRARY TRENDS. Federal, state and local government publications. V. 15, n. 1, July 1966. Editor: Thomas Shuler SHAW.
 48. LIMA, Rubem de Oliveira. Estatismo e intervenção do estado no domínio econômico. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 15 (60) : 31-52, out./dez. 1978.
 49. LUZ FILHO, Heitor. Controle financeiro das autarquias e empresas públicas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 6(21) : 63-72, jan./mar. 1969.
 50. MOTTA, Fernando C. Prestes ? PEREIRA, Luis C. Bresser. Introdução à organização burocrática. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 310 p.
 51. NOGUEIRA, Otaciano. *O projeto de microfilmagem dos Diários Oficiais da União*. Uma tentativa de melhorar os padrões de divulgação dos atos oficiais da União a nível nacional. Brasília, 1979. 9 f.
 52. NOIA, John de. -comp. *A guide to the official publications of the other American Republids*. v. 3 - Brazil. Washington, D. C., The Library of Congress, 1948. 223 p. (Latin American Series, 35).
 53. OLTHETEN, Thomas H. Official national publications in Netherlands. -*ASLIB Proceedings*, Lond, 26(7/8) : 338-46, July/Aug. 1974.
 54. PROCEEDINGS of the Reader Assistance Seminar on Government Publications (University of New South Wales Library Staff Paper, 9). 1975.
 55. REVISTA DE BIBLIOTECONOMIA DE BRASÍLIA, Brasília, v. 4, n. 1/2, 1976.
 56. ROCHA, Juracy Feitosa. Publicações oficiais brasileiras: um tema a ser estudado. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, 2(1) : 1-14, jan./jun. 1974.
 57. ROSAS, Roberto. Controle da Administração indireta. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 15(57) : 61-8, jan./mar. 1978.
 58. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Publicações oficiais da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas*. São Paulo, 1979. 49 p.
 59. SCHORR, Alan Edward, comp. *Government reference books 74/75*; a biennial guide to U.S. Government publications. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1976. 263 p.
 60. SEMINAR ON GOVERNMENT PUBLICATIONS, 9-10 Sept. 1978. *Government publications*. Hobart, Tasmanian College of Advanced Education. School of Librarianship, 1978.
 61. SEMINÁRIO PRELIMINAR SOBRE DOCUMENTOS GUBERNAMENTALES AFRICANOS, Tanger (Marrocos), 8-10 junio 1976. *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas*, Paris, 31(1) : 63-4, jan./feb. 1977.
 62. SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS, 1, Brasília, DF, 22-25 jul. 1975. *Boletim ABDF*, Brasília, jun. 1975.
 63. -----, 2, Porto Alegre, RS, 4-8 jul. 1977. *Boletim ABDF*, Brasília, maio 1977.
 64. -----, 3, Curitiba, PR, 22-27 jul. 1979.



Francisco das Chagas de Souza

- Boletim ABDF*, Nova Série, Brasília, 2(3) : 66. -----, 5, Brasília, DF, 3-8 jul. 1983. 5-10, jul./ag. 1979. (folder).
65. -----, 4, Brasília, DF, 27-31 jul. 1981. 67. VON MISES, Ludwig. *Socialismo. Visão*, São Paulo, 30(36) : 70-2, 7 set. 1981. (folder).



SINDICALISMO NA PROFISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Maria Angélica Carneiro Martorano

1. INTRODUÇÃO

Em virtude de nós, Bibliotecários, não estarmos sendo valorizados profissionalmente, haja vista a necessidade da criação de uma Comissão, de uma Assessoria de Valorização e Divulgação Profissional, o Presidente da FEBAB encarregou esta Comissão, em julho de 1982, de fazer um estudo de viabilidade no sentido de transformar a FEBAB em Confederação.

Devido a já existência da Confederação Nacional das Profissões Liberais, apresentamos na Assembléia Geral da FEBAB, em setembro do mesmo ano, a proposta de transformar a FEBAB em Federação Nacional, partindo para a sindicalização da profissão.

Retomamos então o estudo feito pela ex-Presidente da FEBAB, Sra. Laura Russo, no período de 1970 a 1973, e agora apresentamos um trabalho, atualizado, de pesquisa, abordando desde a definição de Sindicalismo, de Sindicato, de Sindicato Profissional, uma pequena evolução histórica do sindicalismo no Brasil, sua estrutura; o sindicalismo nas profissões liberais,

* Trabalho apresentado na Assembléia Geral da FEBAB, realizada junto ao XII CBBB, em Camboriú, Santa Catarina, pela Presidente da CBDJ, Maria Angélica Carneiro Martorano.

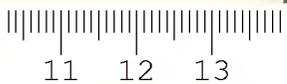
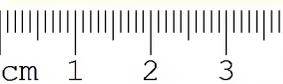
culminando com o sindicalismo na profissão do Bibliotecário: a situação atual e o que propomos para uma mudança, necessária, para que sejamos valorizados, reconhecidos pelas Autoridades e que possamos reivindicar nossos direitos.

2. SINDICALISMO

Segundo De Plácido e Silva (1), sindicalismo é “a doutrina que atribui aos sindicatos profissionais a função diretora da sociedade e preconiza a ascendência dos mesmos à direção dos órgãos administrativos do Estado. Dessa forma, a teoria sindicalista traduz a teoria política fundada no sistema sindical, isto é que tem como base os sindicatos”.

E o que é sindicato? Segundo ainda De Plácido e Silva é “toda instituição, ou associação, em regra de caráter profissional, que tem por objetivo a defesa dos interesses comuns de uma classe, ou de um grupo de pessoas, ligadas entre si pelos mesmos interesses. Instituído-se para

1. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro, Forense, 1982. v. 4: Q Z;



defesa de interesses de trabalhadores ou de pessoas da classe, o sindicato qualifica-se de profissional”.

Os sindicatos profissionais foram introduzidos no Direito brasileiro pela Lei 979, de 6 de janeiro de 1903, sendo que o Decreto 1.637, de 5 de janeiro de 1907 lhes atribuía o direito de organizar para seus membros, e em cumprimento de suas finalidades, instituições de mutualidade, previdência e cooperação que poderiam se transformar em associações distintas e autônomas, com inteira separação de caixas e responsabilidades. Era uma sindicalização mista, agregando empregados e empregadores.

A Constituição de 1891 já proclamava a livre associação, mas somente em 12 de agosto de 1927 viria o Decreto 5.221, pressupondo a legalidade dos sindicatos ou coalizões, mas que restavam proibidos ou tidos como crime, quando incidissem em atos “contrários à ordem, moralidade e segurança públicas”. (2)

Na Constituição de 1934, rezava no artigo 120: “Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei. — parágrafo único. A Lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia do Sindicato”. Mas antes da promulgação da Constituição, surgiu o Decreto 24.694, de 12 de julho de 1934, dispondo sobre os sindicatos profissionais, que preconizava três sindicatos, no máximo, para cada profissão, estabelecendo o mínimo de um terço de associados que representassem a profissão.

2. In: REZENDE PUECH, Luiz Roberto de. O sindicalismo brasileiro. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 nov. 1982.

Em 5 de julho de 1939, surgiu o Decreto-lei 1.402, regulando a associação em sindicato, sendo considerada a Lei Orgânica da Sindicalização Brasileira.

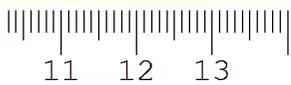
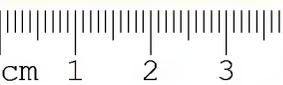
E em 1º de maio de 1943, através do Decreto-Lei 5.452, surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, que vem sofrendo alterações, e ainda surgindo outros dispositivos legais referentes ao assunto.

Segundo Itaboraí Martins (3), a realidade classista tem sido estudada há anos quase que exclusivamente por sociólogos como Edgard Rodrigues e Azis Simão. No campo jurídico, o sindicato se situa no Direito Sindical, inserido no Direito do Trabalho. Poucos, no Brasil, escreveram especificamente sobre Direito Sindical: Segadas Viana, José Martins Catarino, Aluisio Rodrigues, Octávio Bueno Magano e Amauri Mascaro Nascimento.

Segundo Aluisio Rodrigues (4), “o sistema sindical brasileiro apresenta-se, estruturalmente, como uma organização hierarquizada em forma de pirâmide, tendo na base o sindicato, no setor intermediário a federação e no vértice a confederação. Antes porém de formar-se o sindicato há um pré-requisito a atender-se: a criação da Associação Profissional, o passo inicial para reunião de um grupo de indivíduos ou empresas pertencentes a mesma categoria. A Associação Profissional tem poderes limitados ao estudo, defesa e coordenação dos interesses das pessoas agrupadas em torno de si. Somente após investida nas prerrogativas de órgão repre-

3. O direito sindical e abertura política. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 nov. 1982. p. 55.

4. *O Estado e o sistema sindical brasileiro*. São Paulo, LTr, 1981.



sentativo da categoria, com expedição da carta de reconhecimento é que pode representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida”.

3. O SINDICALISMO NAS PROFISSÕES LIBERAIS

Vejamos primeiro o que seja profissão liberal.

Segundo De Plácido e Silva (5) “literalmente, é a profissão que possa ser exercida com autonomia, isto é, livre de qualquer subordinação a um patrão ou chefe; é a expressão usada para designar toda profissão, em regra de natureza intelectual, que se exerce fora de todo espírito especulativo, revelada pela independência ou autonomia do trabalhador que a exerce. Entanto, dessa idéia, não se exclui a possibilidade de ser o trabalhador liberal ou profissional liberal suscetível de um contrato de trabalho, em que se determine ou se evidencie uma subordinação, regulada e protegida pelas leis trabalhistas. Assim sendo, o caráter distintivo da profissão liberal está, principalmente, em ser uma profissão cujo exercício depende de conhecimentos acadêmicos ou universitários...”.

Na CLT encontramos um quadro com 26 (vinte e seis) Grupos de Profissionais Liberais, quadro pertencente à Confederação Nacional das Profissões Liberais,

CNPL, reconhecida pelo Decreto 35.575, de 27 de maio de 1954, como entidade de grau superior (o vértice da pirâmide), coordenadora dos interesses das profissões liberais em todo território nacional.

Desses Grupos já possuem Sindicatos: Médicos, Odontologistas, Farmaceuticos, Engenheiros, Químicos, Parteiros, Economistas, Contabilistas, Professores (privados), Artistas e Técnicos de Espetáculos, Músicos, Assistentes Sociais, Jornalistas, Protéticos Dentários, Técnicos de Administração, Arquiteto e Psicólogos, havendo maior concentração desses Sindicatos nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; e já têm Federação: Médicos, Odontologistas, Engenheiros, Economistas e Arquitetos.

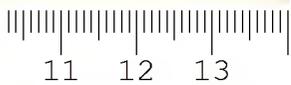
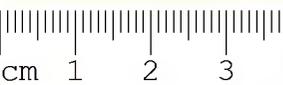
Notamos que poucas categorias não possuem sequer Sindicatos, como os Advogados e Bibliotecários, por exemplo. E por que?

Os advogados respondem que as categorias de profissionais assalariados são consideradas categorias de profissionais semi-liberais, como eles próprios se consideram, uma vez que 70% dos advogados são assalariados (6), e é isso que dificulta a sindicalização, mas não a impede.

Os advogados de São Paulo já tiveram um Sindicato em 1952 até 1964 quando houve intervenção e sua carta de reconhecimento foi cassada pelo Ministério do Trabalho em 1968; estão lutando, entretanto, para a reativação do sindicato para atuar ao lado do órgão de defesa: a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB.

6. Cf. SILVA, José Antonio. O advogado hoje: fim do profissional liberal. *Revista da OAB/SP*, São Paulo, 1 (1) : 20-22, nov./dez. 1982.

5. Op. cit. v. 3: J-P



Segundo Carlos Cardoso de Oliveira (7) uma entidade como o sindicato tem que ter a representatividade de toda a categoria e é um projeto a ser desenvolvido a médio e longo prazo, mas antes eles pretendem constituir uma comissão com a função de fazer gestões dentro da classe e ver a receptividade à idéia.

E o Bibliotecário?

4. O SINDICALISMO E A PROFISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Como já é de nosso conhecimento, nós, Bibliotecários temos como legislação: a Lei 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão, passível de críticas, e que já está, penso, na casa do 13º anteprojeto de modificação, e o Decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei, e em cujo artigo 2º lemos: “A designação profissional do Bibliotecário passa a ser incluída no Quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943”, a CLT.

Possuímos nossos órgãos fiscalizadores, o CFB e os CRB e órgãos de classe para desenvolver o intercâmbio de idéias com vistas ao aperfeiçoamento profissional, são as Associações de Bibliotecários existentes em quase todos os estados do País e que se congrega na Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, FEBAB.

Não temos sindicatos, e poderemos perguntar: Para que?, se já temos tantas organizações.

Vejamos então o porquê. O Estatuto da FEBAB em seu artigo 1º diz: “é uma

sociedade civil, apolítica, sem finalidades lucrativas, que congrega as Associações de profissionais em Biblioteconomia e Documentação em todo o território nacional”. E segundo a letra a do seu artigo 2º: Finalidades da Federação: “congregar as Associações de Bibliotecários do País, com o objetivo de defesa, coordenação e legítima representação da classe nos terrenos técnico, cultural, social e econômico”.

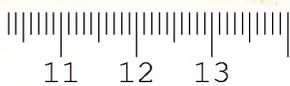
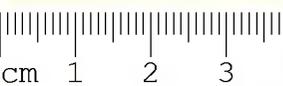
Entretanto, essa legítima representação da classe não existe no terreno trabalhista: a FEBAB não tem representação classista legítima; ela apenas tem poderes limitados ao estudo, defesa e coordenação dos interesses dos Bibliotecários, mas sem representação junto às autoridades administrativas e judiciárias, o que é prerrogativa do Sindicato.

Então, segundo o sistema sindical brasileiro, já exposto, temos o vértice da pirâmide: a CNPL; para termos a base, precisamos que as Associações Profissionais se transformem em Sindicatos.

A FEBAB já possui 11 (onze) Associações Profissionais filiadas, nos Estados: Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Amazonas, Maranhão, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Sergipe e São Paulo. Mas, dessas, só 6 (seis) têm caráter sindical: a de Pernambuco, a do Rio de Janeiro, a da Bahia, a do Maranhão, a de Mato Grosso do Sul e a de São Paulo. Vejamos por quê.

Segundo a CLT em seu artigo 511 “é lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou

7. In: SILVA, José Antonio. Op. cit.



profissionais liberais, exerçam respectivamente, a mesma atividade ou profissão, ou atividades ou profissões similares ou conexas”; mas, segundo seu artigo 512 “somente as associações constituídas para os fins e na forma do artigo anterior e registradas de acordo com o artigo 558, poderão ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta lei”. E de acordo com o artigo 558 “são obrigadas ao registro todas as associações profissionais constituídas por atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas...”. Pois bem, só as seis possuem esse certificado; as demais Associações são consideradas livres, sem caráter sindical; são como a própria FEBAB Associação Civil, assim como as outras Associações que não possuem a denominação Profissional.

Estabeçamos então um paralelo entre Associação Civil, Profissional e Sindicato, abordando os aspectos jurídicos e formais das entidades:

Uma Associação Civil não possui poder de representação legal de seus associados ou da categoria, individual e coletivo, em relação a seus interesses como trabalhadores. Ela é regida pelo Código Civil, registrada em Cartório e não tem competência para representar de forma coletiva a categoria que a constitua. Pode representar seus associados em questões políticas, culturais e científicas, mas não em matérias trabalhistas, coletivas e sindicais, isto é, não pode firmar acordos coletivos, estabelecer piso salarial, jornada de trabalho e não tem poder de representação na Confederação Nacional das Profissões Liberais,

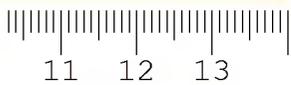
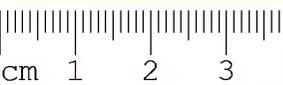
CNPPL. Está regida com base no seu estatuto e se sustenta mediante a contribuição de seus associados.

Uma Associação Profissional observa as leis prescritas na CLT com limitação, porém, de representação apenas individual dos associados. É o estágio obrigatório para a criação do Sindicato.

E o Sindicato é o órgão que desenvolve os aspectos trabalhista e social, que tem o poder de representação coletiva de firmar convenções e acordos coletivos com estabelecimento de piso salarial, jornada de trabalho e demais vantagens e direitos do trabalhador, previstos ou não na CLT. É sustentado pela contribuição de seus associados e pelo que lhe couber da arrecadação da contribuição sindical (8).

Nossa situação então é esta: a FEBAB congrega 6 (seis) Associações Profissionais com caráter sindical. Como transformá-las em Sindicatos? O mecanismo de transformação está regulado no artigo 515 da CLT. É necessário encaminhar ao Ministério do Trabalho um requerimento instruído por: 1) Certificado de registro da Associação Profissional; 2) Prova de reunião de 1/3 de associados; 3) Cópia autenticada dos Estatutos; 4) Relação de associados; 5) Exemplar do edital de convocação de Assembléia para decidir sobre a conversão da Associação Profissional em Sindicato, publicado nos principais jornais; 6) Cópia autenticada da ATA da Assembléia Geral que decidiu converter a Associação Profissional em Sindicato; 7) Declaração do patrimônio e dos serviços sociais organizados.

8. *Sociologues*, São Paulo, 2 (5), jul. 1982.



A Associação Profissional só se converterá em Sindicato quando o Ministro do Trabalho lhe der carta de reconhecimento em que é especificada a representação profissional pleiteada e é indicada a base territorial de atuação, ou seja o âmbito de abrangência das entidades, que podem ser, conforme o artigo 517 da CLT: distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais e, excepcionalmente, nacional. A propósito das nossas Associações Profissionais, uma é considerada de âmbito municipal: é a do Rio de Janeiro, antes da Guanabara, que possui em seu registro, datado de 5 de novembro de 1969: "Alterada a denominação para Associação Profissional dos Bibliotecários do Município do Rio de Janeiro (Portaria Ministerial nº 3436, de 23/12/75)".

Bem, a criação de um ou mais sindicatos de Bibliotecários poderá ser uma referência concreta para a categoria, como um fator de crescimento de sua organização e união, bem como garantir uma maior inserção da mesma no movimento sindical e popular.

O Sindicato traduzirá, objetivamente, o grau de coesão dos interesses a representar, a consciência e maturidade dos seus representantes.

Das exigências para a Associação Profissional se transformar em Sindicato o que mais causa preocupação é o de arrecadar 1/3 de profissionais, pois a pergunta mais ouvida é: E o funcionário público?

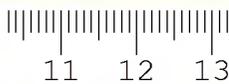
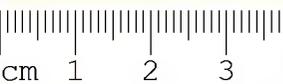
Sabemos que os funcionários, os servidores públicos não podem se sindicalizar; vemos essa proibição nos Estatutos dos Funcionários Públicos, mas também sabemos que no capítulo IV: Dos Direitos e

Garantias Individuais da nossa Constituição Federal, o parágrafo 28 do artigo 153 diz: "É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos"; e no título III: Da Ordem Econômica e Social, o artigo 166 diz: "É livre a associação profissional ou sindical...".

Segundo Cassio Mesquita Barros Júnior (9) "a vedação de sindicalizar-se imposta aos servidores públicos não se choca com o princípio estatuído no artigo 166 da Constituição, consoante o qual é livre a associação profissional ou sindical. Trata-se apenas da enunciação de um princípio, cuja regulamentação o próprio inciso constitucional relegou à legislação ordinária. A consequência da proibição é não poderem os servidores públicos ajuizar dissídios coletivos de trabalho, que constituem prerrogativas sindicais, e que como os reajustes salariais provêm de legislação governamental, não pode ter aplicabilidade do prejudgado nº 44/73, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho que assim se enuncia: "Os empregados de pessoas jurídicas de direito público interno (10) sujeitas à jurisdição das Leis do Trabalho são alcançadas pelas condições estabelecidas em sentenças normativas ou contratos coletivos de trabalho, salvo se beneficiários de reajustes salariais por lei especial", que é o que acontece.

A CLT é clara; os funcionários públicos não podem se sindicalizar e nem constituir sindicato, mas os Bibliotecários fun-
9. Gradação na aplicabilidade da lei trabalhista aos servidores públicos. Separata da LTr: Legislação do Trabalho, jan. 1977.

10. Pessoa de direito público interno é a União que indica o Estado brasileiro, Estados federados, Municípios e Autarquias; cf. De Plácido e Silva. Op. cit. v.3: J-P :



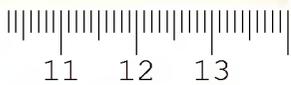
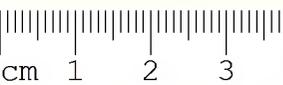
SINDICALISMO NA PROFISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO

cionários públicos têm o direito de sindicalização garantido, pois antes de funcionários públicos são Bibliotecários. Segundo o entendimento nº 3 da CNPL cuja ementa: Sindicalização – Cabimento – Profissional Liberal funcionário público: “O profissional Liberal que exerça sua profissão liberal como Funcionário Público pode filiar-se ao Sindicato dessa sua respectiva profissão liberal, porque esta é uma atividade de qualificação estritamente pessoal, subjetiva, decorrente da sua própria habilitação intelectual e técnica, a qual, por sua vez, ele exerce sob a forma de um relacionamento jurídico de trabalho a ser definido entre o profissional e o contratante: donde ser Funcionário Público não é pois uma profissão, e sim, uma das formas de o Profissional Liberal exercer a sua profissão liberal, em razão do que, o Profissional Liberal, não perde essa qualificação própria, quando se torna Funcionário Público, e assim sendo pode ele, como tal, como Profissional Liberal, sindicalizar-se (é não, como Funcionário Público, o que a Consolidação das Leis do Trabalho veda expressamente)”.

E como seria feito isso? Para o Bibliotecário, empregado do Estado, sob o regime de servidor ou funcionário público, para associar-se ao Sindicato, bastaria a comprovação de autônomo e o pagamento do Imposto Social sobre Serviço (ISS).

Para a própria CNPL bastaria a apresentação no Sindicato do registro do profissional no respectivo Conselho, mas para o Ministério do Trabalho “o simples registro do profissional no respectivo órgão fiscalizador não é suficiente para provar o efetivo desempenho da atividade”.

E pelo Parecer nº 14/81 da Assessoria Jurídica da CNPL “não há como se confundir “Profissional Liberal” com “profissional autônomo”, nem aqueles com “funcionário público”; o Profissional Liberal é titular de uma qualificação própria, sua, subjetiva, ao passo que ser “profissional autônomo” ou “funcionário público” não é profissão, e sim *forma de exercer* uma profissão”. E continua, o parecer, “causanos, no entanto, espécie que as mesmas Autoridades que se recusam em considerar essa Certidão de um Conselho de Fiscalização Profissional, aceitem como “prova de exercício profissional”, documento que prove que o profissional liberal esteja inscrito como “Profissional Autônomo”, junto à repartição municipal do Imposto Sobre Serviços, e em dia com suas obrigações pecuniárias para com o I.S.S. Ocorre, porém, que, se as Autoridades do MTb consideram a Certidão dos Conselhos de fiscalização de exercício sob o fundamento de que o fato de o Profissional Liberal estar registrado no seu respectivo Conselho *não significaria* que ele esteja a exercer essa profissão, indagamos: sob que fundamento é erigido em presunção de que o Profissional Liberal esteja a exercer essa sua profissão liberal o fato de estar ele inscrito como tal junto ao I.S.S. e de pagar periodicamente o correspondente Imposto? Em suma, é nosso PARECER que deve esta Entidade gestionar, já agora diretamente à pessoa do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Trabalho, no sentido de que, de uma vez por todas, se assente o entendimento de que o Profissional Liberal não está – como tal, como Profissional Liberal, impedido, ainda que seja “funcionário



público”, de se sindicalizar, por via de consequência de ser Dirigente de sua respectiva Entidade Sindical profissional liberal. Esse entendimento já é vitorioso junto a diversas Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, como a D.R.T. no Estado do Rio Grande do Sul e também aquela no Estado do Rio de Janeiro”.

Bem, e seria vantagem para o Bibliotecário funcionário público pagar o ISS, mas sem receber como autônomo? Daí os advogados chamar-nos de semi-liberais; não exercemos nossa profissão autonomamente; não temos escritórios de Assessoria de Planejamento Bibliotecário, não fazemos projetos; não somos como os Médicos, Odontologistas, Psicólogos, que têm seus Consultórios; não somos como os Economistas, Engenheiros, Arquitetos que são chamados autonomamente para fazerem projetos de viabilidade econômica ou darem pareceres nos projetos de Construção e Arquitetura; enfim somos só assalariados; somos, na maioria, como os 70% de advogados que são Juizes, Promotores públicos, Procuradores da Justiça, tendo como patrão o Estado. Daí ter-se dito da dificuldade da sindicalização, mas como já disse e está provado não há impedimento.

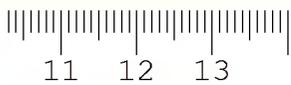
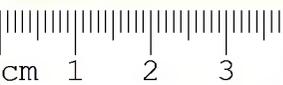
Então, temos que lutar para que exerçamos também nossa profissão como autônomos, dando assessoria a organizações de bibliotecas, dando pareceres, fazendo projetos de viabilidade, e que também lutemos pela sindicalização do funcionário público, dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios, na forma da disposição da Convenção 151 da

Organização Internacional do Trabalho, OIT, assinada pelo Brasil, mas ainda não cumprida na legislação.

Já houve vários projetos de lei no sentido de permitir ao funcionário público se sindicalizar: em 1979 do Deputado Marcio Macedo; em 1980 do Senador Franco Montoro; em 1981 do Deputado Heitor Alencar Furtado e do Senador Nelson Carneiro, todos arquivados. Neste ano, 1983, há os dos Deputados Renato Viana e Nelson do Carmo, aguardando distribuição, mas que provavelmente serão arquivados como os anteriores.

Precisamos então batalhar por isso, e também fazer campanhas de conscientização do próprio profissional Bibliotecário a respeito da necessidade da sindicalização, mostrando que não adianta reclamar do salário baixo, da não valorização profissional se não houver a luta para que se consiga o órgão que tem poder de representação junto às autoridades administrativas e judiciárias.

A Associação Profissional com caráter sindical é criada para conscientizar o profissional da necessidade da sindicalização e de defender esse profissional, lutar por ele; mesmo na espera do reconhecimento como Sindicato, a Associação Profissional não pode permanecer alheia aos problemas da classe; ela já pode interferir junto às autoridades, representando os interesses individuais de associados relativos à sua atividade ou profissão; não pode continuar a fazer apenas o papel de Associação livre, sem caráter sindical. A Associação Profissional tem que mostrar aos profissionais que ela já faz alguma coisa por eles, que luta e cumpre o seu papel; só



assim conseguirá atraí-los. Isso, entretanto, não é o que está acontecendo: Associações com objetivos diferentes estão fazendo o mesmo papel.

Um exemplo de defesa de seus associados é o da Associação dos Advogados de São Paulo, AASP, que nem sendo profissional encaminhará um projeto de Lei ao Senado e Câmara dos Deputados propondo o salário mínimo profissional do advogado: seis vezes o maior salário mínimo regional para uma jornada de trabalho de quatro horas diárias ou 20 semanais no máximo.

Segundo o advogado José Carlos da Silva Arouca "tendo em conta o fato de os advogados não estarem organizados em sindicato, é inviável a conquista do salário profissional através de convenção ou dissídio coletivo"(11).

Mas, se a AASP vai tentar, por que não as Associações Profissionais de Bibliotecários com caráter sindical?

Bem, melhor seria se já tivéssemos Sindicatos; mesmo para os funcionários públicos que não podem organizar dissídios coletivos por ser o seu patrão o Estado, poderia ser obtido o piso salarial.

Em uma reunião havida dia 11 de dezembro de 1982 na sede da Associação Paulista de Bibliotecários, para o estudo da sindicalização, a ex-Presidente da FEBAB, Sra. Laura Russo, disse que a tendência é acabarem-se as sociedades civis, mas será interessante que tenhamos os dois tipos de associações, pois as duas lutam, as duas defendem; a civil atualizan-

do o profissional, preparando-o para um bom desempenho na profissão; a outra lutando para que esse profissional se estabilize trabalhando, com salários condignos, valorizando o profissional e lutando para se tornar um Sindicato para poder representar os profissionais junto às Autoridades.

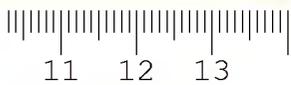
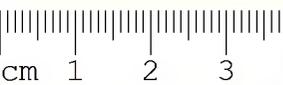
Será interessante também que as Associações Civis mantenham em sua sede um pequeno espaço para a criação da Profissional, a exemplo do que faz a Associação Paulista de Bibliotecários abrigando a Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo; afinal o objetivo é o mesmo: a valorização e reconhecimento pelas Autoridades da nossa categoria.

Bem, e se ainda assim não obtivermos o um terço de profissionais para os Sindicatos? Não custa tentar o reconhecimento baseados no parágrafo único do artigo 515 da CLT, que assim se enuncia: "O Ministro do Trabalho poderá, excepcionalmente, reconhecer como Sindicato a associação cujo número de associados seja inferior ao terço...".

E se ainda for infrutífera a tentativa, por que não consultarmos o Ministério do Trabalho no sentido de unirmos Associações Profissionais formando Sindicatos interestaduais? Isso é possível pelo artigo 517 da CLT. Mas, se nas outras profissões liberais a maior concentração de Sindicatos se encontra nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, por que não os termos também nesses Estados?

Teríamos então a base e o vértice da pirâmide. E o setor intermediário?

11. Cf. R. OAB/SP, São Paulo, 1 (5) : 28-29, jul./ago. 1983.



Segundo o artigo 534 da CLT “é facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco) desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação”. E segundo o seu parágrafo 2º “As federações serão constituídas por Estados, podendo o Ministério do Trabalho autorizar a constituição de federações interestaduais ou nacionais”, sendo nacional a forma com que têm sido criadas as federações de profissionais liberais.

E segundo o artigo 589 da CLT “da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministério do Trabalho:

- I – 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;
- II – 15% (quinze por cento) para a federação;
- III – 60% (sessenta por cento) para o sindicato;
- IV – 20% (vinte por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”.

Lutamos tanto por recursos financeiros; só assim os teremos e garantidos pela obrigatoriedade do recolhimento da contribuição sindical por lei.

Os artigos 590 e 591 da CLT esclarecem o que acontece com a arrecadação na falta de entidades sindicais; no nosso caso, como não temos nem sindicato, nem federação, os 80% da arrecadação estão indo diretamente para a Confederação Nacional das Profissões Liberais.

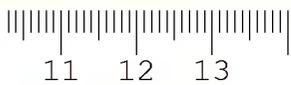
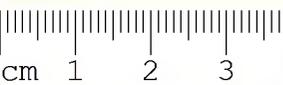
Como vimos, todas as respostas para as nossas indagações encontram-se na CLT; para esse nosso movimento, torna-se a obra de referência principal, onde encontramos também no capítulo III todas as respostas para o que seja contribuição sindical, a fixação e forma de recolhimento.

5. CONCLUSÃO

Com este trabalho de pesquisa, espero ter conseguido atrair a atenção para a necessidade da sindicalização da nossa profissão e que haja movimentação para por a idéia em prática, mas acho que mais indicada para tal é a Assessora de Valorização e Divulgação Profissional da FEBAB, devendo ser traçado um Plano de Ação, a ser exequível, a curto e longo prazo, pois deve haver contatos com as Delegacias Regionais do Trabalho, com o próprio Ministério do Trabalho, com a Confederação Nacional das Profissões Liberais, com advogados trabalhistas e com entidades sindicais de outras profissões liberais.

Entretanto, já como primeiro passo, conforme estabelecido na reunião realizada dia 11 de dezembro de 1982, elaborei um ofício contendo o mecanismo legal para transformação das Associações Profissionais em Sindicatos enviado pela FEBAB às Associações Profissionais, tendo recebido resposta apenas da Bahia, acusando o recebimento, mas informando não ser possível a transformação.

Espero que haja a partir de agora maior reflexão e que as respostas obtidas não sejam *não ser possível*, mas sim, pelo menos, que *a luta continua para que seja possível*.



6. FONTES CONSULTADAS

6.1 Doutrina

1. BARROS JÚNIOR, Cassio Mesquita. *Gradação na aplicabilidade da lei trabalhista aos servidores públicos*. Separata de LTr: Legislação do Trabalho, São Paulo, jan. 1977.
2. CATHARINO, José Martins. *Tratado elementar de direito sindical: doutrina e legislação*. São Paulo, LTr, 1977.
3. DE PLACIDO E SILVA. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro, Forense, 1982. 4v.
4. MARTINS, Itaboraí. O direito sindical e abertura política. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 nov. 1982. p. 55.
5. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Função Política do sindicato. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 nov. 1982. p. 40.
6. PONTES DE MIRANDA. *Comentários à Constituição de 1967, com emenda nº 1 de 1969*. 2. ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1972. v. 6.
7. REZENDE PUECH, Luiz Roberto de. Cinquenta anos de nosso renitente sindicalismo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 sete. 1981. p. 55.
8. ----- . A democracia social e o nosso sindicalismo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jul. 1982. p. 51.
9. ----- . O sindicalismo brasileiro. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 e 17 nov. 1982.
10. RODRIGUES, Aluisio. *O Estado e o sistema sindical brasileiro*. São Paulo, LTr, 1981.
11. RUSSOMANO, Mozart V. et alii. *O sindicato nos países em desenvolvimento*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1980.
12. SILVA, José Antonio. O advogado hoje: fim do profissional liberal. *Revista da OAB/SP*, São Paulo, 1(1): 20-22, nov./dez. 1982.

13. O SINDICATO volta ou não. *Revista da OAB/SP*, São Paulo, 1(5): 28-29, jul./ago. 1983.
14. SOCIOLOGUES, São Paulo, 2(5), jul. 1982.

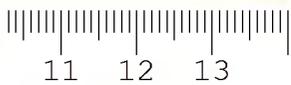
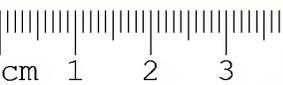
6.2 Legislação

- BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-lei 5.452, de 1 de maio de 1943: Consolidação das Leis do Trabalho.
- DIAS, Floriano de Aguiar, org. *Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro, Liber Juris, 1975. 2 v.; v. 1: 1822-1967; v. 2: 1967-1973.
- FEBAB. Estatuto.
- LEX. Ed. fed. Índices de 1935 a 1982 e fascículos de 1983.

6.3 Outras fontes

- Arquivos da FEBAB
- Biblioteca do TRT—2ª Região
- Listas telefônicas
- Material fornecido pelo Sindicato dos Engenheiros de São Paulo
- Membros do GBIDJ da APB
- Presidente da APBESP
- Presidente do CRB/8
- Terminal do PRODASEN da Câmara Municipal de São Paulo.

6.4 Anexos



**I. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS
PROFISSOES LIBERAIS**

ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer RJ nº 11/80

Os Profissionais Liberais são detentores de uma qualificação própria, pessoal, decorrente de sua habilitação técnica – sendo, para tanto, irrelevante a forma jurídica como se apresente a sua vinculação laboral àquele a quem prestem serviços –, pelo que têm o direito de se sindicalizarem à sua Entidade Sindical profissional liberal respectiva.

Se funcionários públicos, estarão como tais – vale dizer, na sua qualidade de funcionários públicos – impedidos legalmente de se sindicalizarem, mas não na qualidade de Profissionais Liberais.

Reiteração do Parecer nº CNPL-22/74

Examinamos os termos do Ofício nº 78, do dia 08/08/80, que nos encaminhou a Associação Profissional dos Psicólogos do Município do Rio de Janeiro, consultando esta Casa sobre a viabilidade de Psicólogos que trabalhem como “funcionários públicos” terem ou não o direito de se filiarem à sua respectiva Entidade Sindical profissional liberal.

Malgrado constataros que, mesmo nos idos de 1980, tal matéria ainda seja objeto de controvérsia por parte de autoridades ministeriais, esta Confederação já de há muito assentou o seu entendimento pacífico, pela perfeita e autêntico cabimento dessa sindicalização. O Parecer de

nº CNPL-22/74, do dia 13/09/74, desta Assessoria Jurídica – aprovado na Reunião da Diretoria do dia 22/10/74 – retransmite o entendimento da Entidade mater do sindicalismo profissional liberal brasileiro.

Por tais razões, é nosso

PARECER

que esta Confederação se manifeste em igual sentido que o entendimento do Parecer de nº CNPL-22/74, desta Assessoria Jurídica, aprovado na Reunião da Diretoria levada a efeito no dia 22/10/74.

Em 11 de agosto de 1980.

DALTON HENRIQUE MERÊ GILSON

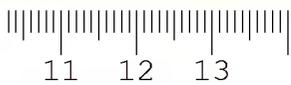
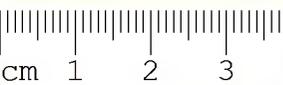
Assessor Jurídico

**II. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS
PROFISSOES LIBERAIS**

ENTENDIMENTO Nº 006-CNRI.

ENTIDADES SINDICAIS PROFISSIONAIS – COMPETÊNCIA – APOIO A MATÉRIAS DE INTERESSE DE PROFISSIONAIS LIBERAIS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.

Às Entidades Sindicais profissionais liberais – porque interessam-lhes, inclusive na qualidade de colaboradores dos Poderes Públicos como órgãos técnicos ou consultivos, o estudo e a solução dos problemas que se relacionam com a respectiva profissão liberal, como dispõe a C.L.T. – cabe discutir e apoiar as reivindicações dos Profissionais Liberais, com tais, que



estejam a exercer a sua profissão liberal como Funcionários Públicos.

REFERÊNCIA

C.L.T., Artigos 511; 513, alíneas “a” e “d”; e 566, “caput” e parágrafo único (este, na redção do Art. 2º da Lei nº 6.386, de 09/12/76); e 577.

Assessoria Jurídica, Parecer nº 09/77, de 20/05/77 aprovado na Reunião da Diretoria de 28/06/77 ver Entendimento nº 003-CNPL.

III. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS

ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer nº 07/83

O direito ao exercício da opção de que trata o § único do Art. 585 da CLT decorre da efetiva caracterização da atividade profissional liberal que o empregado exerce – sendo irrelevante a denominação que lhe dê cada Empresa.

Reitera entendimentos anteriores desta Assessoria Jurídica.

Examinamos os termos dos Ofícios nºs CRB-7/054 e 068/83, dos dias 29 de março de 04 de abril de 1983, em que a Sra. Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região pede orientação desta Casa sobre a viabilidade do pagamento da Contribuição Sindical por funcionários de Empresas paraestatais, e sobre o direito de eles exercerem a opção de que trata o Art. 585 da CLT, pelo seu pagamento unicamente em favor da sua respectiva Entidade Sindical profissional liberal.

OS EMPREGADOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E DE FUNDAÇÕES PODEM EXERCER A OPÇÃO DO ART. 585 DA CLT.

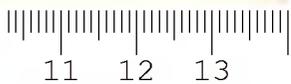
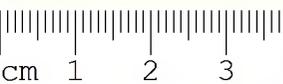
Independentemente da nossa manifestação – são nossos “Entendimentos” de nºs CNPL-003, 006 e 014 (súmulas de manifestações reiteradas desta Assessoria Jurídica, objeto de nossa Informação nº 02/78) e nosso Parecer nº 11/80 – no sentido de que *todo* Profissional Liberal, independentemente da *forma* de vinculação laboral para com seu contratante, *pode* sindicalizar-se e, como tal, pagar sua Contribuição Sindical anualmente em favor da sua respectiva Entidade Sindical profissional liberal,

O Art. 566, § único da CLT já de todo modo reconhece esse direito aos “...empregados das sociedades de economia mista e das fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público da União, dos Estados e Municípios.”

Neste caso, quanto aos Profissionais Liberais que trabalhem nestas Empresas, basta verificar-se, a cada caso, se a Pessoa Jurídica em questão é, ou não, assim enquadrada.

É IRRELEVANTE, PARA CARACTERIZAR A SITUAÇÃO DO ART. 585 DA CLT, A DENOMINAÇÃO DADA, EM CADA EMPRESA, AO CARGO DE BIBLIOTECONOMISTA

Não bastasse isso, tem ocorrido de Biblioteconomistas exercerem atividades privativas desses Profissionais Liberais mas, por se encontrarem “camuflados” sob “..... cargos genéricos ou de chefia...”,



SINDICALISMO NA PROFISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO

virem tendo o seu direito (do Art. 585 da CLT) negado.

Entendemos ser inadmissível tal negativa, posto que não é curial — nem o “caput” do Art. 585 consolidado o exige — que a prova de que o Profissional Liberal esteja a exercer na Empresa, como seu empregado, sua respectiva profissão liberal, decorra tão só e exclusivamente da denominação que se dê aos respectivos cargos.

É evidente que a caracterização se dá pela efetividade da atividade realmente exercida por ele.

Desse modo, é nosso

P A R E C E R

que o direito ao exercício da opção de que trata o § único do Art. 585 da CLT decorre da efetiva caracterização da atividade profissional liberal que o empregado exerça — sendo irrelevante a denominação que lhe dê cada Empresa.

Caso se trate de Sociedade de Economia Mista ou Fundações previstas no Art. 566 da CLT, bastará que a cada caso se caracterize a natureza jurídica do respectivo empregador.

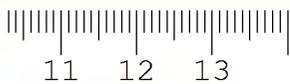
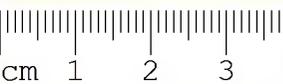
Em 29 de abril de 1983

DALTON HENRIQUE IBERÊ GILSON
Assessor Jurídico

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO VOL.2

PRÉ-LANÇAMENTO

SOLICITE INFORMAÇÕES À FEBAB Telef. (011) 257-9979.



Entrevista



LAURA GARCIA MORENO RUSSO
 CRB-8/1 – S.P.
 CFB/CLN
 OAB – 42.423/S.P.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso de Biblioteconomia, da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo, 1941-1942.
 Curso de Documentação – Ano letivo de 1943 da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo, 1963.
 Curso de Formação Profissional de Professor. Escola Normal Dr. Veiga Filho, 1952-1954.
 Curso de Biblioteconomia Superior. Biblioteca Nacional de Madrid, do Ministério da Educação Nacional. Bolsa de Estudos, 1957-1958.
 Curso "Social Science Resend and Training. Administration of Social Science Libraries. Department of State – USA, 1964/65.
 Curso in Library Science. Department of Health, Education and Welfare. Office of Education, USA – 1964/65.
 Curso de Graduação em Direito. Faculdade S. Francisco, Universidade de S. Paulo, 1971/75.

RBBB – 1. Qual era a situação do Bibliotecário antes da fundação da FEBAB?

LGMR – Antes de falarmos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, é necessário mencionar o importante evento que, em 23 de julho passado, completou 30 anos: a realização do I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, no Recife, em 1954.

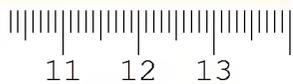
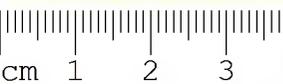
Presidiu esse primeiro Congresso o Dr. José Cesio Regueiro da Costa, Diretor do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife.

Os pernambucanos foram os pioneiros de nossos Congressos de Biblioteconomia.

Do temário o item *Situação atual da Biblioteconomia no Brasil*.

Em excelente trabalho, elaborado pela bibliotecária Luiza Fonseca, então Chefe do Serviço de Documentação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, a matéria foi tratada, focalizando aspectos do movimento associativo e a necessidade de ser estabelecido um currículo mínimo a ser observado pelos oito Cursos de Biblioteconomia existentes no país.

Em seqüência cronológica de fundação eram os seguintes: Curso de Bibliotecono-



mia, da Biblioteca Nacional, 1915; Curso de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1983; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal da Bahia, 1942; Curso de Biblioteconomia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1945; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1947; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal de Minas Gerais, 1950; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal de Pernambuco, 1950; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Paraná, 1952.

Naquele ano de 1954, existiam seis Associações de Bibliotecários e a tese de Luiza Fonseca já retrava a necessidade de ser criada uma entidade para congregar os bibliotecários do país, através de suas respectivas associações.

Em ordem de fundação, eram as seguintes as Associações: Associação Paulista de Bibliotecários, 1938; Associação Pernambucana de Bibliotecários, 1948; Associação Brasileira de Bibliotecários, 1949, que congregava bibliotecários do Rio de Janeiro; Associação Riograndense de Bibliotecários, 1951; Associação Baiana de Bibliotecários, 1952; Associação Paranaense de Bibliotecários, 1952.

Como pode ser verificado era pequeno o número de entidades pelas quais as atividades dos bibliotecários eram conhecidas. Eram quatorze apenas.

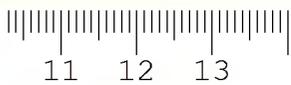
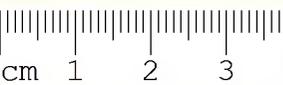
O I Congresso terminou com interesse de todos os participantes de realizarem esses eventos cada dois anos, mas isto não aconteceu.

Estando em Madrid, como bolsista, realizando o Curso de Biblioteconomia Superior, na Biblioteca Nacional, recebemos do então Presidente da APB uma credencial para representar os bibliotecários paulistas na 24ª Sessão Anual da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA) que se realizou em Madrid, em outubro de 1957.

A partir daquela data, começamos a estudar a estrutura e atividades da IFLA, visando a preparação de uma tese, que seria apresentada ao II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Se fosse aprovada, seria fundada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.

Voltamos ao Brasil em 1958 e nos integramos ao grupo dos Bibliotecários paulistas, que tentavam conseguir a inclusão do Bibliotecário no Quadro dos Profissionais Liberais, exigência primeira para a regulamentação profissional, segundo o patrono de nossas reivindicações, Deputado Rogê Ferreira. Pela portaria 162, de 7 de outubro de 1958, do Ministério do Trabalho, o bibliotecário foi incluído no 19º grupo, do Plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Em 4 de dezembro de 1958, fomos ao Rio de Janeiro, com as colegas Afra de Lima e Marina da Rocha Miranda. Nossa missão era importante. Pela manhã fomos à Câmara Federal para entregar o texto do Anteprojeto de regulamentação profissional, ao Deputado Rogê Ferreira. No período da tarde, daquele mesmo dia, tivemos a grande emoção de vê-lo apresentar no plenário o projeto de número 4770/58,



que passou a ser seguido por ele e por todos os bibliotecários do Brasil.

Em 1959, no período de 20 a 26 de julho, foi, finalmente, realizado o II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Salvador, Bahia.

Foi a primeira vez que o termo *Documentação* passou a ser usado nas denominações de nossos conclave nacionais. Presidiu o II Congresso a colega Esmeralda Maria de Aragão.

RBBB – 2. Como e quando foi criada a FEBAB?

LGMR – No dia 26 de julho apresentamos à consideração do Plenário do II Congresso a tese que tanto sonháramos. Tivemos como colaborador o colega Rodolfo Rocha Junior, da Biblioteca Municipal de São Paulo. Visou criar um organismo de âmbito nacional, para coordenar as reivindicações da Classe e apresentá-las às autoridades de maneira unânime. Tínhamos, na oportunidade, dois projetos importantes a serem cuidados, na Câmara Federal, o de regulamentação profissional; no MEC, o de aprovação pelo CFE do Currículo Mínimo, em nível universitário, tendo como etapa seguinte o registro de todos os diplomas já expedidos, pelos Cursos de Biblioteconomia.

Eram tarefas árduas a serem cumpridas, para que fosse reconhecida a classe bibliotecária.

A tese foi aprovada por unanimidade com expectativa confiante.

Foi formado um grupo, em São Paulo, para estruturar a nova entidade, dela par-

ticipando como secretária geral, Laura Russo; Maria Helena Brandão, como secretária e Maria Alice de Toledo Leite, como tesoureira.

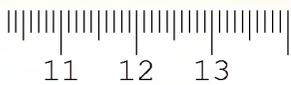
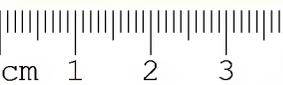
Foi intensa a campanha que a FEBAB desenvolveu de julho de 1959 a janeiro de 1961. As viagens foram custeadas por um grupo de bibliotecários da Biblioteca Municipal de São Paulo, chefiado pela colega Afra de Lima. Nunca faltaram contribuições da bibliotecária Zenóbia Pereira da Silva, secretária da APB.

Em janeiro de 1961, durante o III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, foi eleita e empossada a primeira diretoria da FEBAB, constituída dos seguintes elementos: Laura Garcia Moreno Russo, presidente; Fernando Leite Ribeiro, vice-presidente; Maria Helena Brandão, secretária geral; Philomena Bocatelli, 1ª secretária; Odette Senna de Oliveira Penna, 2ª secretária; Maria Alice de Toledo Leite, 1ª tesoureira; Heloísa Medeiros, 2ª tesoureira; Cacilda Basilio de S. Reis, bibliotecária.

Foi nessa época que conhecemos a colega Adelia Leite Coelho, ex-diretora da Biblioteca do Senado.

O Congresso Nacional se instalara em Brasília e tudo ficara mais difícil. Ela foi um “lobby” estupendo, elegante como poucos, em seu modo de agir e de uma correção moral digna de encômios.

Durante 18 meses, que agiu conosco, não tivemos a mínima dificuldade de relacionamento, tal foi o nível com que tratávamos as dificuldades, que iam surgindo no trâmite do projeto. Nesse fim de



jornada, nosso patrono foi o Deputado Almino Affonso, cuja atuação foi decisiva para a aprovação final e até para a promulgação da Lei 4084, em 30 de junho de 1962.

Em dezembro do mesmo ano, apresentamos ao Ministério do Trabalho o anteprojeto de decreto para regulamentar a Lei. Ele foi retido pelo DASP, durante 2 anos, custando muito sacrifício a sua retirada daquele órgão, isto acontecendo, graças ao bom relacionamento que o Dr. Rogê Ferreira mantinha, ainda, com elementos do Ministério do Trabalho.

Em 16 de agosto de 1965, finalmente, foi editado o decreto 56.725, que regulamentou a Lei.

Naquele fim de ano, organizamos as eleições, seguindo normas da Lei e do Decreto, sendo instalados o Conselho Federal de Biblioteconomia e 10 Conselhos Regionais, em julho de 1966, tendo início a fiscalização profissional.

RBBB – 3. E o Currículo Mínimo de Biblioteconomia?

LGMR – Essa foi uma questão muito séria. A comissão constituída de bibliotecários, vinculados ao ensino, nomeada pela Portaria nº 20, de 15 de janeiro de 1959, do MEC, apresentou um excelente trabalho, onde a exigência de 4 anos de estudos apareceu pela primeira vez.

Reuniu a arquivologia, a biblioteconomia e documentação, estabelecendo as matérias e disciplinas de cada curso. Enfim, para a época era ideal, que assim entendesse a CFE, mas, infelizmente, isto não ocorreu.

O estudo foi desfigurado e aprovado o texto, que vigorou até 1983.

A ementa do estudo foi a seguinte: “Dispõe sobre o ensino da Arquivística, da Biblioteconomia e da Documentação”.

O texto aprovado pelo Conselho Federal de Educação fixando o currículo, foi publicado três meses após a promulgação da Lei 4084/62. Como a Lei elevava o bibliotecário à categoria de profissional de nível universitário, o MEC apressou-se em publicar o currículo que era reivindicado desde 15 de janeiro de 1959.

A partir desta data, os diplomas expedidos passaram a ser registrados nas Universidades e na Diretoria do Ensino Superior, só que haviam sido expedidos por escolas extintas.

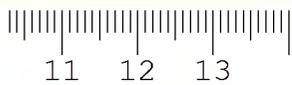
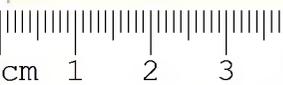
Durante os anos de 1962 a 1966 a presidente da FEBAB, cuidou, junto ao Dasp, da reclassificação dos bibliotecários federais. Os maiores contingentes de colegas foram o da Biblioteca Nacional e das Universidades Federais.

Em 1967, foi adquirida a sede da FEBAB, que foi ampliada na gestão de Antonio Gabriel.

RBBB – 4. Poderia dizer algo sobre as publicações da FEBAB?

LGMR – Em 1960 foi lançado o FEBAB, boletim informativo, de periodicidade bimestral e ininterrupta, durante treze anos. Foi extinto em dezembro de 1972, com 26 volumes e 78 fascículos.

É a mais completa publicação, que dispõe a classe para saber da Biblioteconomia, de suas entidades e de sua legislação



ENTREVISTA

específica, em um período de grandes conquistas.

Em janeiro de 1973 foi lançada a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. Encontra-se no volume 17, /jun. 1984.

Durante a gestão da Presidente Esmeralda Maria de Aragão, foi lançada a *Carta Mensal*, que teve início em outubro de 1975 e término em dezembro de 1977, no fascículo 21.

Em 1981 a FEBAB publicou o Índice Geral de suas publicações. Foi elaborado pela bibliotecária Cecília A. Atienza e sua equipe de trabalho.

RBBB – 5. Que significa para a Classe, o trabalho desenvolvido pelas Comissões Permanentes?

LGMR – As Comissões Permanentes foram criadas para agrupar bibliotecários atuantes nos vários tipos de bibliotecas e centros de documentação.

Há 20 anos eles se reúnem para discutir e resolver seus respectivos problemas, con-

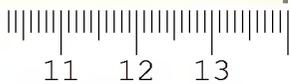
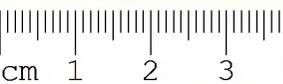
seguindo com isso uma verdadeira especialização em suas áreas de atividades.

São importantes fontes de pesquisas os trabalhos publicados pelas Comissões.

Com o passar dos anos, tanto a Lei 4084/62 como o currículo ficaram um pouco defasados e críticas injustas lhes foram feitas. Entretanto, como todo o texto que se lê ou consulta não reage a críticas, isto aconteceu com eles. Assim mesmo garantiram o exercício profissional de uma classe consciente de suas responsabilidades e respeitável sob todos os aspectos.

Neste jubileu de prata da FEBAB, ao final deste depoimento, resta-nos enviar Hosanas aos bibliotecários do Brasil, que souberam compreender a importância de união da classe, que teve início com 14 entidades e hoje se expressa por 75, sendo 30 Escolas, 27 Associações, 14 Conselhos Regionais, 1 Federação, 1 Conselho Federal, 1 Associação de Escolas e 1 Sindicato.

Viva a FEBAB! Que sua Diretoria, presidida por May Brooking Negrão, possa engrandecê-la ainda mais.



O LIVRO, A ESCOLA E A BIBLIOTECA ESCOLAR

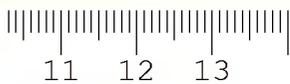
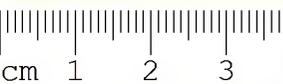
1. INTRODUÇÃO

A importância do livro na vida e formação das pessoas é inegavelmente grande: o livro atua como um instrumento de educação, instrução, informação e divertimento; a aquisição do hábito da leitura é um processo que envolve trabalho, convicção e grande disposição por parte dos educadores, pais e bibliotecários.

A leitura justifica-se na medida em que assume uma validade social, em que faz parte de todo um projeto de construção de uma sociedade voltada para o objetivo supremo de assegurar condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana. Contribui para o processo do abandono da chamada consciência ingênua e a conquista de consciência crítica que permite a compreensão do processo social e a ação visando a sua mudança.

A leitura, portanto, deve ser encarada como um processo de evolução lenta e gradual que requer um programa de aprendizagem e não deve ser confundida com a simples decifração ou reconhecimento de letras, sílabas ou palavras.

Um dos objetivos primeiros da Escola é ensinar a ler e a escrever, e deveria portanto ser ela uma das principais responsáveis em concientizar a criança e o jovem para leitura. Geralmente a escola oferece aos alunos apenas a oportunidade para leitura de livros didáticos, textos informati-



DEPOIMENTO

vos e as chamadas leituras "obrigatórias", isto leva os alunos a ler alguns livros apenas em função da "ficha-de-leitura", que terão que preencher depois, em troca de uma nota ou conceito no final do mês, deixando de lado a oportunidade de criar e desenvolver nas crianças o verdadeiro hábito da leitura.

A biblioteca pode ser entendida como um *local* que reúne diversos tipos de livros, desde um dicionário até um álbum de histórias em quadrinhos. Tem como objetivo primeiro levar as crianças ao conhecimento desta diversidade de opções e, a partir deste conhecimento, chegar à escolha natural de um livro para ler.

Os recursos utilizados pela biblioteca para alcançar este objetivo são vários e vão desde visitas programadas para conhecer os recursos da biblioteca até aos programas de hora-do-conto, grupos de teatro, jogos, auxílio ao pessoal da biblioteca etc.

A real importância de uma biblioteca escolar só se tornou clara para mim ao deixar a cidade de São Paulo para ir trabalhar em Porto Trombetas, no Pará, uma região brasileira totalmente diferente da que estava acostumada.

2. PORTO TROMBETAS:

Caracterização

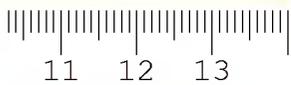
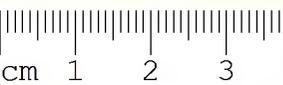
Porto Trombetas está localizada ao norte do Pará, às margens do Rio Trombetas, um afluente do Rio Amazonas. Fica distante 400 km de Manaus e 880 km de Belém, sendo que o acesso a ela só é feito por meio de barcos ou pequenos aviões.

Porto Trombetas é uma comunidade totalmente construída pela Empresa Mineração Rio do Norte e vive em função da exploração da bauxita, um minério destinado à produção do alumínio. Esta Empresa é uma sociedade anônima, que proporciona cerca de 1.600 empregos diretos, dos quais mais de 80% são preenchidos com mão-de-obra da região amazônica, contribuindo desta forma para a absorção de recursos humanos locais.

Sua população é composta por cerca de 6.000 habitantes. Em função desta foi implantada a Vila Residencial de Porto Trombetas, constituída principalmente por casas e alojamentos. Possui infraestrutura social, compreendendo hospital, única escola gratuita de primeiro grau, supermercado, rede de água, energia elétrica, clube, cinema, etc.

Todas as pessoas que residem em Porto Trombetas com suas famílias têm obrigatoriamente um vínculo de emprego com a Mineração Rio do Norte ou com alguma empresa que nela preste serviços, se não, sujeitam-se a sub-empregos. São, por exemplo: jardineiros, empregadas domésticas, costureiras, etc.

Os habitantes de Porto Trombetas conservam, sempre e de modo intenso, ligações com suas cidades de origem, pois é para lá que se dirigem nos períodos de férias coletivas (janeiro e julho), nos feriados prolongados ou quando se desligam definitivamente da Empresa. A cidade é vista e sentida pelos seus moradores, acima de tudo, como um local de trabalho. Assim sendo, todas as aspirações de criação de raízes, lazer, diversão e moradia



definitiva são projetadas para fora de Porto Trombetas.

As informações disponíveis sobre o "mundo exterior" são conseguidas através de uma central telefônica, jornais e revistas provenientes de Belém (sujeitas aos atrasos do Correio), um circuito interno de TV que transmite alguns programas da TV Globo e um telex de uso exclusivo da Empresa. Não existe nenhuma publicação local, com exceção de um boletim diário altamente técnico voltado exclusivamente para os problemas de produção da bauxita.

As dificuldades de acesso a este lugar, a falta de recursos, e as diferenças culturais, econômicas e sociais de seus habitantes, colaboram para que Porto Trombetas seja um local bastante peculiar em relação ao resto do país e principalmente diferente dos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.

3. A Escola de Porto Trombetas

Dentro desse contexto, a escola tem assumido o papel de um centro cultural que, além de educar, também informa e diverte não só seus alunos como indiretamente toda a população. Na época em que lá residi a escola atendia cerca de 1.200 alunos, da pré-escola à oitava série, bem como algumas turmas de Mobral.

Os alunos de 5ª e 8ª série freqüentavam a escola praticamente em período integral. Na parte da manhã realizavam atividades normais em sala-de-aula e à tarde retornavam para atividades culturais: teatro, jornal mural, artesanato, judô,

datilografia, dança e outras. Tudo que a escola pudesse oferecer era bem recebido pelos alunos, diante da falta de opções fora da escola. Neste contexto situava-se a biblioteca.

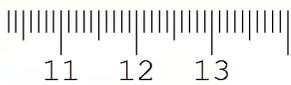
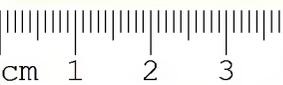
4. A Biblioteca Escolar de Porto Trombetas

O prédio da biblioteca estava situado na entrada da escola, sendo passagem obrigatória para todos os alunos e professores. Era composto por um salão, sem divisões internas, com uma área útil de aproximadamente 160m².

Neste mesmo local funcionava a biblioteca comunitária de adultos, formada por um acervo de 1.500 obras, sendo a maioria de ficção e algumas de interesse geral. Esta biblioteca também estava sob minha responsabilidade e o único trabalho que pudemos realizar foi sua divulgação junto à comunidade e efetuar empréstimos de livros, pois a biblioteca da escola exigia de mim uma dedicação muito grande.

A biblioteca já estava em funcionamento antes de minha chegada a Porto Trombetas e nela trabalhava uma auxiliar de biblioteca, com instrução a nível de 2º grau, mas que não tinha recebido nenhuma orientação sobre o que é ou pode ser uma biblioteca.

A partir de minha chegada, todas as atividades da biblioteca foram exaustivamente analisadas e discutidas com a orientação pedagógica da escola, para que nossas metas estivessem sempre coerentes com a estrutura escolar. Os métodos pedagógicos adotados em sala de aula



DEPOIMENTO

eram de meu conhecimento e, em cada momento do ano letivo, eu sabia o que cada turma estava estudando, quais as técnicas que estavam sendo utilizadas, e o mais importante: qual era o objetivo que cada professor pretendia alcançar com seus alunos.

Minha primeira atividade na biblioteca foi fazer um levantamento e avaliação de seu acervo. A maioria dos livros eram didáticos: tinham sido doados aos professores da escola por livrarias e editoras de Belém e eles os doaram à biblioteca. Além destes, existia uma Enciclopédia Mirador Internacional, dicionários e atlas do Mec e alguns poucos livros de ficção infanto-juvenil.

Uma vez feita esta avaliação do acervo, procedeu-se, juntamente com o diretor e orientadores pedagógicos da escola à seleção de novas obras a serem adquiridas. A seleção foi feita por meio de catálogos de livrarias e editoras, com informações retiradas de livros de pedagogia e sugestões de professores e orientadores. A aquisição propriamente dita foi realizada pelo departamento de compras da Mineração Rio do Norte que possui um escritório no Rio de Janeiro. Felizmente não houve grandes restrições quanto à verba destinada para este fim.

O novo acervo da biblioteca contava com obras de literatura infantil e juvenil, que iam desde os clássicos em diferentes versões para cada faixa etária, até os modernos escritores brasileiros dedicados a crianças e adolescentes; livros de consulta, obras de pedagogia e psicologia infantil para uso de professores e orientadores

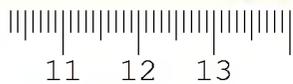
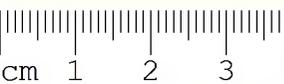
e, por último, conseguimos fazer assinatura das revistas semanais "Veja" e "Isto é", e do jornal "A Tribuna de Belém".

O atendimento aos alunos, professores e orientadores era feito diariamente e consistia em orientação à pesquisa e trabalhos escolares, empréstimos de livros, além de outras atividades especiais. Nossa maior preocupação naquele momento era fazer com que, principalmente alunos, formassem uma imagem da biblioteca como sendo um local onde pudessem entrar sem medo, encontrando liberdade de consulta e pesquisa; podendo realizar debates, encontrar informações atuais nos jornais e revistas; podendo escolher obras de lazer.

Um primeiro programa realizado foi o de "Visitas à Biblioteca", para todas as turmas, da pré-escola às de 8ª série, num total de 42 turmas, com uma média de 30 alunos em cada. Vinham até a biblioteca acompanhados de seus professores; tinham a oportunidade de conhecê-la fisicamente, ter ciência de seus regulamentos, horários e, principalmente, de seu novo acervo. Nesta ocasião todos os alunos eram convidados a retornar espontaneamente nos horários que desejassem.

Um segundo passo foi o de abrir o empréstimo de livros a todas crianças; não me preocupei, logo de início, com os danos que estes pudessem sofrer. Era preferível um livro sujo, rasgado ou até perdido, mas com a certeza de que foi realmente manuseado por uma criança, do que ter um acervo fisicamente impecável e não utilizado.

Os empréstimos de livros de literatura



infantil e juvenil eram feitos a todos os alunos. Os alunos da pré-escola, primeiras e segundas séries dispunham, durante a semana, de um horário específico para freqüentarem a biblioteca; isto foi determinado em função de sua pouca idade para retornarem sozinhos à biblioteca, em horários diferentes dos das aulas normais. Nestas ocasiões, podiam livremente ler, escolher e solicitar o empréstimo de livros. Os demais alunos freqüentavam a biblioteca em horários de recreio ou em horários diferentes dos de aula normal. A média mensal de empréstimos era de 1.350 livros.

Partindo-se do princípio que obras literárias são feitas para serem lidas, apreciadas, criticadas em seu valor e não somente para serem analisadas e esmiuçadas, por meio de "fichas-de-leitura", em troca de notas ou avaliações, elaboramos um programa bastante flexível para as leituras, ditas obrigatórias, da área de Comunicação e Expressão para as turmas da terceira à oitava séries.

As obras escolhidas para esta atividade eram todas do acervo da biblioteca, uma vez que a comunidade não dispunha de livrarias ou outras bibliotecas. Os autores e as obras eram as mais atraentes possíveis, pois acreditamos que a obrigação de se "decifrar" um Machado de Assis ou José de Alencar, no início da adolescência, é uma atividade maçante e que tende a afastar os jovens dos demais livros. O controle da leitura era feito pelos professores em sala de aula através de debates e discussões sobre os temas dos livros.

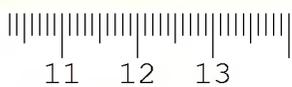
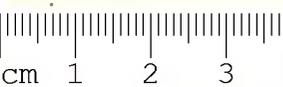
Outras atividades desenvolvidas pela

biblioteca eram as "Horas do Conto e da Poesia", com alunos das segundas, terceiras e quartas séries. Essas atividades eram programadas em conjunto com os orientadores pedagógicos e os professores; seus temas eram escolhidos de acordo com os programas que os professores estivessem desenvolvendo em sala de aula. Nessas ocasiões eram lidos os textos escolhidos, mostradas as suas gravuras, ou mesmo executadas músicas como, por exemplo, as poesias musicadas de Vinícius de Moraes em *A Arca de Noé*. As emoções, imaginação e sensibilidade das crianças eram bastante exploradas; depois disso elas eram convidadas a desenhar o que tinham sentido durante a leitura da obra e seus trabalhos eram expostos na própria biblioteca, gerando assim uma motivação ainda maior para freqüentá-la.

A organização do acervo da biblioteca era também considerada um dos meios de incentivarmos a leitura, uma vez que facilitava a localização do material desejado. Adotamos sistemas de catalogação e classificação bastante simplificados, pois não considero válido grandes sofisticções biblioteconômicas para pequenas e médias bibliotecas. O acervo era formado por 1.344 títulos, num total de 3.204 volumes físicos. A realização deste trabalho foi feita em horários de pouco movimento de alunos na biblioteca.

Conclusão

Após a chegada dos primeiros livros novos e, com o início do empréstimo, assistíamos durante o recreio a uma ver-



DEPOIMENTO

dadeira corrida dos alunos em direção à biblioteca para disputarem entre si um dos novos exemplares. A curiosidade pelas gravuras, o colorido dos livros nunca antes manuseados pela maioria dos alunos, atraiu a atenção de toda a escola, desde os pequenos da pré-escola até os de oitava série; era comum encontrarmos adolescentes de 15 ou 16 anos verdadeiramente encantados com um exemplar de "Chapeuzinho Vermelho" ou "O Patinho Feio".

As turmas de Mobral eram formadas por adultos, e vários deles tinham filhos também alunos da escola; para estes pais, fui praticamente obrigada a realizar as mesmas horas-do-conto que realizávamos com seus filhos, tamanha a curiosidade despertada nas crianças, que ao chegarem a casa queriam discutir as histórias com seus pais que não as conheciam por não saberem ler.

Passado este primeiro momento da "grande novidade", a biblioteca começou a afirmar-se diante dos alunos como um lugar realmente gostoso de frequência obrigatória.

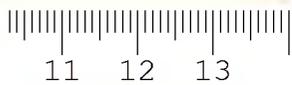
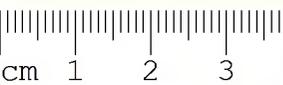
Um dos fatores que permitiu e incentivou todo o trabalho, foi a grande liberdade que tivemos para tomar decisões em todos os níveis de funcionamento da biblioteca. O contato direto com os professores e alunos e a constante discussão de objetivos e meios de alcançá-los, foi de grande valia para realizar um trabalho, acima de tudo, consciente.

Ao final de um ano e meio, de julho de 1981 a dezembro de 1982, a biblioteca estava definitivamente implantada na Escola, contava com a frequência maciça

dos alunos e um acervo bastante desgastado, por ter sido tão manuseado. Os alunos estavam prontos para serem orientados mais profundamente sobre a biblioteca e os livros e motivados suficientemente para a realização de novas atividades, tais como: trabalhar na biblioteca como voluntários na execução de horas-do-conto, nos trabalhos técnicos, para a formação de grupos de debates, para a execução de um boletim informativo da biblioteca e de um jornal mural.

Ao decidir voltar definitivamente para São Paulo, por motivos pessoais, trouxe comigo a certeza de que aquelas crianças tiveram uma vivência com os livros e a biblioteca bem maior e diferente do que a maioria das crianças brasileiras, com exceção daquelas que pertencem a uma minoria economicamente privilegiada, estudam em bons colégios e têm pais com um bom nível de instrução que as orientam.

Profissionalmente essa experiência em Porto Trombetas foi para mim de grande valia, pois pude sentir que apesar de contar única e exclusivamente com as informações teóricas recebidas na Faculdade de Biblioteconomia, alguma experiência de trabalho em uma biblioteca universitária e em uma biblioteca pública de adultos, consegui me adaptar sem maiores dificuldades a uma biblioteca escolar. A partir desta constatação prática e pessoal, passei a acreditar que, apesar das falhas e deficiências dos cursos de formação profissional do bibliotecário, ainda é possível a atuação deste em qualquer tipo de biblioteca ou centro de documentação, independentemente de outros tipos de habilitação



profissional, desde que se amem crianças e adultos e se tenha disposição e motivação interior.

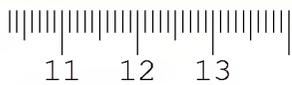
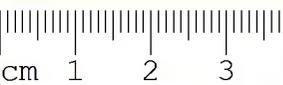
Para finalizar, considero válido citar aqui o pensamento da crítica de literatura infantil Tatiana Belinky: "A leitura bem orientada, desde cedo dirigida para a literatura artística, lúcida, divertida, emocionante, gostosa de ler, pode e deve ajudar a criança a se abrir para o mundo exterior com todos os sentidos ligados: para ver e enxergar, ouvir e escutar, perceber e pensar; e entender, criticar, discutir, julgar e finalmente aceitar e recusar usando a própria cabeça".

Regina Dias Brasil

dezembro, 1983

BIBLIOGRAFIA:

1. BAMBERGER, Richard. *Como incentivar o hábito da leitura*; tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1977.
2. DOUGLAS, Mary Peacock. *A biblioteca da escola primária e suas funções*; publicado em acordo com a UNESCO; trad. e notas Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. Rio de Janeiro, INL; Conselho Federal de Cultura, 1971.
3. LARRICK, Nancy. *Guia dos pais na escolha de livros para crianças*; tradução de Alcina Jorge de Almeida. São Paulo, Instituto Roberto Simonsen, 1969.
4. LITTON, Gaston. *Como orientar o leitor na escola*; trad. Célia de Queirós Baltar. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1975.
5. MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*; dir. e adap. Fany Abramovich. 2.ed. São Paulo, Sumus, 1979.
6. PFROMM NETTO, Samuel. *O livro na educação*. Rio de Janeiro, Primor; Brasília, INL, 1974.
7. PRADO, Heloísa de Almeida. *Organização e administração de bibliotecas*. 2.ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979.
8. SOUSA, Jesualdo. *A literatura infantil*; trad. James Amado. São Paulo, Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.



LEGISLAÇÃO

**DIÁRIO OFICIAL – SEÇÃO I –
MINISTÉRIO DO TRABALHO –
14 de dezembro de 1983 – Página 20.975.**

**8 – CONSELHO FEDERAL DE
BIBLIOTECONOMIA;**

CFB – Resolução nº 305/83

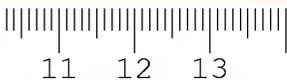
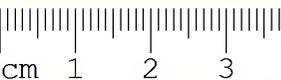
**Anuidades e taxas a serem cobradas
pelos Conselhos Regionais de
Biblioteconomia.**

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.084/62, pelo Decreto nº 56.725/65 e pela Lei nº 6.994/82,

R E S O L V E

Art. 1º – As anuidades e taxas a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, a partir de 1º de janeiro de 1984, obedecerão os índices e normas da presente resolução;

§ 1º – ANUIDADE E TAXAS PARA PESSOAS FÍSICAS: a) anuidade Cr\$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros) b) Inscrição (50% do valor da anuidade) Cr\$ 10.500,00. c) expedição de Carteira de Identidade Profissional (30% do valor da anuidade) Cr\$ 6.300,00. d) substituição ou expedição da 2ª via da CIP (50% do valor da anuidade) Cr\$ 10.500,00. e) certidões (30% do valor da anuidade) Cr\$ 6.300,00.



LEGISLAÇÃO

§ 2º – ANUIDADESE TAXASPARA PESSOAS JURÍDICAS: a) anuidade de 2 (duas) a 10 (dez) vezes o MVR, proporcionalmente às classes de capital social, nos termos da letra b, § 1º, do artigo 1º da Lei 6.994/82. b) Inscrição – 1 (uma) vez o MVR. c) certidões – 30% (trinta por cento) do MVR.

§ 3º – A anuidade para filiais ou representações de pessoas jurídicas, instaladas em jurisdição de outro Conselho Regional que não o de sua sede, corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor devido pela matriz.

Art. 2º – Quando do primeiro registro, tanto de pessoas físicas, quanto de pessoas jurídicas, a anuidade corresponderá a tantos ducodécimos quantos forem os meses do período não vencido do exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO – É facultado ao Conselho Regional conceder isenção de anuidade, do respectivo exercício, quando do registro profissional de profissional comprovadamente carente.

Art. 3º – O pagamento das anuidades de pessoas físicas poderá ser efetuado nos termos da Lei nº 6.994/82, até 31 de março de 1984, com desconto de 10% (dez por cento) ou em 3 (tres) parcelas iguais, sem desconto, vincendas em 31 de março, em 30 de abril e em 31 de maio.

§ 1º – Em caso de atraso e nos termos da Lei nº 6.994 serão observados os seguintes acréscimos: a) correção monetária, de acordo com os índices das ORTN; b) Multa de 10% (dez por cento); Juros de 12% (doze por cento) calculados sobre o valor corrigido.

Art. 4º – A presente Resolução entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de dezembro de 1983

MARIA LUCIA PACHECO DE ALMEIDA
Presidente do CFB – CRB-2/4.

DIÁRIO OFICIAL

30 de março de 1984, p. 4550/51

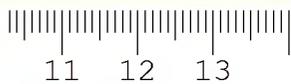
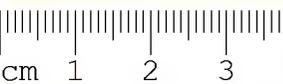
RESOLUÇÃO CFB Nº 307/84

– *Regulamenta o registro, nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, de empresas e instituições que prestam, executam ou exerçam serviços ou atividades de Biblioteconomia e Documentação.*

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e o Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, é do que dispõe a Lei 6839, de 30 de outubro de 1980,
RESOLVE:

ART. 1º – A empresa ou instituição que se constitua para prestar ou executar serviços, de Biblioteconomia e Documentação ou que exerça qualquer atividade, ligada ao exercício da Profissão de Bibliotecário, é obrigada ao registro no Conselho Regional de Biblioteconomia da jurisdição de sua sede.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para esse registro ou instituição deverá provar personalidade jurídica e que o(s) responsável(is) pela parte biblioteconômica seja(m) bibliotecário(s) registrado(s).



LEGISLAÇÃO

ART. 2º – O registro da empresa ou instituição compreende: a) registro principal; b) registro secundário.

§ 1º – Registro principal é o concedido pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da jurisdição da sede da empresa ou instituição.

§ 2º – Registro secundário é o concedido à empresa ou instituições para exercício simultâneo em outra ou outras jurisdições, sem mudança de sua sede.

ART. 3º – O requerimento de registro de empresa ou instituição deve ser instruído com os seguintes elementos: a) contrato social ou estatuto, quando se tratar de instituição; b) estrutura organizacional da empresa ou instituição; c) relação das funções ou atividades do setor técnico, na área de Biblioteconomia e Documentação; d) indicação do responsável ou responsáveis técnicos pela atividades profissionais, bem como dos demais profissionais integrantes do quadro técnico da empresa e instituição, na área de Biblioteconomia e Documentação; e) declaração do ou dos bibliotecários, aceitando o(s) encargo(s); f) declaração assinada pelos dirigentes da empresa ou instituição que assegure absoluta independência técnica ao(s) bibliotecário(s) responsável(is).

ART. 4º – A responsabilidade da empresa ou da instituição, na área de Biblioteconomia e Documentação, é sempre do bibliotecário, não podendo ser assumida pela pessoa jurídica.

§ 1º – Somente poderá ser encarregado da parte técnica, o bibliotecário, com

registro definitivo no Conselho Regional de Biblioteconomia, da jurisdição onde a empresa ou instituição presta serviços.

§ 2º – O bibliotecário com registro provisório não poderá chefiar ou dirigir atividades do(s) setor(es) técnico(s) da empresa ou instituição, na área de Biblioteconomia e Documentação.

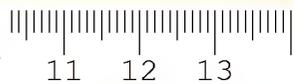
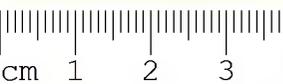
§ 3º – A empresa que for instalar filial ou a instituição que for criar órgãos em outra jurisdição deverá comprovar perante o Conselho Regional de Biblioteconomia a existência de, pelo menos, um bibliotecário, com registro principal nesta jurisdição.

ART. 5º – A execução de serviços bibliotecários por empresas ou instituições, registradas nos Conselhos Regionais, não exclui a obrigatoriedade da assinatura dos respectivos documentos técnicos específicos da área de Biblioteconomia e Documentação, inclusive laudos periciais, certificados de auditoria de projetos, por um ou mais profissionais, com indicação de número de registro no respectivo Conselho Regional.

ART. 6º – A empresa ou instituição somente poderá iniciar suas atividades, após registro no Conselho Regional de Biblioteconomia, da jurisdição onde for atuar.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa ou instituição fica obrigada a comunicar ao Conselho Regional de seu registro principal, a instalação, fechamento ou extinção de filiais ou órgãos.

ART. 7º – A empresa ou instituição



LEGISLAÇÃO

fica obrigada a comunicar ao Conselho de sua jurisdição, dentro de trinta (30) dias, as alterações contratuais ou estatutárias que modifiquem a natureza da entidade, inclusive mudança de endereço, bem como a admissão, ou dispensa de bibliotecários que a ela prestem serviços, juntando declaração exigida na alínea e do Artigo 3º.

PARÁGRAFO ÚNICO: O bibliotecário é obrigado a comunicar ao Conselho Regional, no prazo de trinta (30) dias, sua admissão ou desligamento da empresa ou instituição.

ART. 8º – Compete ao Conselho Regional, que efetuar o registro da empresa ou instituição seja ele principal ou secundário, tomar as seguintes providências: a) atribuir um número a cada registro; b) fornecer o certificado de registro; c) publicar, mensalmente, em órgão oficial relação das empresas ou instituições registradas; d) remeter ao Conselho Federal de Biblioteconomia relação mensal até o dia dez (10) de cada mês, dos registros efetuados no mês anterior.

ART. 9º – Deferido o requerimento da empresa ou instituição pelo Conselho Regional de Biblioteconomia, o registro será feito, após pagamento das taxas e anuidade, quando, então serão efetuadas as anotações em livro próprio.

ART. 10º – Quando ocorrer mudança de sede, a empresa ou instituição deverá requerer ao Conselho Regional de Biblioteconomia em cuja jurisdição for atuar, cabendo ao Conselho Regional, do registro principal originário, formar processo para encaminhamento, no prazo de trinta

(30) dias, ao Conselho Regional, para cuja jurisdição a empresa ou instituição se transfere.

ART. 11º – O registro secundário será requerido pela empresa ou instituição ao Conselho Regional da jurisdição onde for instalada a filial, devendo ser concedido, no prazo máximo de dez (10) dias, por despacho do Presidente “ad referendum” do Plenário, desde que o solicitante apresente certidão de regularidade, expedida pelo Conselho Regional do registro originário.

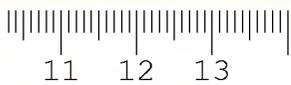
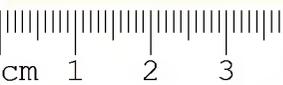
PARÁGRAFO ÚNICO: Concedido o registro, o Conselho Regional respectivo fará a comunicação ao da jurisdição principal, solicitando as informações e/ou documentos necessários, os quais deverão ser fornecidos no prazo máximo de trinta (30) dias.

ART. 12º – O cancelamento de registro terá lugar nos casos de cessação definitiva das atividades da empresa ou instituição.

§ 1º – O Conselho Regional de Biblioteconomia efetuará o cancelamento do registro, desde que comprovada a extinção da empresa ou instituição.

§ 2º – O Conselho Regional de Biblioteconomia fará publicar, mensalmente, em órgão oficial, relação dos cancelamentos, comunicando, concomitantemente, ao Conselho Federal de Biblioteconomia.

ART. 13º – A empresa ou instituição após registro no Conselho Regional de Biblioteconomia de sua jurisdição, está obrigada, até 31 de março de cada ano, ao



LEGISLAÇÃO

pagamento de anuidade, estabelecida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

ART. 14º – O bibliotecário que, no exercício de sua profissão liberal, mantiver escritório para atividade individual, não se enquadra nesta Resolução.

ART. 15º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1984.

MARIA LUCIA PACHECO DE ALMEIDA
Presidente do CFB

(aa) MARIA LUCIA V. COELHO
1ª Secretária do CFB

RESOLUÇÃO CFB Nº 308/84

– *Aprova o Manual de Procedimentos Para Fiscalização Profissional.*

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4084/62 e Decreto nº 56.725/65 e, considerando a necessidade de orientar e homogeneizar os procedimentos da fiscalização profissional, levada a efeito pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia e, considerando o que foi deliberado pelo Plenário em sessões realizadas nos dias 26 de agosto de 1983 e 22 de março de 1984, **RESOLVE:**

ART. 1º – Fica aprovado o Manual de Procedimentos para a Fiscalização Profissional.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1984.

MARIA LUCIA PACHECO DE ALMEIDA
Presidente do CFB
CRB-2/4

MARIA LUCIA V. COELHO
1ª Secretária do CFB
CRB-2/19

RESOLUÇÃO CFB Nº 309/84

– *Altera o Artigo 204 da Resolução nº 154/76 que estabelece o prazo para a remessa ao Conselho Federal de Biblioteconomia da parte da arrecadação que, por lei, lhe compete.*

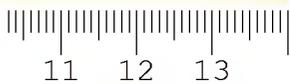
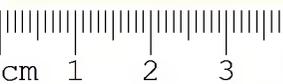
O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LEI 4084/62 e pelo Decreto nº 56.725/65, **RESOLVE:**

ART. 1º – Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia deverão enviar mensalmente, até o dia quinze (15), a parte dos recursos arrecadados no mês anterior que, por Lei, compete ao Conselho Federal de Biblioteconomia.

PARÁGRAFO ÚNICO: As remessas que ultrpassarem o prazo estabelecido no “caput” do artigo, serão reajustadas, de acordo com o valor da ORTNS e será da responsabilidade do Presidente do Conselho Regional.

ART. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente, o artigo 204 da Resolução nº 154/76.

Brasília, 23 de março de 1984.



LEGISLAÇÃO

MARIA LUCIA PACHECO DE ALMEIDA
Presidente do CFB
CRB-2/4

MARIA L. V. COELHO
1ª Sec. do CFB
CRB-2/19

DIÁRIO OFICIAL

30 de março de 1984, p. 4552

RESOLUÇÃO CFB Nº 310/84.

– *Dispõe sobre processo eleitoral no CFB, para 1984.*

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e o Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965,
R E S O L V E :

CAPÍTULO I – DA ELEIÇÃO

ART. 1º – A eleição para composição do Conselho Federal de Biblioteconomia será realizada no dia 28 (vinte e oito) de julho de 1984, às 14:00 (quatorze) horas na sede do Conselho Federal.

ART. 2º – A composição do Conselho de Biblioteconomia obedecerá à seguinte sistemática: – a) 07 (sete) Conselheiros Federais efetivos e 03 (três) Conselheiros suplentes serão eleitos por escrutínio secreto e a maioria de votos, em Assembleia constituída por Delegados Eleitores dos Conselhos Regionais. – b) 07 (sete) Conselheiros Federais efetivos serão sorteados entre representantes das congregações das instituições de ensino superior que ministrem o ensino de Bibliotecono-

nia cujos nomes serão por elas encaminhados, em listas tríplices, ao CFB.

CAPÍTULO II – DA COMISSÃO ELEITORAL

ART. 3º – Fica criada a Comissão Eleitora do CFB composta de 03 (três) Conselheiros Federais designados por ato do Presidente do CFB.

PARÁGRAFO ÚNICO: – O mandato dos membros da Comissão Eleitoral se extingue com o término de suas funções.

ART. 4º – Compete à Comissão Eleitoral: I – receber, apreciar e julgar os pedidos de registro de candidatos a Conselheiros Federais; II – preparar e encaminhar à Presidência do CFB a relação dos pedidos deferidos e indeferidos; III – funcionar como mesa eleitoral, conduzindo o processo da votação e da apuração; IV – proclamar os resultados da eleição; e V – dar posse aos eleitos.

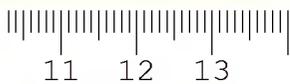
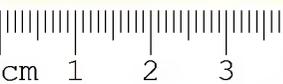
ART. 5º – A relação dos candidatos registrados pela Comissão Eleitoral e os pedidos de registros indeferidos deverão ser publicados no Diário Oficial da União, até o dia 15 (quinze) de junho de 1984.

CAPÍTULO III – DA ELEGIBILIDADE

ART. 6º – É elegível o profissional bibliotecário que satisfaça os seguintes requisitos: I – estar devidamente registrado em Conselho Regional de Biblioteconomia; e II – estar em pleno gozo de seus direitos profissionais.

CAPÍTULO IV – DO REGISTRO DE CANDIDATO

ART. 7º – Os candidatos deverão soli-



LEGISLAÇÃO

citar seus registros ao Conselho Federal de Biblioteconomia, no período de 2 (dois) a 31 (trinta e um) de maio de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro) mediante requerimento dirigido ao Presidente do CFB, juntando os seguintes documentos: I – comprovante de registro em CRB; e II – declaração do Presidente do CRB respectivo de que o profissional se encontra em pleno gozo de seus direitos.

ART. 8º – As instituições de ensino superior que ministrem o ensino da Biblioteconomia deverão encaminhar à secretaria do Conselho Federal, até 31 (trinta e um) de maio de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro), lista tríplice de nomes de professores em exercício e registrados, no CRB da jurisdição.

PARÁGRAFO ÚNICO: – As entidades que não credenciarem seus representantes, dentro do prazo fixado, perderão o direito de se fazerem representar.

CAPÍTULO V – DOS DELEGADOS-ELEITORES

ART. 9º – Cada Conselho Regional de Biblioteconomia deverá indicar um representante e respectivo suplente para participar da Assembléia Geral dos Delegados-Eleitores, até o dia 31 (trinta e um) de maio de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro).

§ 1º – O representante e seu respectivo suplente não poderão ser candidatos ao Conselho Federal.

§ 2º – O mandato do representante e seu respectivo suplente se extingue com a missão a que se destina.

§ 3º – É vedado o exercício do mandato de Delegado-Eleitor por procuração.

§ 4º – No impedimento do Delegado-Eleitor, este será substituído por seu suplente.

§ 5º – O Conselho Regional que não indicar o Delegado e seu respectivo suplente perderá o direito de participar da Assembléia Geral dos Delegados-Eleitores.

CAPÍTULO VI – DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DELEGADOS ELEITORES E DA MESA ELEITORAL

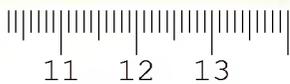
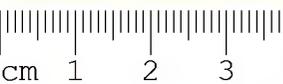
ART. 10º – O Presidente do CFB fará a convocação da Assembléia Geral dos Delegados-Eleitores por edital publicado no Diário Oficial da União, até 30 (trinta) dias antes da data fixada para a eleição, confirmando-a por carta registrada aos Delegados Eleitores.

ART. 11º – A Assembléia será instalada em primeira convocação com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Delegados Eleitores e após 01 (uma) hora, em segunda convocação com qualquer número de Delegados.

ART. 12º – A mesa eleitoral, com funções receptora e escrutinadora de votos, será constituída por um Presidente, um Secretário e um Escrutinador, dentre os membros da Comissão Eleitoral.

PARÁGRAFO ÚNICO: – Cabe ao Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia instalar a Assembléia Geral.

ART. 13º – Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral: I – rubricar as cédulas; II – colher as assinaturas dos Delegados



LEGISLAÇÃO

presentes; III – manter a ordem e a regularidade dos trabalhos eleitorais; IV – decidir sobre dúvidas e dificuldades apresentadas; e V – proclamar os resultados.

ART. 14º – Ao Secretário compete disciplinar os trabalhos relativos à entrada e saída dos Delegados Eleitores, lavrar a ata da eleição, auxiliar o Presidente e substituí-lo em ausências eventuais.

ART. 15º – Ao Escrutinador compete a apuração dos votos, auxiliando e substituindo o Secretário em seus impedimentos.

CAPÍTULO VII – DO PROCESSO ELEITORAL

ART. 16º – O CFB entregará ao Presidente da Mesa Eleitoral o seguinte material: I - lista de presença dos Delegados Eleitores; II – processos de registros dos candidatos; III – cédulas impressas ou micrografadas contendo o nome dos candidatos e número de inscrição na região respectiva, precidida de um quadrilátero; IV – cédulas contendo em cada uma, nome e instituição dos candidatos constantes das listas tríplices; V – urna vazia a ser vedada pelo Presidente da Mesa; VI – modelo de ata; e VII – exemplar da Lei 4.084, do Decreto 56.725 e da presente Resolução.

ART. 17º – A Mesa Eleitoral receberá o Delegado-Eleitor no recinto da Assembléia Geral, o qual deverá apresentar sua carteira de identidade profissional.

ART. 18º – Cada Delegado-Eleitor, receberá do Presidente uma cédula rubricada no ato e votará em cabina indevassá-

vel, em 10 (dez) nomes, não podendo votar em mais de 01 (um) nome para cada Região.

§ 1º – Ao sair da cabina e após exibir a cédula ao Presidente da Mesa, o Delegado-Eleitor depositará a mesma na urna.

§ 2º – O voto é secreto, direto e pessoal.

§ 3º – Serão considerados eleitos os 07 (sete) candidatos que obtiverem maior número de votos para Conselheiros efetivos e para suplentes o oitavo, nono e décimo candidato mais votado.

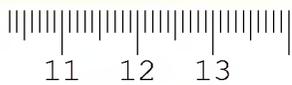
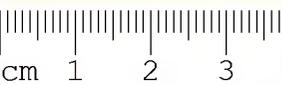
§ 4º – Em caso de empate será feito novo escrutínio.

CAPÍTULO VIII – DA APURAÇÃO

ART. 19º – Imediatamente após o término da eleição será iniciada a apuração pela Mesa Eleitoral na presença dos Delegados-Eleitores, obedecendo os seguintes procedimentos: I – Abertura da urna e contagem do número de cédulas, verificando se corresponde ao número de votantes.

§ 1º – A falta de coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas constituirá motivo de nulidade do pleito.

§ 2º – Constatada a nulidade prevista no parágrafo anterior, será procedida nova votação. II – Lida a Cédula em voz alta pelo Escrutinador, o resultado será registrado pelo Secretário. III – Concluída a contagem dos votos será proclamado o resultado que deverá ser publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.).



LEGISLAÇÃO

ART. 20º – Será nulo o voto que:
I – não se apresentar em modelo oficial;
II – não estiver em cédula rubricadas;
III – contiver expressões, frases ou sinais que possam identificar o voto; IV – tiver assinalado mais de 01 (um) nome da mesma região; V – tiver assinalado mais de 10 (dez) nomes; VI – tiver assinalado fora do quadrilátero correspondente a um candidato desde que torne duvidosa a manifestação de vontade do votante.

ART. 21º – Será realizado, em seguida, o sorteio de 07 (sete) Conselheiros representantes de Instituições de ensino superior que ministrem o ensino da Biblioteconomia dentre os nomes constantes das listas tríplices.

§ 1º – No que se refer ao “caput” deste artigo, cada Estado só poderá contar com um representante sorteado.

§ 2º – Concluído o sorteio, será proclamado o resultado.

ART. 22º – Será lavrada ata que deverá ser assinada pelos membros da Mesa e pelos Delegados-Eleitores e as cédulas serão recolhidas à urna, sendo fechada, lacrada e entregue ao Presidente do CFB, que a manterá sob sua custódia até expirar o prazo de recurso.

CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS

ART. 23º – Qualquer candidato poderá apresentar ao CFB, recurso, sem efeito suspensivo, impugnando a eleição, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação do resultado desde que acompanhado da documentação comprobatória da irregularidade alegada.

§ 1º – O recurso relatado pela Comissão Eleitoral será julgado pelo Plenário do CFB.

§ 2º – Da decisão do CFB caberá recurso ao Ministério do Trabalho, no prazo de 03 (três) dias a contar da data que tenha sido dada ciência ao interessado.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 24º – Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

ART. 25º – Constituído o Conselho Federal de Biblioteconomia para o triênio 1984/1987 até 31 (trinta e um) de agosto, seus membros organizarão a lista tríplice a ser submetida ao Ministro do Trabalho, para nomeação do Presidente do CFB.

ART. 26º – A posse dos Conselheiros eleitos, será dada em reunião solene do Conselho Federal de Biblioteconomia, de acordo com o que dispõe o § 2º inciso III do art. 17 do Decreto nº 56.725/65.

ART. 27º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1984.

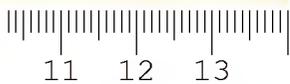
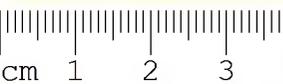
MARIA LUCIA PACHECO DE ALMEIDA
Presidente do CFB

(aa) MARIA LUCIA V. COELHO
1ª Secretária do CFB

(Of. nº 129/84)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CFB Nº 01/84

Pelo presente edital, faço saber que no



LEGISLAÇÃO

dia 28 de julho de 1984, serão realizadas neste Conselho, as eleições para renovação de seus membros, abrindo-se o prazo de 2 de maio de 1984 a 31 de maio do mesmo ano, para inscrição de candidatos que deverão ser bibliotecários, registrados em Conselho Regional de Biblioteconomia e em pleno gozo de seus direitos profissionais. De acordo com as letras "b" e "c" do art. 11, da Lei 4084/62 e nos arts. 21 e 22 do Decreto nº 56.725/65, combinados com o capítulo VX do Regimento Interno do Conselho Federal de Biblioteconomia, aprovado pela Resolução CFB nº 154/76, convoco os Senhores Delegados-Eleitores a fim de comparecerem à Assembléia-Geral a ser realizada no dia 28 de julho de 1984 às 14,00 horas, na sede do CFB, Edifício Brasília Rádio Center, SRTV-Norte, sala 1079, Brasília-DF., para a eleição dos membros do 7º Conselho Federal de Biblioteconomia, para o triênio 1984/1987.

Brasília, 26 de março de 1984.

MARIA LUCIA PACHECO DE ALMEIDA
Presidente do CFB - CRB-2/4

(Of. nº 129/84)

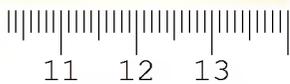
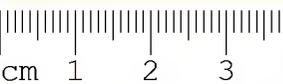
LEI Nº 7.185/84

Foi aprovada dia 16 de abril passado e publicada dia 18 do mesmo mês, no Diá-

rio Oficial da União, seção I, página 5545, a LEI nº 7.185/84, que "Altera a estrutura da categoria funcional de Bibliotecário, do grupo. — Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências".

Esta Lei foi sem dúvida uma grande vitória da Classe Bibliotecária, que demonstrou ser capaz de uma grande mobilização e muito trabalho. Mas por circunstâncias alheias a todos nós Bibliotecários, a LEI ficou incompleta, pois só beneficia de imediato os Bibliotecários enquadrados entre os níveis 1 e 4.

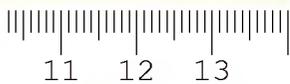
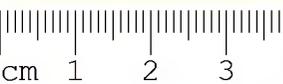
Esta LEI, juntamente, com a elevação da condição de ingresso no quadro funcional de nível 1 para 5 e da condição final de nível 21 para 25, teria que beneficiar automaticamente a todos os níveis (de 1 a 21) com o acréscimo de 4 pontos nos seus níveis, isto é, os Bibliotecários do nível 1 passariam para o nível 5; os de nível 2 para 6; os de 3 para 7; e assim por diante até o nível 21; seria reconhecimento do direito que têm todos os Bibliotecários Federais na mudança de seus padrões. Mas tal não aconteceu e a luta terá que continuar.



- **Biblioteca Afonso Taunay faz 30 anos**

No dia 8 de abril, a Biblioteca comemorou o trigésimo aniversário de fundação com a seguinte programação:

- Hasteamento das Bandeiras: Brasileira pelo Sr. Secretário Municipal de Cultura, Gianfrancesco Guarnieri; Paulista pelo Dr. Dino Perez, Administrador Regional da Mooca e do Município pelo Sr. José Valente, matrícula número um da Biblioteca, ao som do Hino Nacional executado pela Banda Musical da Polícia Militar do Estado de São Paulo e a presença de setenta alunos uniformizados representando as escolas: Colégio São Judas Tadeu, Escola Prof. Camargo Aranha, Escola Estadual de 1º Grau “Oswaldo Cruz”, Escola Estadual de 1º Grau “Armando Araujo e Escola Municipal de 1º Grau Dr. Fábio da Silva Prado, acompanhados de sua Diretora a Profa. Neide Sanchez Andrade Carapeto;
- Missa Campal em Ação de Graças, celebrada por Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, Bispo Auxiliar de São Paulo e Secretário Geral da CNBB, com roteiro litúrgico preparado pela Irmã Vicenza da Casa Provincial das Irmãs de Caridade Santa Bartolomea Capitano e a participação do Coral da Escola Cantorum de São Rafael, sob a regência do maestro Ferdinando Bastiglia e o Vice-Maestro Cincinato Contento;



NOTICIÁRIO

– Discurso do orador oficial Dr. Antonio José da Costa, com homenagem da ex-funcionária Luzia Vicente Phormes, pelos dezesseis anos de profícuo trabalho na direção desta Unidade e Benedita Matiole, pelos vinte e oito anos de efetivo e relevantes serviços prestados. Foram homenageadas, também, a Sra. Eva Thereza de Figueiredo, Ex-Bibliotecária Chefe e as Sras. Estrella Ferreira dos Santos, Aurélia N. C. da Cunha e Victoria Noschella com a entrega de ramalhetes;

– Descerramento de Placa Comemorativa pelo Sr. Gianfrancesco Guarnieri, Secretário Municipal de Cultura e Sra. Ana Maria Pantaleão, Bibliotecária-Chefe desta Unidade;

– Abertura oficial da Exposição de Esculturas do artista plástico Alfredo Francisco Santos, que apresentou trinta e cinco de seus trabalhos;

– Encerramento das solenidades com a reunião dos convidados em torno de um bolo gentilmente oferecido pela Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca, servido pela Sra. Diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas, Maria Helena Guimarães da Costa e Silva.

O programa contou com a participação da Cia. Antártica Paulista na distribuição de quinhentos refrigerantes, do Seletto S. A. no preparo do café e da Abril S. A., que nos ofereceu cem exemplares da publicação Cursos e Profissões: guia do estudante para presentear os alunos presentes.

Autoridades e convidados prestigiaram com suas presenças esta comemoração.

● 8ª Bienal Internacional do Livro

De 16 a 26 de agosto de 1984, no Pavilhão da Bienal, Parque do Ibirapuera, S.P. Promoção da Câmara Brasileira do Livro.

Eventos Paralelos – Museu de Arte Contemporânea, 13 a 22 de agosto:

IV SEMINÁRIO – AMERICANO DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL
13 a 17 de agosto de 1984

TEMA: A LITERATURA INFANTIL E JUVENIL NA ESCOLA

II SIMPÓSIO SOBRE BIBLIOTECA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

20, 21 e 22 de agosto de 1984

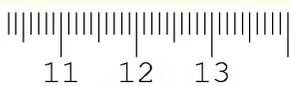
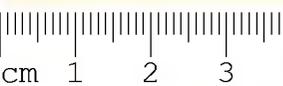
TEMA: BIBLIOTECA, CULTURA E COMUNIDADE

Secretaria Executiva – Avenida Ipiranga, 1267, 10º a. – Telefones 229-7855/5258 – CEP 01039.

Secretária: Marina Vera Muniz

● Pesquisa Salarial

Informações coletadas em abril/maio, 1984 pelo Grupo de Trabalho PS da SUCESU, S. P., formado por Antonio Sérgio Bueno e José Ricardo Pinto de Abreu, na área de Recursos Humanos, e por Sérgio Reis Lapa e Vicente H. C. Ribeiro na área de Processamento de Dados, abrangendo 207 empresas da Grande São Paulo e do interior do Estado, apresentaram para a categoria BIBLIOTECÁRIO:



NOTICIÁRIO

Grande São Paulo

Salário médio: Cr\$ 1.254.598,00

Interior

Salário médio: Cr\$ 838.248,00

(V.PROCESU – SUCESU-junho, p.5/6)

● Depósito Legal

A Biblioteca Nacional através da “Campanha da Contribuição Legal” pretende despertar a consciência cívica dos autores, editores e impressores, quanto ao cumprimento do Decreto nº 1.825 de 20 de dezembro de 1907, que “confere à Biblioteca Nacional o direito de receber um exemplar de cada obra publicada no Brasil”.

● Nova Diretora da Biblioteca Nacional

Maria Alice Giudice Barroso Soares (CRB-7/262), foi nomeada pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz para a Direção Geral da Biblioteca Nacional. Escritora de renome internacional, Maria Alice Barroso, além de representante da classe no Conselho Federal de Cultura, foi Bibliotecária do Estado e do Município do Rio de Janeiro, técnica em Editoração, Gerente editorial, Diretora do INL, entre outras atividades.

A FEBAB dirigiu um ofício de congratulações a Maria Alice Barroso que, agradecendo, ratificou seu apoio à programação da FEBAB para 1984 e ofereceu seus préstimos para que essa programação se realize com êxito.

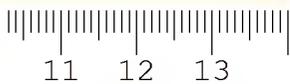
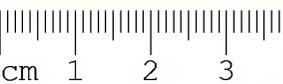
● Importação de Livros

A Resolução 851/83 do Conselho Monetário Nacional, a Circular 804/83 do Banco Central e o Comunicado 64/83 da CACEX a que se referiu o último número da RBBB, foram reformuladas pelo Comunicado 67/83 da CACEX, mas os problemas da importação de publicações só foram parcialmente resolvidos.

● Conselho Britânico programa visitas

O Conselho Britânico, através do ASIS (Anglo-Cassiesde American Information Service) está desenvolvendo um programa de visita de especialistas ingleses e dispõe de alguns recursos que podem ser utilizados pelos bibliotecários brasileiros como segue:

1. Harvard-Williams, famoso pelo seu artigo sobre a biblioteconomia brasileira, estará em fevereiro de 1985 no Brasil, para participar do seminário de Bibliotecas Universitárias que será realizado na UNICAMP, S.P. O Conselho Britânico está disposto a patrocinar sua ida a bibliotecas ou serviços de informação que solicitem seus préstimos para palestras, conferências etc.
2. O ASIS patrocina (transporte, catálogos, cartazes) exposição de livros ingleses em qualquer biblioteca que disponha de lugar em segurança para expô-los. São as seguintes as coleções de que dispõe para 1984/85: – Indústria de pesca; Periódicos de Ciência e Tecnologia; Inglês para fins específicos; Arqui-



NOTICIÁRIO

tetura; Tecnologia educacional; Biotecnologia; 400º aniversário da Cambridge University Press; Livros de Referência: Ciência, Ficção inglesa contemporânea.

- 3 O ASIS dispõe de vários conjuntos de diapositivos e fitas gravadas referentes ao trabalho do bibliotecário e que podem ser emprestadas às associações: aplicação do computador, bibliotecas escolares, patentes e outras.

Os interessados nos três programas podem se comunicar com o Sr. John Salter Anglo – Brazilian Information Service
R. Dep. Lacerda Franco, 333
05418 – São Paulo – S.P.
Telefone: (011) 814-4155
Telex: (011) 33254 COBT BR

● Programas da IFLA: U.A.P. e U.B.C.

Disponibilidade Universal de Publicações (U.A.P) e Controle Bibliográfico Universal (U.B.C.) são dois importantes programas da IFLA que visam permitir o acesso a toda a informação publicada, por todos e em todos os países.

O primeiro trata do acesso, nacional e internacional, a todas as publicações conhecidas. Seu conceito é mais amplo do que o empréstimo inter-bibliotecas, embora este desempenhe papel relevante no programa. O Escritório Internacional de Empréstimos desenvolve essas atividades no contexto da U. A. P.

O segundo, objetiva um único registro bibliográfico para cada publicação: a fim de evitar duplicação de esforços prevê

registros compatíveis, utilizáveis e disponíveis internacionalmente.

● S. L. A. financia projetos

A Special Libraries Association está financiando três projetos, selecionados entre vinte que lhe foram apresentados: “Competencies of Special Libraries Managers”, de Marcy Murphy; “Presentation for Business Leaders”, de Lynda W. Moulton e “Company Library Excellence: Case Studies in Management Support”, de James M. Matarazzo.

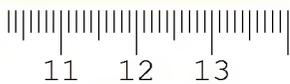
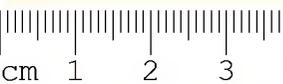
● Jubileu de Prata da E. B. D. S. C.

A Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos comemorou no dia 14 de abril, p.p., seu Jubileu de Prata, com a seguinte programação:

9 h *Abertura da Exposição* – “Retrospectiva fotográfica da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos” Organização: Profª Miriam Mani Zambel

10 h *Palestra Comemorativa* – “Os 25 anos da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos” Conferencista: Profª Eunice Diva Garcia – uma dos fundadores da Escola

11 h 30 min Distribuição da publicação “Jubileu de Prata: edição comemorativa 1959-1984” Coordenação: Profª Rosemeire Marino Nastri



NOTICIÁRIO

12 h 30 min *Almoço de Confraternização*

16 h *Missa de Ação de Graças* – na Catedral de São Carlos

• Quinquagésima Conferência Geral da IFLA

Promoção: International Federation of Library Association and Institutions – IFLA

Data: 19 a 25 de ago.84

Local: Nairobi, Kenya

Tema central:

Serviços de Bibliotecas e de informação como base para o desenvolvimento nacional.

Maiores informações:

Chairman,

KLA standing Committee on International Conference

P.O. Box 46031

Nairobi, Kenya

CURSOS E EVENTOS

• IBICT

Em co-patrocínio com outras instituições do País, durante o 1º semestre de 1984, foi desenvolvido pelo IBICT um Programa de Cursos de Atualização que incluiu:

– Planejamento de Centros e Serviços de Informação Tecnológica, por Auta Rojas Barreto (Editora Abril), Especialista em Informação. De 16 a 25 de abril, na Associação Paulista de Bibliotecários, S. P.

– Avaliação de Sistemas de Informação: Critérios do Administrador, por Aldo de Albuquerque Barreto (IBICT), Ph.D. em Ciência da Informação.

De 24 a 26/maio, na Faculdade de Biblioteconomia, da PUCCAMP, Campinas, S.P.

– Relatórios de Bibliotecas Como Instrumentos de Planejamento, por Gilda Maria Braga (IBICT), Ph.D. em Ciência da Informação

De 26 a 27/abril, na Biblioteca Central da UFRGS, Porto Alegre, R. S.

De 17 a 18/maio, no Departamento de Biblioteconomia da U.E.L., Londrina, PR.

– Bibliometria, por Regina Célia Montenegro de Lima (IBICT/UFSC), Especialista em Informação

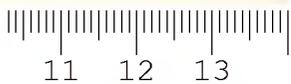
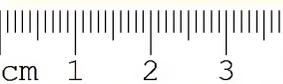
De 7 a 11/maio, no Departamento de Biblioteconomia da UFSC, Florianópolis, S. C.

– Gerência de Serviços de Informação, por Abigail de Oliveira Carvalho (UFMG), M.s. em Ciência da Informação

De 27 a 29/junho, no Núcleo de Documentação da UFF, Niterói, R. J.

– Recursos Informativos Documentários em Madeira Disponíveis no País: uso, custo e acesso, por Tânia Urbano (IBICT), Especialista em Informação e José Rincón Ferreira (MIC/STI/CTI), Ms em Biblioteconomia

3 de maio, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, S. P.



NOTICIÁRIO

– Estudo de Usuários da Informação Científica e Tecnológica Como Suporte para o Planejamento e Avaliação dos Serviços de Informação, por Maria de Nazaré Freitas Pereira (IBICT), Ms em Ciência da Informação
De 14 a 18/maio, no Núcleo de Documentação da UFF, Niterói, R. J.

● **U.F.P. – C.C.S.A. – Especialização em Biblioteconomia**

O Departamento de Biblioteconomia e Documentação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, promove de 16 de julho a 07 de dezembro um curso sobre Estudo do Usuário, com a carga horária de 360 horas/aula e um elenco de nove disciplinas.

● **Reprodução Descritiva: Catalogação**

Com o objetivo de proporcionar aos profissionais de Biblioteconomia um aperfeiçoamento e atualização das técnicas de catalogação e conhecimento das novas normas, a Associação Campineira de Bibliotecários promoveu um curso na PUCCamp, ministrado pela Professora Assistente da ECA-USP Diná Aguiar Polblón, dias 30 e 31 de março, p.p.

● **Mestrado em Biblioteconomia**

Na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, coordenado pela Professora Jeruza Lyra Lucena, com área de concentração em Biblioteca Pública.

● **Cursos de Verão**

No College of Librarianship Wales, em Aberystwyth, de 2 de julho a 25 de agosto. Informações: University of Pittsburgh SY 23 3AS, Wales, Great Britain.

● **Curso regional sobre acessibilidade documentária e comutação bibliográfica**

PATROCÍNIO: FID/CLA/CB

APOIO: IBICT/CAPES/COMUT/UFMA

LOCAL: Auditório Cônego José Ribamar Carvalho

Área de vivência

Campus Universitário do Bacanga

Universidade Federal do Maranhão

São Luiz – MA

DATA: 15 a 19 de outubro de 1984

HORAS/AULA: 30 h/a

Nº DE VAGAS: Maranhão: 10 vagas

Outros Estados: 10 vagas

INSCRIÇÕES: As inscrições serão gratuitas

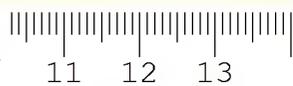
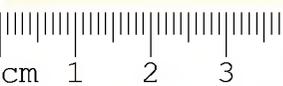
LOCAIS:

– Candidatos do Maranhão

Deverão ser feitas através da Profa. Luzimar Silva Ferreira – Departamento de Biblioteconomia – Universidade Federal do Maranhão – Campus Universitário de Bacanga – São Luiz – MA

– Candidatos de outros Estados

Deverão ser feitas através do Prof. Ricardo C. Rodrigues – Secretaria Exe-



NOTICIÁRIO

cutiva do COMUT – Ministério da Educação e Cultura – Anexo I 4º andar – Brasília – DF

ETAPAS:

- Pré-inscrição
Os candidatos deverão enviar aos locais de inscrição, até 31 de julho de 1984, cópia de Currículo-Vitae Simplificado para análise pelas Comissões de Seleção.
- Inscrição
Os candidatos selecionados serão informados sobre sua aprovação até o dia 31 de agosto de 1984.

REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO:

- Graduação em Escola Superior de qualquer área de conhecimento
- Preferencialmente profissionais que estejam trabalhando em Bibliotecas ou Centro de Documentação ou que lecionem em Cursos de Biblioteconomia.

BOLSAS DE ESTUDOS:

Existe a possibilidade de algumas bolsas para participantes de outros Estados das regiões Norte/Nordeste. Essas bolsas incluiriam passagens e/ou diárias.

OBJETIVO DO CURSO:

- Proporcionar aos participantes conhecimentos teóricos e práticos sobre a problemática da acessibilidade ao documento primário tanto para o planejamento quanto para o ensino.
- Familiarizar os alunos com as instituições, Serviços, metodologias e características dos principais serviços em operação no País e no exterior.
- Capacitá-los para organizarem unidades de Comutação Bibliográfica.

PROGRAMA:

- 1 – Acessibilidade Documentária e Disponibilidade de Acervos locais – Prof. Antonio Miranda – UNB-9h/a
- 2 – Catálogos Coletivos & Acesso ao Documento – 6h/a Profa. Isaura de Martino – IBICT
- 3 – Comutação Bibliográfica – logística e operacional – Prof. Ricardo C. Rodrigues – COMUT – 7,5h/a
- 4 – Comercialização e Avaliação de Sistemas e Serviços de Comunicação Bibliográfica – 7,5h/a – Prof. Ricardo C. Rodrigues

TRABALHO FINAL APÓS O CURSO:

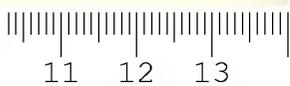
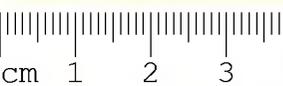
Os alunos, para receberem o certificado, terão um prazo de 45 dias para produzirem um trabalho sobre qualquer um dos temas abordados durante o curso. Os trabalhos poderão ser elaborados de acordo com uma das seguintes modalidades:

- Projeto sobre Serviço de Comutação Bibliográfica ou Catálogo Coletivo.
- Estudo de Caso
- Revisão de Literatura
- Artigo.

Os melhores artigos poderão ser publicados na Revista Latinoamericana de Documentação ou em outra revista da área de Biblioteconomia.

● UFRJ – ECO

A Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o CNPq e o IBICT, com o objetivo de preparar docentes e profissionais para o desempenho de atividades ligadas à área de informação e



NOTICIÁRIO

documentação promoveu de julho a dezembro um Curso de Especialização em Informação e Documentação (CDC).

DISCIPLINAS:

Informação, Comunicação e Desenvolvimento

Sociedade e Necessidade de Informação
Organização e Recuperação da Informação
Disseminação da Informação

Formação e Desenvolvimento da Coleção
Planejamento e Administração de Sistemas de Informação

O Usuário e o Sistema de Informação

Métodos de Pesquisa Aplicados a Sistemas de Informação

Seminários

Metodologia do Ensino Superior

Estudos de Problemas Brasileiros

CORPO DOCENTE:

Integrado pelos docentes do Convênio CNPq/UFRJ:

Aldo de Albuquerque Barreto (PhD)

Cecília Alves Oberhofer (MS)

Gilda Maria Braga (PhD)

Gilda Olinto do Valle e Silva (MS)

Hesoisa Tardin Christovão (PhD)

Maria de Nazaré Freitas Pereira (MS)

Maria Nélide González de Gómez (MS)

Nice Menezes de Figueiredo (PhD)

Regina Célia Montenegro (MS)

Regina Maria Marteleto (MS)

Rosali Pacheco Fernandes (MS)

Vania Maria Rodrigues Hermes de Araujo (MS)

Kátia Maria de Carvalho Silva (ECO/UFRJ)

● Programação de cursos da ABDF

1. Tema: CATALOGAÇÃO DESCRITIVA DE MONOGRAFIAS DE ACORDO COM O AACR-2.

Instrutores: ANTONIA MOTTA C.M. RIBEIRO – Bibliotecária, autora do livro – texto.

ELIANE F. ALVES MEY – Bibliotecária da EBTU.

Horas/aula: 20 horas/aula

Período de realização: 28 de maio a 05 de junho.

2. Tema: ORGANIZAÇÃO DE ÍNDICE IMPRESSO

Instrutores: HAGAR ESPANHA GOMES – Biblioteca Nacional

Duração: 20 horas/aula

Período de realização: 11 a 13 de junho

3. Tema: AUXILIAR DE BIBLIOTECAS

Instrutores: ISA ANTUNES ARAÚJO – Bibliotecária – Chefe do EMFA

DIVINA APARECIDA DA SILVA – Bibliotecária da SEPLAN

Duração: 30 horas/aula

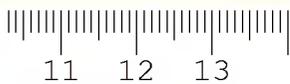
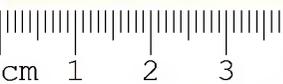
Período de realização: 16 a 27 de julho

4. Tema: ELABORAÇÃO DE ÍNDICES

Instrutor: CORDÉLIA ROBALINHO CAVALCANTE – Professora da Universidade de Brasília

Duração: 30 horas/aula

Período de realização: 20 a 31 agosto



DAS ASSOCIAÇÕES

Associação de Bibliotecários Municipais – ABM – Nova Diretoria –

No dia 20 de março p.p., na Biblioteca Mário de Andrade, procedeu-se à eleição para a diretoria da ABM. Concorreram duas chapas e a eleita foi a chapa “União Trabalho e Renovação”.

Presidente: Zenaide Duvra Hashimoto.
Vice-Pres.: Isaura de Oliveira Santos.
1º Secret.: Sonia Regina Bertonazzi.
2º Secret.: Lúcia Neiza de Oliveira.
1ª Tesoureira: Eva Teresa de Figueiredo.
2ª Tesoureira: Dulce de Souza.
Conselheiros: Maria do Socorro Fontenelli
– Osvaldo S. Feliciano e Cormaria Martins Diniz.

Associação Paulista de Bibliotecários – APB – Nova Diretoria –

Presidente: Oswaldo F. de Almeida Jr.
Vice-Presidente: Maria Christina M. Tavares.

1ª Secretária: Madalena Sofia M. Wada.
2ª Secretária: Roseli T. Silva Leme.
1ª Tesoureira: Neli Siqueira.
2ª Tesoureira: Johana W. Smit

CONSELHO FISCAL:

Amélia M. Moreira
Ivone Tálamo
Márcia Rosetto

Grupos de Trabalho da A. P. B.

1. Já está oficializada a Comissão de Trabalho de Bibliotecários em Informá-

tica, da APB, que se reúne na sede, todas as segundas e quintas feiras de cada mês, a partir das 14 h, com o seguinte calendário para o 2º semestre: 09/8 – 13/09 – 11/10 – 08/11 e 13/12. A Comissão está debatendo no momento problemas referentes à documentação de sistemas e ao atendimento dos usuários da área.

As reuniões são abertas a todos os interessados.

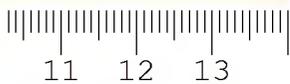
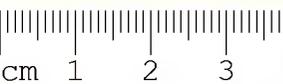
2. O Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em Processos Técnicos está planejando um Seminário sobre o AACR/2 (Anglo American Cataloguing Rules/2ª ed., visando a discussão e a aplicabilidade dessas regras e outros assuntos a elas relacionados.

O Seminário terá também a apresentação do extenso trabalho sobre o assunto que vem sendo desenvolvido pelo GBIDPT.

Videotexto

A APB está implantando um trabalho de videotexto através do sistema da UNIVIDEO. Foram obtidas 5 telas e o plano básico é aproveitar a oportunidade de divulgar o profissional bibliotecário junto às Empresas.

Inicialmente serão apresentados os serviços prestados pelas Bibliotecas e Centros de Informações especializados. As bibliotecas interessadas em participar dessa programação devem procurar a APB para obterem maiores informações a respeito do assunto. ●



NOTICIÁRIO

Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba – Nova Diretoria –

No dia 23 de março p.p., foi empossada a nova Diretoria da Associação Profissional de Bibliotecários para o triênio 1984-1986, ficando assim constituída:

Presidente: Wilza da Costa Ramalho.

Vice-Presidente: Marilda Rodrigues Macedo.

1ª Secretária: Babyne Neiva de Gouvêa Ribeiro.

2ª Secretária: Maria Euthalia Janner Rosas.

1ª Tesoureira: Porcina Formiga Dos Santos.

2ª Tesoureira: Maria Lusinete de Melo Guerra.

Bibliotecária: Vera Lúcia Nogueira Ferrer.
Conselho Fiscal: Maria Neusa de Moraes Costa; Julia Dolores Carneiro da Cunha; Peter Krometsek; Rosane Soares; Suetânia Ferreira de Lucena; Ana Maria Barros do Amaral.

Associação Campineira de Bibliotecários – Nova Diretoria –

No dia 12 de março p.p., foi empossada a nova Diretoria da ASSOCIAÇÃO CAMPINEIRA DE BIBLIOTECÁRIOS para o triênio 1984-1986, ficando assim constituída:

Presidente: Marili Nogueira

Vice-Presidente: Ada Teresa Spina Martinnelli

1º Secretário: Sônia Regina Casselhas Vosgrau

2º Secretário: Mariângela Pisoni

1ª Tesoureira: Maria Elídia dos Santos

2º Tesoureiro: Raquel Maria de Almeida Prado

Bibliotecária: Maria Leontina da Conceição Pinke L. de Souza

Conselho Fiscal: Vânia Lando de Carvalho

Henriete Simões Ferreira de Toledo

Edilze Bonavita Martins Mendes

Maria Alves de Paula Ravaschio

Associação Rio-Grandense de Bibliotecários – ARB –

Em plena atividade com todo o entusiasmo os seguintes Grupos de Trabalho:

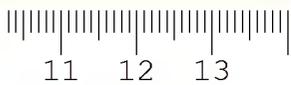
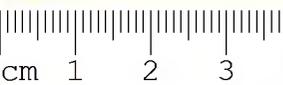
Comissão de Mercado de Trabalho, com a Bolsa de Empregos; Grupo Tecnológico – GBIDT – estudando os temas “Estudo de Usuários” e “Tecnologia de Banco de Dados”; Helen B. Frota Rozados, coordenadora, em seu Plano de Ação 1984/86, propõe-se intensificar sua atuação nos sistemas automatizados de informação e sistemas micrográficos de documentação;

Grupo Informação e Documentação Agrícola – GBIDA –, coordenado por Suzana Spersy;

Grupo Jurídico – GBIDJ – coordenado por Hilcke Frederica Wis.

A ARB e a Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul promove de 23 a 27 de julho a VIII Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação.

Nesta Jornada serão homenageados: JUSSARA PEREIRA SANTOS, como Presidente de Honra, por ter sido a idealizadora.



zadora das Jornadas e Presidente Executiva da primeira edição deste evento; JULIANA VIANNA ROSA, como Homenageada Especial, por ter atuado como Secretária Geral da 1ª Jornada e por ter dirigido a Biblioteca Pública do Estado durante 15 anos onde aposentou-se; e UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, como Homenageada de Honra, por estar completando 50 anos de funcionamento em 1984 e por ter sido fundamental a sua atuação no desenvolvimento da Biblioteconomia Gaúcha.

A Presidente da FEBAB, May Brooking Negrão estará presente para proferir a conferência de encerramento sobre Ação Biblioteconômica e Movimento Associativo.

**Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí – ABEPI –
Nova Diretoria: –**

Presidente: Margaret de Lucena Martins Lima
Vice-Presidente: Gleise Maria de Carvalho Lopes
Secretária Geral: Patrícia Gómez de Matos
1ª Secretária: Arlette Meireles Sorensen
2ª Secretária: Ana Maria Moraes da Cruz
1º Tesoureiro: Geraldo Batista de Moura Filho
2ª Tesoureira: Luzimar Barbosa Chave
Conselho Fiscal: Carmen Cortez Costa Maria da Conceição Lindoso Soares Maria do Socorro Reinaldo Martins Vieira.

Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo – APBES–

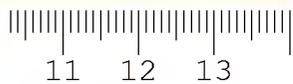
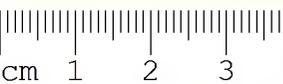
A 16 de abril p.p. completou cinco anos de existência a APBES, agora sob a Presidência entusiasta da Todêska. Com a responsabilidade da realização do XIII CBBB, a APBES conta com a simpatia e o apoio dos bibliotecários brasileiros.

Diretoria da APBES (1984/86):
Presidente: Arleida Penha Badke – Todêska (IJNS)
Vice-Presidente: Daisy Alexandra Rabelo Burns Muzzi (CST)
1ª Tesoureira: Miriam de Oliveira Amicio (SEBES)
2º Tesoureiro: João Alexandre Diniz
Conselho Fiscal: Flávia A. Fundão (Ibeuv) Marília Amigo Rogério (CST) Rossana M. Martins (Telest)
Grupo de Divulgação e Promoção: Virgínia M. Kretli de Castro (Etfes) Patrícia Landemberg Lima (Aracruz) Diretoria da APBES
Grupo de Valorização Profissional: Fátima Lisboa (Escola Picapau) Lígia Melo (PMV) Maria Olívia Maia (Emcatur) Diretoria da APBES

Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte

No dia 2 de dezembro, p.p., foram empossados a Diretoria e o Conselho Fiscal para o triênio 1984/86, ficando assim constituídos:

Presidente: Sonia Campos Ferreira



NOTICIÁRIO

Vice-Presidente: Renata Passos Filgueira de Carvalho

1ª Secretária: Therezinha Anibas de Cunha

2ª Secretária: Norma Leite Rodrigues

1ª Tesoureira: Maria Neili de Oliveira Bezerra

2ª Tesoureira: Lígia de Araújo Alves

Diretor Sócio-Cultural: Maria Gorethi S. Maux

Vice-Diretor Sócio-Cultural: Arianni de Sá Leita Silva

Conselho Fiscal: Zila da Costa Mamede Liana Maria Nobre Teixeira

Vânia de Vasconcelos Bico

Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo –

Em 15 de dezembro de 1983 a APBESP – Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo – em Assembléia Geral, aprovou a transformação dessa Associação em Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo. Uma Diretoria Provisória dirigirá o Pré-sindicato, até 90 dias após o fornecimento da Carta Sindical pela Comissão de Enquadramento Sindical (CES) do Ministério do Trabalho.

Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal – ABDF –

Ainda fora do que preceituam os estatutos da FEBAB, a ABDF promoverá este ano eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal. O prazo para inscrição das chapas é até o dia 19 de setembro, p.f. A nova Diretoria deverá então rever os artigos 70 e 73, capítulo II, de seus Estatutos, de for-

ma a compatibilizar o período de eleições com a eleição da FEBAB como as demais associações brasileiras.

Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares

Por ocasião do XII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Camboriú/SC, foram eleitos os membros da Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares/FEBAB. A diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Walda de Andrade Antunes – Brasília/DF;

Vice-Presidente: Nídia Maria Lubisco Portella – Bahia;

1ª Secretária: Sônia Maria Abreu Costa – Brasília/DF;

2ª Secretária: Solange Maria Bittencourt Chastinet Guimarães – Bahia;

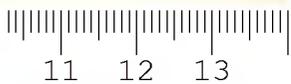
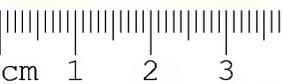
1ª Tesoureira: Gildete de Albuquerque Cavalcante – Brasília/DF.

A referida Comissão está sediada em Brasília, no endereço seguinte:

Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares – FEBAB
Secretaria da Cultura/MEC
SCN Q. 02 – Projeção K
70.710 – Brasília – DF.

• Teses de Mestrado

Maria Elisabeth Salvati apresentou, para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia e Documentação, a tese intitulada “Otimização da Recuperação na Base de Dados Agrícola através da Uti-



lização de um Vocabulário de Busca na Construção de Perfis e Estratégias de Recuperação”.

Resumo:

Avalia-se o desempenho dos perfis correntes do Serviço de Disseminação Seletiva da Informação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, na área de doenças e pragas em plantas, especialmente em doenças causadas por vírus e bactérias, com relação às citações relevantes, periféricas e irrelevantes recuperadas da base de dados AGRICOLA, com o objetivo principal de se testar a validade do uso de um vocabulário de busca para desenvolvimento das estratégias de busca. O desempenho foi testado por comparação entre o desenvolvimento do perfil pelo método usual (sistema antigo) e o método proposto (sistema novo). São fornecidos detalhes sobre o desenvolvimento do vocabulário de busca, um vocabulário automático, construído a partir de palavras-chave encontradas em uma amostra da “Bibliography of Agriculture” (versão impressa da base de dados AGRICOLA). O sistema proposto mostrou-se mais eficaz na recuperação de citações relevantes e periféricas e na redução de citações irrelevantes.

Em São Paulo, na Escola de Comunicação e Artes, da USP, May Brooking Negroão teve sua dissertação de Mestrado “Biblioteca Pública Municipal de São Paulo (1926-1952): esboço histórico” aprovada, em janeiro último, pela banca formada pelos Professores Neusa Dias de Macedo, Virgílio Noya Pinto e José Augusto Vaz Valente (Orientador).

IBICT – Relatório Anual e Publicações

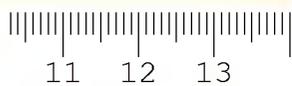
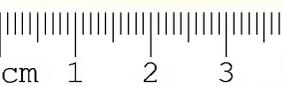
Yone Sepúlveda Chastinet, Diretora do IBICT, apresenta o Relatório de Atividades realizadas por esse órgão em 1983, que se concentraram, basicamente, em ações de coordenação e planejamento. Os resultados obtidos pelo IBICT neste período, sob a direção dinâmica de Yone Chastinet, colocam o setor de informação em posição de maior destaque, aumentando seu poder de negociação e de participação no desenvolvimento científico e tecnológico.

Dando continuidade à sua linha de publicação de obras relevantes para a área de Ciência e Tecnologia, o IBICT colocou à disposição dos interessados os seguintes lançamentos:

ISSN – Publicações Periódicas Brasileiras (divulga cerca de 2500 títulos de periódicos nacionais aos quais foi atribuído o ISSN – Número Internacional Normalizado de Publicações Seriadas); Preço: Cr\$ 3.000,00

TESAUROS, Bibliografia – 1970-1982 (inclui, além dos tesauros propriamente ditos, a literatura gerada a nível nacional e internacional sobre tesauros); Preço: Cr\$ 3.000,00

SEMINÁRIO “A Informação para Indústria” (divulga os trabalhos apresentados pela Missão Interministerial da Informação Científica e Técnica (MIDIST), da França, no Seminário realizado em São Paulo e Recife, sob o patrocínio do CNPq/IBICT e MIDIST); Preço: Cr\$ 2.000,00



USO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA DO BRASIL, de Victor Rosemberg e Murilo Bastos da Cunha (analisar o papel da informação no desenvolvimento econômico do Brasil); Preço: Cr\$ 2.000,00

BASE DE DADOS (ou DATA BASE). VOCÊ CONHECE? (apresenta a tradução de três trabalhos sobre o assunto: "O que é uma busca linha? de Donald T. Hawkins"; "O impacto das bases de dados legíveis por máquina nos serviços de bibliotecas e informação" e "Critérios para a avaliação e seleção de bases de dados e serviços de bases de dados", de Martha Williams); Preço: Cr\$ 2.000,00

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (arrola diversos tipos de material bibliográfico publicado no Brasil e no exterior por autores brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre aspectos nacionais do setor); Preço: Cr\$ 3.000,00

CCN - Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas (sob a forma de microficha, registra 97.766 títulos de periódicos distribuídos em 933 bibliotecas, somando 40.711 coleções). Preços: Redução 24x - Cr\$ 16.800,00
Redução 42x - Cr\$ 6.800,00

Pedidos ao IBICT ou à FEBAB

● **P. A. D. C. T.**

CNPq/SEPLAN, FINEP/SEPLAN, CAPES/MEC e ST/MIC estão desenvolvendo um Programa de Apoio do Desen-

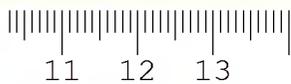
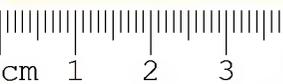
volvimento Científico e Tecnológico cujos propósitos e objetivos transcrevemos do **INFORME Nº 2** da Secretaria Executiva:

O Governo Federal, visando reforçar as ações e ampliar as oportunidades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, criou um novo programa para o setor. Este Programa, denominado **PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (PADCT)**, tem como propósito atender a questões e segmentos prioritários da política nacional de C & T.

O PADCT foi concebido como um dos instrumentos de implementação da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico e tem como objetivos:

- a) suprir lacunas no atendimento de algumas áreas prioritárias, através de uma ação de largo espectro;
- b) reforçar a infraestrutura de apoio e serviços, essenciais à operação do setor de C & T;
- c) fortalecer as ligações entre o esforço de desenvolvimento de C & T e o setor produtivo;
- d) organizar as ações em sua área de atuação de modo a contribuir para reforçar a coordenação pelo Conselho Científico e Tecnológico - (CCT), do SINDCT como um todo.

Para tanto, atuará sobre todos os aspectos que se demonstrem relevantes naqueles segmentos, abrigando por isso, ações de variada natureza e amplitude, privilegiando-se, entretanto, aquelas ações que apresentem maior potencial em termos de efeito multiplicador. Em particular, buscará ampliar, melhorar e consolidar a com-



NOTICIÁRIO

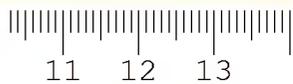
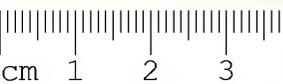
petência técnico-científica nacional no âmbito de universidades, institutos de pesquisa e empresas. Portanto, o PÁDCT se organizará a partir de propostas de caráter institucional.

Embora se concentrando em segmentos específicos, a ação do Programa se desenvolverá buscando obter a mais ampla repercussão possível, de modo a se refletir positivamente sobre todo o sistema de ciência e tecnologia do País.

Mais especificamente tratará de:

- fortalecer os quadros de pessoal técnico-científico nos seus diversos níveis;
- fortalecer a infra-estrutura física de ensino, pesquisa e desenvolvimento, bem como de difusão de resultados;
- apoiar a realização de investigações científicas e tecnológicas;
- criar e fortalecer serviços de manutenção e suprimento de insumos específicos.
- fortalecer e aperfeiçoar as atividades relacionadas a metrologia, normalização e controle de qualidade;
- fortalecer e aprimorar os sistemas de informações técnico-científicas;
- fortalecer as ligações entre os setores produtivo e o Sistema de C & T, tanto na definição dos problemas a resolver, como na promoção da transferência dos resultados de pesquisas ao setor produtivo;
- fortalecer a capacidade de formular e gerir a implementação de políticas e atividades de C & T.

Para a Comissão de Informação em Ciência e Tecnologia a FEBAB indicou a Bibliotecária Terezine Arantes Ferraz. É Consultora Credenciada do PADCT a Bibliotecária Carminda Nogueira de Castro Ferreira, especialista em Informação, membro de Comissão Especial da Secretaria Especial de Informática e Consultora de Empresas do Conglomerado ITAÚ em São Paulo.



HOMENAGENS

A MARIA ANTONIETA FERRAZ

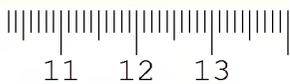
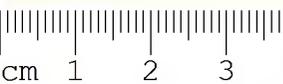
A 28 de março de 1984, sob a coordenação de Marieta Novack Peixoto dos Santos, um grande número dos inúmeros amigos de D. Antonieta reuniram-se no Salão de Festas do Caesar Park, da Augusta, para prestar-lhe uma significativa homenagem. Na ocasião, a coordenadora dirigiu a todos as seguintes palavras:

Prezados Colegas
Mui cara homenageada
D. Maria Antonieta Ferraz

Lembro-me de um poema da infância que dizia: "Não venho aqui fazer discursos nem conferências, porém saudar os heróis da independência".

Hoje podemos repetir, que todos nós, nos encontramos aqui congregados por um sentimento uníssonos, para saudar a amiga de excelsas qualidades, a Bibliotecária exemplar, mulher de espírito construtivo, coração magnânimo a quem todos nós aprendemos a admirar.

Qual de nós não recebeu um conselho, uma palavra amiga, um favor, quando a ela recorremos e quantos de nós não foram seus alunos e Bibliotecários por sua influência e incentivo. Grande amiga, dispensando o calor de sua amizade e o estímulo de seu afeto sem medir riscos.



HOMENAGENS

Sua vida tem sido um trajetória firme, um caminho reto, norteada pela probidade, bondade e calor humano.

Não a assustam as fadigas e percalços, não a afugentam as lutas e dificuldades. "Os obstáculos existem para serem vencidos" eis uma de suas frases prediletas.

Na realidade dedicou-se à família e à Biblioteconomia.

Não houve momento na história da Biblioteconomia Paulista e Nacional que D. Antonieta não estivesse à frente, lutando, orientando, incentivando e se esforçando para atingir a meta almejada — A vitória da Biblioteconomia — carreira geralmente tão mal compreendida.

O trabalho dispendido ao longo de sua carreira em prol da Biblioteconomia foi o mais estuasiástico, profícuo e construtivo — conseguiu a duras penas tornar necessária a presença do Bibliotecário na sociedade, proclamando sua existência e o seu trabalho.

Numa oportunidade rara como esta, mui rara na vida dos Bibliotecários, aqui quero agradecer de coração aos colegas a maravilhosa e calorosa adesão recebida (mais houvera se a sala comportasse). Sentimo-nos felizes de estarmos reunidos e poderemos proclamar em alto e bom som, não um louvor falso, insincero, mas os nossos vibrantes sentimentos de admiração e o nosso orgulho de declararmos D. Maria Antonieta Ferraz a Bibliotecária Impar, a Bibliotecária Símbolo do maior estado da Federação."

Profundamente comovida, mas com voz firme e clara, D. Antonieta agradeceu:

Caros Amigos

Profundamente emocionada, recebi a notícia desta reunião de colegas e amigos para recordar os quase dez (10) lustros de atividade na área.

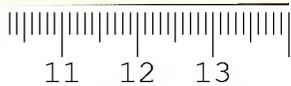
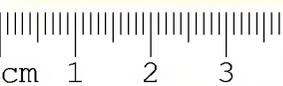
Apesar de longo, o tempo correu rápido, e ainda agora me recordo das inúmeras dificuldades e alegrias por que passei.

Iniciei quando o "Bibliotecário" guardião de livros era questionado, passei por um longo período de implantação de técnicas rígidas e organização racional e hoje estou diante de novo horizonte que requer profissional seriamente preparado, com formação cultural sólida, que lhe permita acompanhar os programas da ciência e da tecnologia e usando a informática para transferência da informação.

A nossa Associação de classe, a APB, vem trabalhando nesse sentido procurando transformar o Bibliotecário acomodado em lutador e, recentemente, dedicou um número de sua revista "Palavra-Chave" a esse profissional estimulando para que procure se atualizar para atender aos reclamos da informação e automação já exigidos neste final de século. Dessa revista retirei alguns pensamentos como:

"A Biblioteconomia é uma profissão que, progressivamente, se revela e se releva, abrindo-se para as exigências que o século XXI aponta" disse Gabriela Monteiro, jornalista.

Atualmente, é um profissional discutido, quer se fazendo presente nos meios culturais por seus conhecimentos e sua acessibilidade ao consulente, quer quando se omite dessas funções, o que é lastimável.



HOMENAGENS

Nada adianta ao Bibliotecário ter um punhado de técnicas e de conhecimentos se não tiver vontade e jeito para lidar com seu "usuário". Só uma atuação esclarecida e amável impõe respeito no seu ambiente.

E como disse Milanesi: "O Bibliotecário passou a ser um leitor compulsório, pois só através da leitura seria possível definir o conteúdo e assim dar um perfil ao documento. A coincidência do perfil do documento com o perfil do usuário passou a ser a meta da atividade do bibliotecário especializado".

Neste lindo grupo consigo vislumbrar desde companheiros dos primeiros tempos, bibliotecários de várias épocas até jovens recém saídas da Escola que vieram lembrar com sua presença toda uma vida de trabalho e lutas.

E para terminar vou repetir o que já disse há algum tempo a Neusa Macedo:

Senhor

Despoja-me do orgulho da experiência acumulada e da veleidade de me julgar insubstituível.

Que eu saiba ver no gradativo desprendimento das coisas apenas a lei do tempo; que descubra nesta transferência de encargos, uma das mais palpitantes expressões da vida que se renova, sob o impulso de tua

Providência....

Com aplausos calorosos durante vários minutos, os presentes, de pé, testemunharam sua gratidão àquela que fez de sua vida profissional um autêntico sacerdócio.

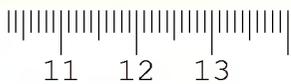
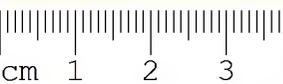


**A ODETTE SENNA DE OLIVEIRA
PENNA**

Planeta Terra, 11 de abril de 1984.

Querida amiga

Faz quase dois anos, que você partiu para a Casa do Senhor. Não sei se está contente aí. Por mais estranho que pareça creio que sim, porque você passou grande parte de sua vida, neste planeta, colhendo dados sobre bibliotecas. Falava delas com o entusiasmo de boa profissional. Mas, como esse campo de pesquisas se esgotou abriu-se outro — o Universo Imponderável — onde não terá desilusões, porque tudo aí é perfeito. Foi também construído por Deus, mas os terráqueos nele não intervieram a ponto de prejudicá-lo. De vez em quando, alguns voam para esse



HOMENAGENS

paraíso, onde você habita, mas voltam perplexos, sem conseguir quase nada, que justifique as energias despendidas e o dinheiro gasto, que poderiam tornar felizes milhões de criaturas. É bom que isto aconteça, porque eles já destruíram quase tudo por aqui, em nome da tecnologia, que encanta a todos: a terra, com deslocamentos freqüentes; o mar, com repressões e aterros, que terminam, dia a dia, com o perfil belíssimo que possuía; o ar está sendo, agora, agredido com toneladas de satélites. Enfim, vivemos mal por aqui, porque a natureza passou a protestar. Os rios saem de seus leitos, invadindo cidades inteiras; os mares estão revoltos e os vulcões se abrasam. Milhares de criaturas inocentes pagam tributos à tecnologia avançada, que veio tirar o sossego de todos, inclusive dos cientistas e técnicos.

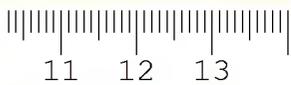
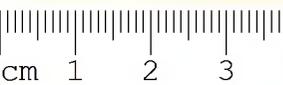
Estou escrevendo esta carta diante de sua fotografia, onde você aparece bonita, serena e risonha como sempre. Conheçemo-nos em 1960 e, desde então, fomos grandes amigas. Em abril de 1982, três meses antes de você partir fui visitá-la em sua casa. Que noite agradável foi aquela! Mal sabia eu que seria a última, passada com você, que partiu sem me dizer adeus.

Sabe, Odette, cada dia mais acredito nos valores permanentes que, indiscutivelmente, atravessam os séculos sem envelhecer: o amor, a amizade, a sinceridade são valores que tornam felizes as criaturas. Não adianta negá-los e, profissionalmente falando, nossa geração de bibliotecários deles foi rica. Nos Congressos de Biblioteconomia e Documentação encontravam-se todos, para tratar dos proble-

mas das bibliotecas. O namoro era mesmo com elas e com a documentação, cuja implantação, devida ao IBB, despertaram polêmicas acirradas e grandiosas, mas construtivas.

Ah! lembro-me, ainda, que você apresentou ao plenário do III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961, a proposição, para que fosse celebrada no Brasil a SEMANA NACIONAL DA BIBLIOTECA, abrangendo o dia 12 de março, anualmente. Bastos Tigre foi escolhido para ser o patrono dos Bibliotecários e, assim, sua proposta complementou a tese da bibliotecária Lourdes Mesquita. Para que todas essas Resoluções fossem perpetuadas, a FEBAB conseguiu do Dr. Augusto Meyer, Diretor do INL, a expedição do Decreto Federal 884/2 e a Semana foi comemorada durante muitos anos. Há pouco tempo, conseguiram mudar a legislação. Não fique triste, minha amiga, mais uma vez você venceu. Bastos Tigre continua a ser homenageado no dia 12 de março. A Semana Nacional da Biblioteca foi "empacotada" com a Semana do Livro, em outubro, quando editores e livreiros conseguem sucesso com as feiras de livros. Que pena! O Brasil não tem, como é costume dizer, tradição de cultura e educação. Tenho a impressão que esse fenômeno é devido à memória curta de alguns brasileiros.

Sabe Odette, com esta carta dirigida a você, a FEBAB abre uma seção especial, na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, para pôr em relevo a personalidade do bibliotecário que, por



HOMENAGENS

suas atividades em benefício da classe e da coletividade mereça ser homenageado.

Torna-se necessário, ainda, uniformizar critérios para a eleição do Bibliotecário do Ano, sendo um por Estado e um em âmbito nacional.

Recordo-me, neste momento, dos Colegas que também partiram e que ajudaram a construir a biblioteconomia brasileira: O Abner Lellis Corrêa Vicentini, Adelpha R. de Figueiredo, Alice Príncipe Barbosa, Bernadette Synai Neves, Denise Tavares, E. Bustamante, Ernesto Manoel Zink, Francisco J. de Almeida Azevedo, Jandyra Assunção, Lia Manhães Frota, Lucila Minsen, Maria Luiza Monteiro da Cunha, Noemia Lentino, Noemia Godinho, Guiomar Fonseca, Nolka Nascimento de Freitas, Noreth Calmon Ribeiro, Nydia Caldas, Ophelia França, Ox Pascoal, Wanda Ferraz e outros.

Quando esta carta for publicada, com a anuência da FEBAB e sua permissão, tornar-se-ão conhecidos alguns personagens, que foram bibliotecários, muito elegantes, no modo de agir, de falar e até de vestir. Durante minha longa vida profissional, não conheci um sequer, que não fosse apaixonado pelas atividades que exerceram, junto aos leitores, ou consultentes, os quais, agora, são chamados de usuários.

Às vezes, fico triste com certas atitudes de alguns membros da Classe, mas logo me voltam o entusiasmo e a esperança, essa que Dante negou em seu poema imortal, quando disse "lasciate ogni speranza voi ch'entrate". Afinal, há de chegar o dia em que todos compreenderão,

que não existe presente, sem passado, nem futuro, sem presente. Acreditando nessas verdades e para que a velha-guarda a lembre e a nova geração a conheça, resolvi complementar minha mensagem, transcrevendo alguns dados de seu "curriculum vitae".

Quem bom foi tê-la como amiga, durante tantos anos por aqui e acreditar que, ao final de um certo tempo, nosso reencontro um dia se dará.

Até lá, portanto.

Laura Russo

CURRICULUM VITAE

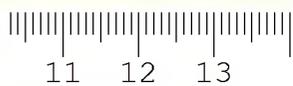
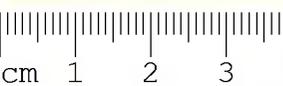
NATURALIDADE: – Rio de Janeiro

Falecida em 23-7-1982.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Curso Superior de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional.

CARGOS EXERCIDOS: Bibliotecária-Chefe da Seção de Circulação e Referência da Biblioteca Central, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Bibliotecária-Chefe da Escola de Enfermagem Ana Neri.
- Bibliotecária da Faculdade de Direito da Universidade Estadual da Guanabara.
- Bibliotecária do Serviço de Bibliotecas Populares da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro.
- Coordenadora da Biblioteca da Gávea.
- Membro da Comissão de reorganização das Bibliotecas Populares da Secretaria Geral de Educação do Rio de Janeiro, 1962.



HOMENAGENS

- Membro da Comissão de Bibliotecas da UCBUSA, 1968.
- Tesoureira e Diretora Social da Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro, 1959-1961.
- Segunda Secretária da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 1961-1963.
- Segunda Reunião da Comissão Nacional do Catálogo Coletivo. Rio de Janeiro, 1956.
- Simpósio de Bibliografia e Documentação Científica. São Paulo, 1958.
- 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Curitiba, 1961.

TRABALHOS PUBLICADOS:

- Organização de Bibliotecas para Escolas de Enfermagem. Rio de Janeiro, A Lâmpada, v. 1 (1) 1964.
- A Biblioteca Popular da Gávea. Rio de Janeiro, A Biblioteca, v. 6: 1-5, jan./dez. 1956.
- Empréstimo entre-bibliotecas. Rio de Janeiro, IBB, boletim informativo v. 3 (5/6): 293-303, set./out. 1957.
- As atividades Hispano-Americanas na Biblioteca Central da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, IBB, boletim informativo, v. 4 (3/6): 184-191, maio/dez. 1958.
- Noções bibliográficas à obra de Frederico Henrique Alexandre de Humboldt. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, v. 22 (4): 678-703, out./dez, 1960.
- Fourth Annual Town Clerks Conference Institute of Public Service. University of Connecticut, 1961.
- Connecticut Library Association Regional Meeting – Connecticut Libraries Look Ahead. Hartford, 1961.
- Seminar on Communication State Ichigan University. Cacapon Lodge, 1961.
- Simposio de Biblioteconomia. Rio de Janeiro, 1967.
- Seminário sobre Informática. Rio de Janeiro, 1968.
- Seminário de Informações em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1969.
- Mesa Redonda sobre a Biblioteca e a Comunidade. Rio de Janeiro, INL, 1968.
- Segundo Congresso Regional sobre Documentação e 9ª Reunião da FID/CLA. Rio de Janeiro, 1969.

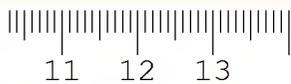
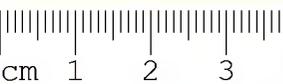
BOLSA DE ESTUDOS:

CONGRESSOS – Comparecimentos

- Conferência sobre o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas na América Latina. São Paulo, 1951.
- Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1953.
- Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Recife, 1954.
- 8ª Reunião Anual da SBPC. Ouro Preto, 1956.

DEPARTMENT OF STATE – AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT – PONT0 1V-USA.

Especialização em Organização e Administração Universitárias
Estados Unidos e Canadá, 1960/1961.



E R R A T A

O SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA
INDÚSTRIA: ENFOQUE SISTÊMICO
DE UM CASO BRASILEIRO

Yara Rezende

Parte da bibliografia não publicada no último número da RBBB:

PINHEIRO, Lena V. R. *Usuário – informação; o contexto da ciência e da tecnologia*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, IBICT, 1982. 66p.

RAO, V. V. & ZUNDE, P. Some approaches to modeling complex information Systems. *Informations Processing Management*, Oxofor, 18(3) : 151-160, 1982.

ROBINSON, F. et alii. *System analysis in libraries*. New-castle upon Tyne, Oriel Press, 1969. 55p. (Symplegades 2).

SALTON, Gerard. *Dynamic information and library processing*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1975. 523p.

SCHRAMM, Wilbur. *The process and effects of mass communication*. Urbana, University of Illinois Press, 1970. 586p.

SCHWARZ, Stephan. Information services to industry: the role of the technological university library. *The Journal of Documentation*, London, 32(1): 1-16, mar. 1976.

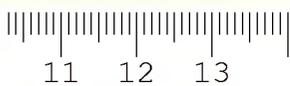
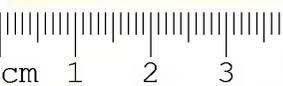
SHANNON, Claude E. & WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Urbana, The University of Illinois Press, 1969. 125p.

SHAPIRO, E. L. The functions of information work in the scientific communication systems. *International Forum on Information and Documentation*, Moscou, 4(2) : 3-6, apr. 1979.

TARDY, Gérard. L'information scientifique et technique au Japon. *Documentaliste: Sciences de l'information*, Paris, 19(2) : 47-9, mar./aur. 1982.

YOUNG, R. C. D. A strategic overview of business information systems. *Managerial Planning*, Oxfor, Ohio, 29(5) : 28-37, mar./apr. 1981.

ZUNDE, Pranas. Information theory and information science *Information Processing & Management*, Oxford, Ohio, 17(6) : 341-347, 1981.



Guia aos Colaboradores

1 — INFORMAÇÕES — INSTRUÇÕES

1.1 — *Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.*

A RBBB é órgão oficial da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem a finalidade precípua de publicar trabalhos sobre biblioteconomia, documentação e área afim, e registrar a legislação nacional corrente da área em vista à atualização profissional.

1.2 — *Tipos de Colaboração*

1.2.1 — A 1.^a Secção da RBBB é constituída de ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES E TRADUÇÕES;

1.2.2 — *Outras Secções:*

1.2.2.1 — LEGISLAÇÃO: referencição (leis, decretos, portarias, etc.), seguida de emenda e resumo. Sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra e comentários serão feitos. O arranjo será por descritores;

1.2.2.2 — REPORTAGEM E ENTREVISTAS: pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.2.3 — NOTICIÁRIO: notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos, etc.;

1.2.2.4 — RESENHAS: livros relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos: conforme normas próprias da RBBB;

1.2.2.5. — LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS: assuntos de interesse da área, conforme PNB - 66/1970.

1.3 — *Escolha da matéria dos fascículos*

Sempre que possível a matéria dos itens 1.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.4 e 1.2.2.5, será encomendada pelo Editor e haverá uma coerência na escolha dos temas. Cerca de 30% da matéria (1.2.1 e 1.2.2.3) estará sob a responsabilidade de um Estado ou região, através do respectivo Correspondente.

2 — REGULAMENTO

2.1 — *Artigos originais, ensaios, comunicações técnicas, revisões, traduções.*

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhadava, 40, conj. 110, São Paulo, SP - CEP 01306.

2.1.2 — A matéria deve ser inédita e destinar-se exclusivamente à RBBB, não sendo permitida a publicação simultânea em outro periódico.

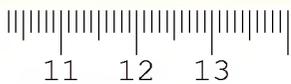
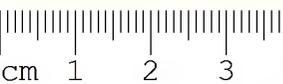
2.1.3 — Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores.

2.1.4 — Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de, pelo menos, dois Relatores do Conselho Editorial, dentro da especialidade destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 — Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores, pelo prazo de um ano.

2.1.6 — Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBB, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 — O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer



necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 — A RBBB se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações ("copidescagem") será dada ciência ao autor.

2.1.8 — Os autores recebem somente a primeira prova para correção.

2.1.9. — As colaborações a cada fascículo obedecerão: 1) à programação encomendada pelo Editor-Responsável; 2) à data de entrega da matéria adicional.

2.1.10 — A cada trabalho serão reservadas 10 separatas, entregues ao autor ou primeiro autor.

2.2 — Traduções

Devem ser submetidas à apreciação do responsável pelas Traduções, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia de autorização do autor original deve ser encaminhado ao Editor, junto com a tradução.

2.3 — Reportagens, noticiário, resenhas e levantamentos bibliográficos

O planejamento editorial destas Seções, para cada fascículo, é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Seção.

3 — NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 — limitar-se a 20 páginas datilografadas para os artigos originais; 5 páginas para comunicações técnicas e 60 para ensaios e/ou revisões e traduções;

3.2 — ser datilografados, em espaço duplo, numa só face de folhas tamanho ofício, mantendo margens laterais de aproximadamente 3 cm. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, no canto superior direito;

3.3 — ser escritos em língua portuguesa;

3.4 — conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovações poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;

3.5 — conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um em português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes ao artigo, e serem acompanhados de Descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer as recomendações da NB-88/ABNT. A Comissão de Redação, sempre que for necessário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 — apresentar à parte uma página de rosto, na qual contenha:

- a) símbolo de classificação bibliográfica (CDU);
- b) título do artigo (e subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;
- c) autor ou autores, seguidos de dois asteriscos;
- d) data, de apresentação do artigo à Redação.
- e) no rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(es).

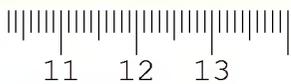
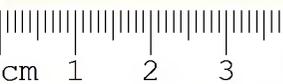
Exemplo:

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGUEM*
D. J. Simpson**

* Do artigo "Before the machines come", publicado em *Aslib Proceedings* 20 (1): 21-33, 1968. Traduzido pelo Prof. Eduardo José Wense Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

** Bibliotecário e Diretor do Media Resources of The Open University Library, Inglaterra.

3.7 — apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as "Normas de Apresentação Tabular" estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. V. *Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan./jun. 1963). Devem ser numeradas consecutiva-



mente, em algarismos arábicos, e encabeçadas por um título;

3.8 — apresentar as ilustrações numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.

Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquim preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo *letraset*);

3.9 — devem ser feitas as citações de texto, por uma chamada numérica, que corresponderá às respectivas referências bibliográficas. Estas devem ser apresentadas no fim do texto, em ordem alfabético-numérica. As chamadas no texto, são numeradas em função desta numeração prévia, não seguindo, portanto, ordem consecutiva.

Comunicações pessoais, entrevistas, trabalhos inéditos ou em andamento, poderão ser citados quando necessário, mas apenas serão citados no texto ou em nota de rodapé. Se um manuscrito estiver em via de publicação, poderá ser incluído na lista de referências-bibliográficas, com indicação do título do periódico, ano e outros dados disponíveis;

3.10 — as legendas das ilustrações e tabelas devem vir todas datilografadas em folha à parte, com indicações entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos;

3.11 — seguir as normas de referência bibliográfica, pela ABNT: P-NB 66/1970. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. A Comissão de Redação é reservado o direito de uniformizar o aparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.

Exemplos:

1 — Livros:

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502p. Biblioteca de Administração Pública, 14).

2 — Traduções:

FOSKETT, Douglas John. *Serviço de informação em bibliotecas*. Information services in libraries. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969. 160p.

3 — Parte de obra:

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1955. v. 1, t. 1, p. 129-53.

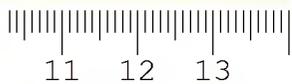
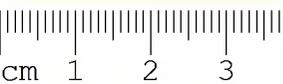
4 — Artigos de periódico:

CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP*. São Paulo, 1(1):152-8, 1968.

3.12 — seguir, sempre que for possível, as normas da ABNT:PNB-69, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 — usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 — apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.



Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

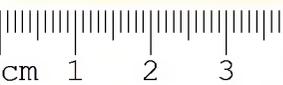
Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 17 n.º: 1/2, jul /dez. 1984

Nome / Name:

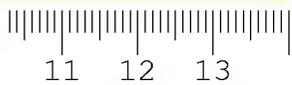
Endereço / Address:

Data / Date:

(a)



Digitalizado
gentilmente por:





(a)

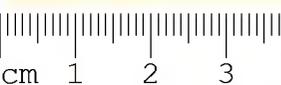
Quali...

Quali...

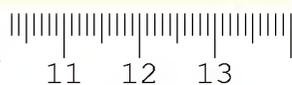
Quali...

Quali...

Quali...



Digitalizado gentilmente por:



A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por:
Information Science Abstracts (ISA),
Library and Information Science
Abstracts (LISA) e
Library Literature (LL).

**REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

(Federação Brasileira de Associações de
Bibliotecários)

São Paulo, 1, 1973 - 10, 1977;

N. Ser. 11, 1978.

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO
BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de
BIBLIOTECÁRIOS, 1, 1960/26 (5/6), 1972.

1973/77, 1-10

1978, 11 (1/4)

1979, 12 (1/4)

1980, 13 (1/4)

1981, 14 (1/4) CDU:02:061.25(81) (05)

1982, 15 (1/2)

1983, 16 (1/4)

1984, 17 (1/2)

Composição e arte final:

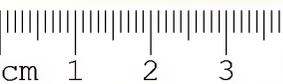
Almerindo Paulo de Carvalho

Impressão e Acabamento:

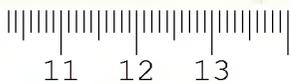
grafistyl editora gráfica Ltda.

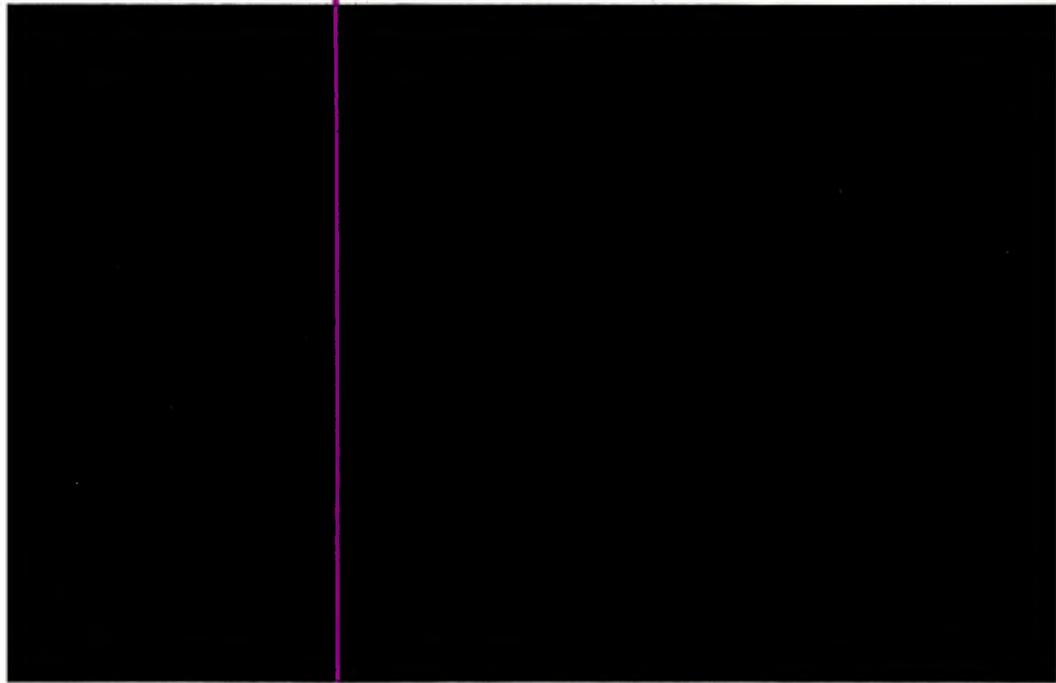
tel.: 66-0220

são paulo - sp

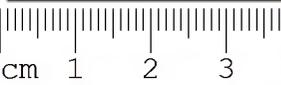


Digitalizado
gentilmente por:





CrS 5 000,00



Digitalizado
gentilmente por:

